



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 20ª
(VIGÉSIMA)
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022 E 08
DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS PODERES DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL,
DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

INÍCIO ÀS 10H05MIN

TÉRMINO ÀS 14H54MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro aberta a 20ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e de 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta reunião está sendo transmitida pela TV Câmara Distrital.

Informo que a Coordenadoria de Polícia Legislativa isolou os assentos destinados aos deputados para uso exclusivo dos parlamentares, dos advogados que estiverem acompanhando os depoentes e das autoridades autorizadas por esta presidência. Hoje, como estamos com previsão de plenário cheio, foi preciso limitar o número de presentes e reservar parte das cadeiras dispostas ao fundo para os servidores da CPI e para os assessores dos deputados membros. Conto com o apoio de todos para o bom andamento dos trabalhos de hoje.

Solicito aos deputados que registrem as suas presenças. (Pausa.)

Informo que o relator, deputado Hermeto, não poderá participar da reunião de hoje por motivo de saúde. Ele está de atestado médico e, assim, de acordo com o art. 78, inciso XIII, estou designando o deputado Iolando como relator substituto para o dia de hoje. Dou as boas-vindas ao deputado Iolando, e desejo que o deputado Hermeto recupere plenamente sua saúde.

Está aqui o memorando enviado pelo gabinete do deputado Hermeto:

“Excelentíssimo Senhor Presidente,

De ordem, venho comunicar a ausência do deputado Hermeto nos próximos 15 dias para tratamento de saúde, de acordo com o Art. 19 inciso II do Regimento Interno dessa Casa. Solicito ainda que seja providenciada a convocação do suplente desta Comissão de Inquérito Parlamentar o deputado Iolando Almeida.

Vale ressaltar que o atestado médico já foi devidamente protocolado no PEP.”

Encontram-se presentes os deputados titulares: deputado Chico Vigilante, deputado Fábio Félix, deputado Pastor Daniel de Castro e agora, como titular, substituindo o deputado Hermeto, o deputado Iolando. Está presente também o suplente deputado Thiago Manzoni.

Passamos à apreciação da pauta.

I – Expedientes.

Sobre a mesa, a seguinte ata da reunião anterior:

– [Ata da 19ª Reunião Ordinária](#), realizada em 3 de agosto de 2023.

Tendo em vista a divulgação prévia da ata, pergunto aos deputados se podemos considerar como lida e aprovada a ata.

Deputado Fábio Félix, podemos considerá-la como lida?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, por mim, estou de acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Pastor Daniel de Castro?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – De acordo, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Iolando?

DEPUTADO IOLANDO – De acordo, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Também estou de acordo. Portanto, considera-se como lida.

Vamos agora à apreciação da ata.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Pela aprovação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pela aprovação.

DEPUTADO IOLANDO – Pela aprovação, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Também voto pela aprovação.

A referida ata está aprovada com 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

II – Comunicados.

Pergunto ao deputado Iolando se deseja fazer algum comunicado neste momento.

DEPUTADO IOLANDO – Só quero comunicar a ausência da deputada Jaqueline Silva. S.Exa. está bastante gripada e resolveu fazer um teste de covid. Neste momento, S.Exa. está no hospital fazendo o teste, vai se ausentar da CPI e me pediu que justificasse a ausência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado pelo comunicado.

Hoje ouviremos o senhor Anderson Gustavo Torres, ex-ministro de Estado de justiça e ex-secretário de segurança pública do Distrito Federal, que já está nesta casa.

Na próxima semana, dia 17, será a vez do senhor Leonardo de Castro Cardoso, diretor do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado da Polícia Civil do Distrito Federal. No dia 24, ouviremos o senhor Mauro Cesar Barbosa Cid, tenente-coronel do Exército Brasileiro. E, no dia 31, ouviremos o senhor Armando Valentin Settin Lopes de Andrade e o senhor José Acácio Serere Xavante. Como serão duas oitivas nesse dia 31, a reunião começará mais cedo, às 9 horas. Por favor, já deixem agendado em suas agendas esse horário.

Passamos ao próximo item.

III – Requerimentos Administrativos para discussão e votação.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a pauta disponibilizada pela CPI.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Item nº 1:

Discussão e votação do Requerimento nº 177/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que "Requer que seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 08 de janeiro de 2023, Deputado Arthur Maia, solicitando o

compartilhamento do depoimento prestado pelo Coronel PMDF Jorge Eduardo Naime, com esta CPI”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO IOLANDO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim. Lá ele falou mais do que aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item nº 2:

Discussão e votação do Requerimento nº 185/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Requer a convocação do Sr. Beroaldo José de Freitas Júnior, subtenente da Polícia Militar do Distrito Federal, para ser ouvido por esta CPI, na condição de testemunha”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO IOLANDO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Eu vou passar a presidência ao deputado Fábio Félix, porque há uma série de requerimentos de minha autoria.

(Assume a presidência o deputado Fábio Félix.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Assumo a presidência e passo à leitura dos requerimentos extrapauta.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação do Requerimento nº 186/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que “Requer a expedição de ofício à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, para que encaminhe a esta CPI dos Atos Antidemocráticos os documentos especificados abaixo”.

Há uma série de documentos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

DEPUTADO IOLANDO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item extrapauta nº 2:

Discussão e votação do Requerimento nº 187/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Requer a expedição de ofício à Polícia Militar do Distrito Federal, para que informe a esta CPI dos Atos Antidemocráticos quanto ao horário de funcionamento do expediente administrativo nas sextas-feiras, além de informações quanto a quantidade de policiais militares cedidos/agregados".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

DEPUTADO IOLANDO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item extrapauta nº 3:

Discussão e votação do Requerimento nº 188/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Requer a expedição de ofício à Polícia Militar do Distrito Federal, para que encaminhe a esta CPI dos Atos Antidemocráticos os últimos planejamentos, ordens de serviço, ou documentos equivalentes, das operações realizadas pelo DOP e pelo 1º CPR no período dos últimos 24 meses".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

DEPUTADO IOLANDO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item extrapauta nº 4:

Discussão e votação do Requerimento nº 189/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Requer a expedição de ofício à Polícia Militar do Distrito Federal, para que encaminhe a esta CPI dos Atos Antidemocráticos cópia do Relatório 1/2023 – PMDF/CPTRAN/SAD/CH – Relatório do Batalhão de Trânsito da PMDF com relação à Operação Esplanada".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

DEPUTADO IOLANDO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item extrapauta nº 5:

Discussão e votação do Requerimento nº 190/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Requer a expedição de ofício à Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, para que encaminhe a esta CPI dos Atos Antidemocráticos cópia do Relatório de Inteligência nº 027/2023/30/SI/SSP/DF/24JAN23, com levantamento histórico dos fatos ocorridos anteriormente, relacionados ao acampamento na Praça dos Cristais no Setor Militar Urbano de Brasília, em frente ao Quartel-General do Exército".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

DEPUTADO IOLANDO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item extrapauta nº 6:

Discussão e votação do Requerimento nº 191/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Requer a expedição de ofício à Subsecretaria de Operações Integradas da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, para que preste as informações abaixo relacionadas".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

DEPUTADO IOLANDO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item extrapauta nº 7:

Discussão e votação do Requerimento nº 192/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Requer a expedição de ofício à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, para que encaminhe a esta CPI dos Atos Antidemocráticos cópia do Relatório da Assessoria de Assuntos Estratégicos contendo mídia com arquivos de vídeo do Sistema de Videomonitoramento Urbano e de drones da SSP/DF".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

DEPUTADO IOLANDO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item extrapauta nº 8:

Discussão e votação do Requerimento nº 193/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Requer a expedição de ofício à Polícia Militar do Distrito Federal, para que encaminhe cópia do Relatório Circunstanciado das operações do dia 08/01/2023, realizado pelo Comandante do Policiamento, consoante preceituado pelo Plano de Operações 02/2020 – MANIFESTAÇÕES DF".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

DEPUTADO IOLANDO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item extrapauta nº 9:

Discussão e votação do Requerimento nº 194/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Requer a expedição de ofício à Polícia Militar do Distrito Federal, para que preste informações quanto ao efetivo subordinado ao DOP, discriminando os dados por Companhia de Policiamento, Batalhões de Policiamento e Regimento, esclarecendo ainda a área de atuação das respectivas unidades militares".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

DEPUTADO IOLANDO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Esta presidência vota "sim".

O Requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item extrapauta nº 10:

Discussão e votação do Requerimento nº 195/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Requer a expedição de ofício à Polícia Militar do Distrito Federal, para que informe quanto a classificação das manifestações do dia 08/01/2023, face ao Plano de Operações 02/2020 – MANIFESTAÇÕES DF, levando-se em consideração a data de assinatura do PAI 02/2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

DEPUTADO IOLANDO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Está todo mundo quietinho aqui na CPI. A CPI aqui é séria. Não é?

(Assume a presidência o deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Eu devo fazer um esclarecimento sobre o porquê desse tanto de requerimento dirigido exatamente à Polícia Militar do Distrito Federal. Nós já tivemos uma série de depoimentos aqui, deputado Iolando, deputado Fábio Félix, deputado Pastor Daniel de Castro e deputado Thiago Manzoni, e temos visto que existe um jogo de empurra. Um joga a responsabilidade para o outro; o outro joga para o outro e, a continuar desse jeito, fica difícil. Portanto, nós estamos buscando, porque, com documentos em mãos, teremos as provas e chegaremos exatamente à conclusão de

quem foi o responsável pela omissão.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Eu li aqui, presidente, se o senhor me permite, minuciosamente, todos os requerimentos de autoria de V.Exa., mais a justificativa. É maravilhosa a sua ideia, porque realmente há muito joguinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não é?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Muito empurra, empurra. Parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Portanto, agora, chegaremos à verdade.

IV – Oitivas Depoentes.

Oitiva do depoente, senhor Anderson Gustavo Torres, ex-ministro de Estado de justiça e segurança pública e secretário de segurança pública do Distrito Federal.

Peço ao pessoal da assessoria que convide o senhor Anderson Torres a adentrar o nosso plenário.

Já tendo sido devidamente qualificado pela Coordenadoria de Polícia Legislativa desta casa de leis, convido a comparecer a este plenário o senhor Anderson Gustavo Torres.

São dois os requerimentos que tratam dessa convocação. Um requerimento de autoria do deputado Joaquim Roriz Neto e outro requerimento de autoria do deputado Fábio Félix.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Anderson Gustavo Torres, esclareço que o senhor está diante de uma comissão parlamentar de inquérito na condição de testemunha e, como tal, tem o dever de dizer a verdade sob pena de incorrer em crime previsto no art. 342, do Código Penal. Apesar disso, caso o senhor entenda ter envolvimento com os fatos ora investigados, terá o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por um advogado.

Pergunto: o senhor está assistido por advogados?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Anderson Gustavo Torres, o senhor deseja fazer um pronunciamento antes de ingressarmos com as perguntas?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu gostaria, sim, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vou conceder até 25 minutos ao senhor.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – *Ok.* Senhoras e senhores, muito bom dia. Muito bom dia, senhor presidente, parlamentares membros desta CPI. Senhoras e senhores, mesmo com o direito ao silêncio garantido pelo STF e sendo facultada a minha presença nesta casa, fiz questão de estar aqui para esclarecer as dúvidas com a verdade, em respeito a este parlamento e ao povo o qual ele representa. Cumprimento, também, todos que estão assistindo e agradeço as orações e o carinho. Para aqueles que não me conhecem, meu nome é Anderson Gustavo Torres, sou delegado de polícia federal desde 2003. Fui secretário de segurança pública do Distrito Federal na gestão do governador Ibaneis Rocha e ministro da justiça e segurança pública do governo do presidente Jair Bolsonaro. Sou nascido e criado em Brasília, terra que amo muito, formado em direito pelo Ceub. Eu me especializei em inteligência estratégica pela Escola Superior de Guerra, lecionei na Academia da Polícia Civil de Roraima, na Academia da Polícia Militar do Distrito Federal, na Academia Nacional de Polícia e sempre atuei de forma técnica e legalista. Quero dizer aos senhores e às senhoras, membros desta CPI, que estou aqui com o espírito cooperativo, porque tanto quanto os senhores tenho todo interesse em esclarecer os lamentáveis fatos do dia 8 de janeiro. Sempre me pautei na verdade e

sempre me coloquei à disposição das autoridades naquilo que estivesse ao meu alcance para a elucidação dos fatos. Quero reforçar que sempre tive atuação estritamente técnica e profissional nos cargos que ocupei. Entre 2019 e 2020, fui secretário de segurança pública do Distrito Federal, nomeado pelo governador Ibaneis Rocha, o qual me proporcionou as melhores condições de trabalho. Dessa forma, conseguimos oferecer à sociedade resultados extremamente positivos, sendo o principal deles uma queda contínua na criminalidade, que começou a ser sentida pela população, especialmente em relação aos crimes contra a vida, à violência, às mulheres, às crianças e às pessoas vulneráveis. No Ministério da Justiça, também atuei de modo estritamente técnico. Sempre agi dentro da lei, respeitando a hierarquia e a disciplina, que são os princípios basilares da Polícia Federal. Procurei dar o exemplo como secretário ou ministro, respeitando a autonomia das polícias sob minha vinculação. Nunca interfeiri em investigação ou assuntos internos das corporações. Nunca permiti que a polícia fosse usada para perseguir quem quer que fosse. Sei que pairam muitas dúvidas e muitas perguntas, por isso aproveito o tempo desta breve introdução para adiantar esclarecimentos sobre fatos importantes. No dia 10 de janeiro, durante uma busca e apreensão em minha casa, a polícia encontrou um texto apócrifo, sem data, uma fantasiosa minuta, que vai para a coleção dos absurdos que constantemente chegam aos detentores de cargos públicos. Adotei como rotina que todos os documentos que chegassem endereçados a mim me fossem entregues. Vários documentos vinham de diversas fontes para que fossem submetidos ao meu crivo. A assessoria os colocava em uma pasta, eu levava essa pasta para casa, contendo os documentos, para analisar o conteúdo. Os que eram importantes eu despachava e os que não eram importantes eu descartava. Dentre os documentos, veio a chamada "minuta do golpe". Basta uma breve leitura para que se perceba ser imprestável para qualquer fim, uma verdadeira aberração jurídica. Esse papel não foi para o lixo por mero descuido. Não sei quem entregou esse documento apócrifo e desconheço as circunstâncias em que foi produzido. Sequer cogitei encaminhar ou mostrar para alguém. Soube pela imprensa que outras pessoas haviam recebido documentos com teor semelhante e que estes circulavam, inclusive, pela internet. Esta é a verdade. Nada mais tenho a dizer sobre esse assunto. Também fui questionado sobre uma suposta operação da Polícia Rodoviária Federal cujo objetivo seria cercar o direito ou atrapalhar o exercício do voto, especialmente no Nordeste brasileiro. Gostaria de esclarecer que nunca determinei ou sugeri ao diretor-geral da PRF ou ainda a qualquer pessoa que interferisse no processo eleitoral de modo a beneficiar qualquer um dos candidatos. Eu não tinha atribuição de vetar ou impor o planejamento operacional de qualquer instituição. Todas as informações que recebi no dia 30 de outubro indicavam que tudo estava transcorrendo normalmente. No dia 25 de outubro fomos a Salvador a convite do diretor-geral da Polícia Federal, Márcio Nunes. Fui convidado pelo diretor-geral da Polícia Federal, delegado Márcio Nunes, a ir a Salvador inspecionar as obras da Superintendência da Polícia Federal. Aliás, o convite foi confirmado por ele em depoimento, inclusive, à Polícia Federal. Fomos recebidos pelo superintendente. Nós nos reunimos e conversamos sobre vários assuntos, inclusive, as eleições. Tratei também dos vídeos divulgados pela internet nos quais um grupo criminoso dizia ter controle sobre eleitores na Bahia. O superintendente, delegado Almada, disse ter conhecimento dos vídeos e esclareceu que a notícia não havia sido confirmada na checagem. No período da tarde, visitamos as obras da superintendência, percorremos todos os andares, foram tiradas fotos e há registro da visita. A Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal sempre tiveram respeitada a sua autonomia no período em que ocupei o Ministério da Justiça. Como ministro, nunca interfeiri no planejamento e no operacional dessas 2 instituições. Nossa determinação em relação à eleição sempre foi a de reprimir a compra de votos e os demais crimes eleitorais. Nunca questionei o resultado das eleições. Fui o primeiro ministro a receber a equipe de transição, no caso, a do atual ministro da justiça, Flávio Dino, que seria meu sucessor. Entreguei os relatórios, agi de forma transparente e sempre no sentido de facilitar. Durante a transição não foi registrado qualquer contratempo e tudo correu dentro da normalidade em relação ao Ministério da Justiça. Sobre os fatos ocorridos no dia 12 de dezembro, em Brasília, quando houve baderna, depredação e queima de ônibus no centro da cidade, a responsabilidade para reprimir tais atos era da Segurança Pública do Distrito Federal. Isso não era atribuição do Ministério da Justiça. Entretanto, quando fui informado da tentativa de invasão da sede da Polícia Federal, imediatamente entrei em contato com

o diretor-geral, que me informou ter acionado o grupo especial da PF para conter a crise e defender o prédio. Nós agimos com todo o rigor em relação a esse episódio e, em poucos dias, os responsáveis foram presos numa operação entre a Polícia Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal. Em relação à tentativa de atentado no aeroporto de Brasília com um caminhão-tanque com explosivos, no dia 24 de dezembro, coloquei a Polícia Federal à disposição da Secretaria de Segurança Pública do DF para prestar todo o apoio necessário. Sobre os acampamentos em frente aos quartéis, esclareço que, enquanto eu estive no Ministério da Justiça, a Polícia Federal teve total liberdade para monitorar esses acampamentos. Inclusive, foi noticiado que agentes federais identificados por manifestantes foram expulsos do local. Nunca houve omissão ou leniência de minha parte, enquanto ministro da justiça, sobre esses acampamentos; nunca houve qualquer impedimento para que fossem monitorados e investigados. Quando reassumi a Secretaria de Segurança Pública do DF, minha primeira ação foi tratar do desmonte do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército. No dia 6 de janeiro foi realizada uma reunião com o comandante militar do Planalto, general Dutra, e a secretária de ação social do DF, Ana Paula; também estava presente a coronel Cintia, que ocupava o cargo de subsecretária de operações integradas da Secretaria de Segurança Pública. Nessa reunião, tratamos da retirada total do acampamento, que ocorreria a partir do dia 10, com a ação da Sedes. Agora quero falar sobre o papel da Secretaria de Segurança Pública na formação do Protocolo de Ações Integradas, o PAI. A Subsecretaria de Operações Integradas se reuniu com os seguintes órgãos, no dia 6: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Detran, DF Legal, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal e Ministério das Relações Exteriores, Polícia Rodoviária Federal e DER, para traçar as medidas de segurança do dia 8. Conforme a legislação distrital prevê, a Secretaria de Segurança tem a missão de funcionar como órgão central e integrador da segurança pública do DF, levando em consideração as atribuições e competências de cada força previstas em legislação federal e na própria Constituição. A Secretaria de Segurança não tem atribuição operacional. Nessa reunião, todos os presentes assinaram o protocolo e se comprometeram a cumprir suas diretrizes. Até o dia 6, à noite, eu não tive qualquer informação oficial indicando que haveria vultosas ações radicais no dia 8 de janeiro. Mesmo assim, o PAI – Protocolo de Ações Integradas – seria colocado em ação nos seus mínimos detalhes. Essa era a determinação. E cabe ressaltar aqui: se o protocolo fosse seguido à risca, seríamos poupados dos lamentáveis atos do dia 8 de janeiro. O Protocolo de Ações Integradas, ao qual os senhores podem ter acesso, previa ainda a vedação da utilização por manifestantes de instrumentos capazes de produzir lesões corporais e danos ao patrimônio, como mastros de bandeira, material de PVC, material metálico, madeiras, assemelhados, garrafas, utensílios, vidros, facas, canivetes, enfim, mesmo aqueles para uso na alimentação, todos proibidos. Também diz que as informações e orientações nele prestadas não impedem ou desobrigam que as instituições, órgãos e agências envolvidas adotem medidas de segurança de sua competência, durante o curso do evento. Importante ainda lembrar que o Protocolo de Ações Integradas previu o fechamento da Esplanada e o isolamento da Praça dos Três Poderes. O que posso afirmar, com toda a segurança, é que houve uma falha na execução do PAI. Se tivessem cumprido à risca o plano, os atos de vandalismo do dia 8 de janeiro não teriam sido consumados. Viajei de férias para os Estados Unidos com minha família no dia 6 de janeiro à noite, após aprovar o Protocolo de Ações Integradas e enviar o protocolo a todos os envolvidos para o seu cumprimento. Não recebi qualquer informação sobre a possibilidade de atos violentos no dia 8. Essa viagem foi programada com muita antecedência, as passagens tiradas em 21 de novembro. Comuniquei ao governador sobre minha viagem e informei ao secretário-executivo, Fernando Oliveira, o qual ficou responsável pela secretaria na minha ausência. Se eu tivesse recebido qualquer alerta ou informe de inteligência indicando risco iminente de violência e vandalismo, não teria viajado. No dia 8 de janeiro acompanhei à distância os tumultos em Brasília. Fiquei muito preocupado quando vi os atos de vandalismo sendo praticados e o protocolo sendo descumprido. Cheguei a passar mensagem pelo WhatsApp para o secretário em exercício, Fernando, apelando para que impedisse os manifestantes que se aproximassem do Supremo, uma vez que o Planalto e o Congresso já estavam invadidos. Retornei ao Brasil o mais breve possível. Fui preso e, desde que fui preso, nunca me neguei a cooperar com a justiça. Entreguei as senhas do meu celular, da nuvem e

do *e-mail*. Tomei a iniciativa de autorizar a quebra dos meus sigilos telemático, fiscal, bancário e telefônico. Continuo sob investigação e cumprindo fielmente as medidas cautelares determinadas. Reforço meu respeito e confiança na justiça, no Ministério Público e na Polícia Federal. Sigo disposto a cooperar para que os repugnantes fatos do dia 8 sejam esclarecidos. Finalizo reafirmando o meu amor ao Distrito Federal, o meu respeito aos deputados e deputadas, agradecendo a oportunidade de ser ouvido. Que a verdade permaneça, senhor presidente. Que Deus nos abençoe e vamos em frente. Era o que tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, senhor Anderson Torres.

Vou fazer uma pergunta em cima de uma afirmação que o senhor fez aqui há pouco.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Pois não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor nos disse que integrantes da Polícia Federal do Brasil foram expulsos do acampamento. O senhor era ministro da justiça!

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Positivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor era chefe da Polícia Federal! Que medidas vocês tomaram contra o acampamento na medida em que policiais federais foram expulsos do acampamento?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, senhor presidente, não cabia ao Ministério da Justiça tomar medidas ali. Ali era uma área de segurança, eles chamam de área de segurança nacional, afeta exclusivamente ao Exército. A notícia que eu tenho, também pela imprensa, foi que a Secretaria de Segurança do Distrito Federal, por mais de 2 vezes, tentou retirar aqueles manifestantes e contou com a negativa do Exército. O Exército nunca permitiu que se tomasse alguma medida ali em relação àquelas pessoas enquanto eles estavam ali acampados. Eu disse que os agentes foram retirados exatamente por isso, porque foram identificados, provavelmente fazendo levantamentos sigilosos a que eu não tenho acesso. Não sei o que estavam fazendo ali. Mas, provavelmente, levantamentos... e foram tratados dessa forma.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas, veja bem, o senhor é um delegado experiente, com uma folha de serviço prestada à Polícia Federal do Brasil. Aí, tenho um grupo de policiais da minha corporação que vão ao lugar fazer um levantamento, são expulsos por marginais, correndo, inclusive, risco de morte – porque vi as imagens –, e a Polícia Federal não fez nada no sentido de entrar na justiça para retirar aquele acampamento?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu não acompanhei o que foi feito lá dentro. Como eu disse, a investigação é sigilosa, a gente não tem acesso, senhor presidente. Agora, uma coisa também delicada é que o próprio Exército ajudou na retirada dos policiais do acampamento. Então, enfim, uma situação muito delicada que estava acontecendo naquele momento no Brasil.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quer dizer que integrantes do Exército Brasileiro ajudaram os baderneiros a expulsar os policiais?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, eles estavam fazendo o levantamento dentro de investigações sigilosas. Eu não sei dizer ao senhor, exatamente, o que estavam fazendo ali e nem poderia saber!

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas eram policiais e integrantes do Exército que estavam ali, conforme o senhor nos informou aqui, e que ajudaram a expulsá-los do acampamento.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Foi o que eu vi na televisão!

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo!

Senhor Anderson Torres, o senhor ocupou a cadeira de secretário de segurança pública do DF, por quanto tempo, antes de ser ministro da justiça e segurança pública, após a eleição do

presidente Lula e a derrota do candidato, agora ex-presidente da República, Jair Bolsonaro? Qual foi a posição do senhor sobre as manifestações em frente aos quartéis do Brasil afora, principalmente sobre o acampamento em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – A sua pergunta é enquanto... Nesses 5 dias em que eu ocupei a Secretaria de Segurança?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não, estou falando quando o senhor era ministro da justiça. Os acampamentos aconteceram antes!

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Enquanto ministro da justiça, é aquilo que eu te disse: não é atribuição do Ministério da Justiça, senhor presidente, atuar para tirar essas pessoas. O que o Ministério da Justiça fez, através de... Não foi nem o Ministério da Justiça, foi a Polícia Federal, que é vinculada ao Ministério da Justiça, foi investigar e monitorar esses acampamentos. Agora, quando assumi a Secretaria de Segurança, foi uma das primeiras medidas que tomei. Na sexta-feira, dia 6, às 11 horas da manhã, teve uma reunião, como eu disse aqui, com o comandante militar do Planalto, general Dutra, e a Sedes, Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. Por quê? Inclusive tem uma coisa importante que é bom deixar ressaltada aqui. Nessa reunião, senhor presidente, o general Dutra me mostrou no celular dele. Ele falou: "Anderson, olhe aqui. Olhe os acampamentos há 1 mês e meio e olha os acampamentos agora de manhã". Realmente, naquela sexta-feira o acampamento já estava quase desmobilizado. Pouquíssimas pessoas ali. Muitas pessoas que estavam ali eram moradores de rua que estavam ali para poder ter um almoço, ter uma janta. Por isso ele pediu que eu convocasse também para a reunião a Secretaria de Desenvolvimento Social do DF. E na primeira semana, como secretário de segurança, já chamei para tratar do desmonte total daquele acampamento. Ademais, a operação começaria no dia 10, ficou marcada para o dia 10. A Sedes começaria a operação para tirar os vulneráveis e ver quem queria ir embora – é o trabalho da Sedes. Nós inclusive sugerimos apoio e ela disse que não precisava de apoio, porque o trabalho deles é um trabalho independente, que não poderia ter apoio de polícia, nem do Exército, nem de ninguém. E, na sequência, a segurança pública, junto com o Exército, terminariam de desmontar os acampamentos. Naquela sexta-feira de manhã a foto do acampamento era uma foto realmente de pouquíssimas pessoas e foi essa imagem que eu carreguei comigo ao longo dos dias.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Anderson Torres, havia acampamentos não foi só em Brasília. Havia também as ocupações de estradas. Inclusive, depois, nós vamos mostrar pessoas que perderam a vida em função da interdição de estradas. O senhor era o ministro da justiça. O que foi feito para impedir aquelas ocupações criminosas?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Deputado, aquilo aconteceu numa velocidade impressionante logo depois que saiu o resultado da eleição. Naquela primeira noite parece que já havia mais de 100 bloqueios nas estradas brasileiras e a minha ordem para a Polícia Rodoviária Federal sempre foi desbloquear imediatamente. Não tem a menor razão de parar o país e causar este tipo de constrangimento às pessoas: prejuízos, mortes, como o senhor bem disse aí. Então, a ordem sempre foi desocupar. É um trabalho difícil. O senhor sabe que na hora que se fecha o país com carretas, com carros, com pessoas, havia pessoas fazendo cordão humano para que a polícia não trabalhasse... Mas a ordem sempre foi para, desde o primeiro minuto, desde aquela madrugada quando eu fui informado, a ordem sempre foi para desocupar. Fiz contato com várias autoridades, com ministros e outros para poder ajudar e a ordem sempre foi desocupar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Qual era a posição do presidente da República com relação às desocupações?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – O presidente da República, se não me engano... Do ex-presidente da República.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ex-presidente da República. O presidente que atuava no momento.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – O ex-presidente da República, se não me engano, na terça

à noite fez um vídeo – ou na quarta-feira – pedindo para desocupar as estradas e foi daí que eu acho que a coisa começou a fluir melhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor, como ministro da justiça e segurança pública – repito –, tomou alguma providência para que os acampamentos fossem desfeitos? No dia 12 de dezembro de 2022, enquanto manifestantes ateavam fogo em ônibus nesta capital, tentavam invadir delegacias e as sedes da Polícia Federal, onde o senhor estava? Quais medidas efetivas o senhor, como ministro da justiça e segurança pública, determinou que fossem tomadas para apurar tais transgressões, prender os infratores e repelir atos dessa natureza? O senhor sabe quantos criminosos foram identificados naqueles atos?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Presidente, na hora dos fatos eu estava na posse do procurador-geral de justiça aqui do Distrito Federal. Eu estava, inclusive, compondo mesa. Quando saí de lá, tomei ciência dos atos que estavam acontecendo aqui no Distrito Federal. Imediatamente, liguei para o diretor-geral da Polícia Federal, porque a informação era de que tinham tentado invadir o prédio da Polícia Federal. Ele me informou que já tinha acionado o grupo de operações, o COT, que é o grupo de operações especiais da Polícia Federal para fazer a segurança do prédio e que a segurança do prédio já estava garantida. Os demais atos, aqui no centro da cidade, caberiam à Secretaria de Segurança Pública, à Polícia Militar, à Polícia Civil. Mas eu tenho a informar para o senhor que na manhã seguinte do dia 13 foi instaurado um inquérito policial na Polícia Federal para apurar os fatos e, em menos de 15 dias, presidente, todos os responsáveis por aquele atentado foram presos numa operação conjunta da Polícia Federal com a Polícia Civil do Distrito Federal. Nós conseguimos prender os responsáveis. Nós conseguimos evitar ali, atribuição direta da União, a invasão do prédio da Polícia Federal, investigar e prender os acusados.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Anderson Torres, quais foram as determinações que o senhor, como ministro da justiça e segurança pública, repassou ao comando da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal para fazer cessar as manifestações golpistas que tomavam conta do Brasil?

Pergunto isso porque vi, no dia das eleições, uma Polícia Rodoviária Federal feroz na vistoria de ônibus que levavam eleitores para votar, principalmente nos estados do Nordeste, mas não vi essa mesma Polícia Rodoviária Federal agir com o mesmo fervor para desbloquear as vias de nossas rodovias que estavam tomadas por arruaceiros e criminosos, após o segundo turno das eleições, os quais impediam até mesmo as ambulâncias, com pacientes com risco de morte, de transitarem livremente. Falo isso, senhor Anderson, porque existiram crimes, nas duas ações citadas acima, pela Polícia Rodoviária Federal, que estava sob seu comando.

Pergunto, então: o senhor e o ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal, Silvinei Vasques, agiram com abuso de poder no que se refere à ação do dia das eleições? Prevaricaram diante dos bloqueios das rodovias?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – De maneira nenhuma, deputado. Na verdade, como eu disse, eu não tinha interferência no planejamento interno da Polícia Rodoviária Federal e, muito menos, da Polícia Federal. Eles tinham o planejamento deles, que é feito para o Brasil inteiro, e agiram conforme o planejamento deles. Isso não é atribuição do Ministério da Justiça, é atribuição exclusiva deles. Não há interferência do Ministério da Justiça, como eu deixei claro aqui no início, nas polícias do Brasil. Em relação aos bloqueios, eu já disse ao senhor que a ordem que nós demos ali, naquele momento, era para desbloquear. Não era para ter paciência nem conivência com nenhum... Para o senhor ter uma ideia, até a munição não letal da Polícia Rodoviária Federal acabou de tanto material que foi usado para tentar desmobilizar as estradas a partir do dia seguinte da eleição. E, em momento algum, nós interferimos nesse planejamento, porque o papel do Ministério da Justiça... Nós temos aqui em Brasília o Centro Nacional de Comando e Controle, que fica ali perto da Epia, e dali as instituições, sentadas, com um telão gigantesco, acompanham as várias imagens e acompanham a questão da segurança pública e do desenrolar da eleição no país, mas não interferindo no planejamento interno ou em qualquer outra coisa das polícias do Brasil.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou pedir para passarem 2 vídeos, porque aí o senhor vai se lembrar bastante do quanto foi grave aquela situação.

Por favor, passem os 2 vídeos: o vídeo 1 e o vídeo 2.

(Apresentação de vídeos.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Anderson Torres, essa é a realidade de criminosos, de bandidos, que impediam até a passagem de ambulâncias, de carros de funerária. O depoimento daquela senhora, lá em Pimenta Bueno, em Rondônia, mexe com todos nós.

Eu quero saber do senhor: o que o Ministério da Justiça fez, quando o senhor era ministro, para cessar aquela realidade?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Como eu disse ao senhor, a ordem era desobstruir. Cheguei a dizer ao senhor aqui que, inclusive, a munição não letal acabou, de tanto que foi usada, de tantos bloqueios, de tantos pontos que tinha no Brasil. Eu fui lotado em Roraima, eu morei em Roraima durante um tempo e passei por isso lá: fecharam a ligação do Brasil, a única ligação que tinha do Brasil pela BR-174, que ligava Boa Vista a Manaus; uma vez os produtores fecharam lá. Eu sei da dificuldade que é desbloquear uma estrada sem... Desbloquear, no caso, sem machucar ninguém, sem matar ninguém. A ordem, como eu disse aos senhores... São cenas lamentáveis, são atos criminosos, certo? E a ordem sempre foi, desde o primeiro momento, desobstruir as estradas do Brasil como um todo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor acha que o Silvinei Vasques desobedeceu às suas ordens?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu acho que não. Ele trabalhou, eles trabalharam dia e noite sem parar, sem folga, para tentar desobstruir. Como eu disse ao senhor, são... Na verdade, foram milhares de pontos de bloqueio. Corria aqui, tirava aqui, ia para lá, voltava. Os governadores não se envolveram muito em ajudar nesse momento, entendeu? Foi uma coisa realmente muito difícil e, na verdade, a PRF trabalhou para desobstruir.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor participou de alguma ação ou planejou alguma ação para a retirada dos acampados em frente do Quartel-General do Exército antes do dia 8 de janeiro de 2023, seja como ministro da justiça, seja como secretário de segurança pública? Por que aquele acampamento não foi desmontado antes, já que ali existia um covil de marginais? Inclusive já haviam realizado atos violentos e depredação no dia 12 de dezembro de 2022, nesta capital. Também foi naquele acampamento que nasceu o plano de explodir o aeroporto de Brasília. Também foi naquele acampamento que nasceu o plano de depredação e invasão dos prédios públicos. Sendo assim, indago novamente: o senhor fez alguma coisa para desmobilizar os acampados?

Pergunto isso porque o senhor era ministro da justiça até o dia 31 de dezembro de 2022, e secretário de segurança a partir do dia 2 de janeiro até o dia 8 de janeiro de 2023, e, pelo que sabemos, o senhor nada fez para desmobilizar aqueles acampamentos. O senhor tinha interesse em manter aqueles acampamentos?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Claro que não, deputado. Como eu disse ao senhor aqui, a operação estava marcada, começaria no dia 10, na terça-feira. Nós fizemos uma reunião com o general Dutra e a secretária de desenvolvimento social, na primeira semana como secretário de segurança, e a operação estava marcada. Ia começar com a Sedes, 2 dias, e a Secretaria de Segurança, a Polícia Militar, juntamente com o Exército Brasileiro. Na semana seguinte, nós iríamos fazer, na minha primeira semana como secretário de segurança pública. Foi uma das primeiras medidas que eu tomei – foi essa reunião para tirar os acampamentos dali. Era uma preocupação, eu tinha essa preocupação a partir do dia 12. Depois dos atos do dia 12, em Brasília, eu comecei a ter essa preocupação maior ainda e, assim que assumi a secretaria, um dos primeiros atos foi exatamente esse, organizar para retirar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Anderson Torres, sentado nessa cadeira em que o senhor está, nessa mesma cadeira, o general Dutra disse que a culpa não era deles – sentado aqui nessa cadeira em que o senhor está. E ele disse mais: disse que aquela é uma área de servidão. Que tanto o Governo do Distrito Federal como eles do Exército poderiam ter entrado na justiça para tirar o acampamento. E há mais: eu tenho em minhas mãos, ex-secretário Anderson Torres, um documento enviado pelo Exército que diz que no acampamento havia prostituição, havia drogas – e, se há drogas, há tráfico – e havia porte ilegal de armas. O Exército disse que esse documento foi encaminhado também para a Secretaria de Segurança Pública. Por que nada foi feito?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, eu não recebi esse documento enquanto estava lá. Talvez tenham enviado isso no ano anterior, ainda.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não, é de agora! Do acampamento.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Pois é, agora, assim... Eu não vou, com todo o respeito, comentar o depoimento do general aqui. Mas as imagens, a operação com 500 policiais militares ali parados esperando autorização do Exército para tirar o acampamento e alguém vir aqui dizer que não agiu, que não era atribuição, que não estava fazendo, é meio complicado. É o que precisa ser apurado por esta CPMI (*sic*). A Polícia Militar do Distrito Federal chegou a juntar 500 policiais para ir lá retirar o acampamento – e não estou falando da minha gestão, não, foi no ano passado. E eles é que não permitiram, deputado. Então, tem alguma coisa errada nesse depoimento, com todo o respeito, e sem querer fazer comentários aqui a depoimentos de outros depoentes. Mas precisa ser apurado isso aí.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor ex-secretário Anderson Torres, no final do ano passado, quando foi anunciado que o senhor voltaria para o comando da Secretaria de Segurança Pública, muitos setores do meio político e do Poder Judiciário contestaram essa indicação, pois o senhor se mostrou um dos mais importantes ministros de Jair Bolsonaro, e já estava em investigação a atuação da Polícia Rodoviária Federal sobre o ocorrido na eleição. Pergunto: por que a insistência em ser secretário de segurança pública do Distrito Federal?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, foi uma decisão do governador, não minha, de me convidar para voltar. Eu acho que os números que nós alcançamos aqui no Distrito Federal foram números nunca alcançados na história do Distrito Federal. Para o senhor ter ideia, na redução de homicídios, aqui, nós batemos o recorde dos últimos 45 anos, desde que se mede homicídios no Distrito Federal. Desde que a Secretaria de Segurança Pública tem registros de homicídios, estes nunca foram tão baixos quanto na nossa gestão. Em plena pandemia, houve 56,9% de redução dos feminicídios no Distrito Federal. Então, os meus números, graças a Deus e ao trabalho das polícias, sempre foram números de muita eficiência e de muito trabalho, um trabalho técnico. Então, não foi insistência em voltar. Eu fui convidado a voltar pelo serviço prestado e acabei voltando.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor tem informação de que o convite para que o senhor voltasse foi um acordo político firmado entre o governador e o Manoel Arruda, que é suplente da senadora Damares, e que foi feito um acordo político para impedir a candidatura do ex-senador Reguffe, que era do partido do Manoel Arruda? Você tem notícia de que foi feito esse acordo e que, em troca disso, o governador iria nomear o senhor como secretário?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não tenho conhecimento. As razões do governador, ele não me falou, ele só me chamou. E esses acordos eu não presenciei. Eu não estava presente nesse tipo de acordo, se é que houve esse tipo de acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não participou dessa tratativa?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não participei.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

Quando o senhor assumiu a Secretaria de Segurança Pública, por que o senhor mudou

imediatamente o secretário executivo e o secretário de inteligência? O senhor não poderia ter esperado mais alguns dias para fazer essa mudança? Pergunto isso, pois tenho informação de que as 2 pessoas exoneradas eram do seu convívio e, inclusive, os 2 já tinham trabalhado com o senhor e prestado excelentes serviços ao Distrito Federal.

Então, pergunto: por que uma troca tão açodada em 2 cargos tão sensíveis, destacando, inclusive, que as ações e posturas do doutor Fernando e da doutora Marília, pessoas trazidas pelo senhor, são bastante questionáveis quanto aos atos do dia 8? O senhor poderia nos explicar o porquê dessas mudanças?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, eu tinha 10 subsecretarias que poderiam ser mudadas, senhor presidente. A Secretaria de Segurança tem 10 subsecretarias, nós mudamos apenas 2. Eu trouxe o doutor Fernando, que era o diretor de operações integradas do Ministério da Justiça, servidor com mais de 15 anos de polícia, altamente experiente; e a doutora Marília, que era diretora de inteligência da Dint, a diretoria de inteligência de segurança pública do país inteiro. Ela coordenava a inteligência do país inteiro. Dois profissionais com extenso currículo, de extremo profissionalismo. E, das 10 mudanças que eu poderia fazer, fiz apenas 2. É difícil alguém assumir um órgão e fazer apenas 2 mudanças. Fiz apenas 2 mudanças exatamente pelo que o senhor falou. Como eu já tinha trabalhado na secretaria, conhecia vários profissionais que ali estavam e fiz apenas 2 das 10 que poderia fazer. Isso é normal no início de gestão. Nas instituições, não houve troca na Polícia Militar, não houve troca na Polícia Civil. Enfim, foram só essas 2 mudanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quais foram as suas orientações ao secretário executivo, Fernando Oliveira, e à coronel Cintia antes da sua viagem aos Estados Unidos? O senhor teve o cuidado de apresentar o ex-secretário executivo ao governador Ibaneis, aos comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e ao delegado-geral da Polícia Civil?

Antes disso, vou passar um vídeo no qual o senhor vai ver as afirmações ditas, aqui, pelo Fernando.

Passe o vídeo, por favor.

(Apresentação de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Doutor Anderson Torres, o que o doutor Fernando disse aqui é que a secretaria ficou acéfala porque o senhor viajou e não lhe passou o cargo e que ele não pôde fazer quase nada porque nem sequer conhecia a quem iria se dirigir para fazer cumprir as ordens que ele teria de dar. Segundo ele, o senhor ficou dirigindo a secretaria lá dos Estados Unidos e não falou nada a ele também.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Deputado, não é assim que as coisas funcionam. Ele estava devidamente empossado no cargo de secretário executivo, está certo? Na minha ausência, seja a ausência que for, ele imediatamente assume o cargo. Isso é por lei, está certo? Nós passamos o mês de dezembro, presidente, inteiro planejando como seria a nossa gestão na Secretaria de Segurança Pública, fazendo a transição do governo federal e planejando. O secretário Fernando sabia muito bem o que iria acontecer, como as coisas seriam aqui no Distrito Federal. Eu troquei... Eu não o apresentei pessoalmente, não o levei – porque também não precisa tanto –, mas passei o telefone dele para o governador Ibaneis. Eles trocaram telefones. Não é à toa que ele passa o sábado inteiro e o domingo inteiro falando com o governador Ibaneis. Está certo? Então, ele estava devidamente empossado no cargo. Se eu estivesse em Brasília, se eu estivesse em condições, ele não estaria falando com o governador Ibaneis e não estaria dando ordens como as ordens que deu. Eu deixei o PAI, que é o Protocolo de Ações Integradas, com ele para ser cumprido... com a subsecretária Cintia também. Enfim, eu fiz a minha parte! Não cabe pegar na mão dele e levá-lo: "Ó, esse aqui é fulano, isso aqui é beltrano!" Ele tem que correr atrás. Era um delegado de polícia experiente, devidamente empossado num cargo de secretário executivo na Secretaria de Segurança, cabia a ele tomar pé da situação e fazer... Nós passamos a semana inteira... Levei-o a todas as áreas da Secretaria de Segurança. Fomos a todas as salas, a todos os andares. Os que estavam ali, no prédio, ele ficou

conhecendo todas as pessoas. Os demais, cabia também a ele um pouco de iniciativa para poder conhecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pelo que o senhor está falando aqui, ele faltou com a verdade nesta CPI e, aí, nós vamos averiguar se não há a possibilidade de chamá-lo de novo.

Senhor Anderson, foi veiculado na mídia em geral, no dia 7 de janeiro de 2023, que o coronel Jorge Pinto enviou diversas mensagens, no grupo de WhatsApp chamado Difusão SSP-DF, alertando sobre o tensionamento dos ânimos dos manifestantes. O senhor estava nesse grupo ou no grupo Perímetro de Segurança?

Caso o senhor tenha tido acesso a tais informações, no dia 7 de janeiro de 2023, segundo consta de documento enviado a esta casa de leis, a coronel Cintia foi a uma reunião de urgência com órgãos federais, na tarde daquele dia, para tratar do aumento de manifestantes que chegavam a esta capital federal. Pergunto: por que não realizaram um novo PAI?

Seria possível realizar uma reunião de emergência, no dia 7 de janeiro de 2023, com as forças de segurança do DF, diante dos informes passados, e aprovar um novo PAI? Ou tais informes foram ignorados pela cúpula da Secretaria de Segurança?

O senhor, mesmo viajando, tinha essas informações e, mesmo assim, não fez nada, não determinou nada ao ex-secretário executivo Fernando e à coronel Cintia?

Eu vou passar um vídeo, o vídeo número 4, porque assim facilita a resposta do senhor e o esclarecimento, que é o que nós queremos nesta CPI.

Por favor, o vídeo número 4.

(Apresentação de vídeo.)

ANDERSON GUSTAVO TORRES – O senhor perceba que as informações chegaram a partir do dia 7, começaram a chegar a partir do dia 7. Eu já estava viajando, mas eles tinham ali total atribuição, total poder para determinar o que fosse preciso na segurança pública do DF. Agora, eu quero dizer uma coisa ao senhor. Em relação ao PAI, não era necessária a mudança. Esse, pela nossa experiência ali na secretaria – eu trouxe o PAI aqui –, é um dos PAIs mais completos que nós temos aqui no Distrito Federal. Por que eu digo isso? Porque previa o isolamento da praça dos 3 Poderes, o fechamento da Esplanada dos Ministérios, e nós sabemos o impacto que isso tem na vida do brasileiro. Está certo? Então, só se toma esse tipo de medidas... Eu gostaria até de lê-lo, se for o caso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu tenho isso, mas eu peço que V.Sa. o leia.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Excelente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estamos aqui para esclarecer a verdade.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Isso. Isso. Então, assim, perceba o que o PAI previa aqui: fechamento da Esplanada, isolamento da praça dos 3 Poderes... Aqui, por exemplo, para a Polícia Militar do DF: planejar e executar ações de policiamento ostensivo com o objetivo de manter e preservar a ordem pública durante a realização do evento, empregando, para esse fim, efetivos e meios necessários, conforme planejamento próprio da instituição e acordado em reunião na SSP no dia 6; executar o policiamento ostensivo de trânsito no local do deslocamento dos manifestantes; manter reforço de efetivo nas adjacências do perímetro interno dos prédios públicos de toda a extensão da Esplanada dos Ministérios, do Congresso Nacional, da praça dos 3 Poderes, bem como da rodoviária de Brasília; não permitir o acesso de veículos à praça dos 3 Poderes; ficar em condições de empregar tropa especializada em controle de distúrbio no caso de perturbação da ordem. Esse PAI, para fins do Distrito Federal, é um dos PAIs – eu estou com a palavra gravosa, assim, mais gravosa – mais completos que se tem, mais completos que se tem em razão da disposição. Agora, é feito o PAI e, daqui, cada instituição faz o seu planejamento interno. Não sou eu

que digo quais são os meios que serão usados, quantos policiais, se vem BPChoque, se vem o Bope, se vem o canil. Cada instituição é responsável por isso. E como eu disse ao senhor, aqui participaram, inclusive, o Supremo e o Congresso Nacional, que ficou responsável por colocar os gradis em volta dos prédios. Cada um sai dessa reunião, assina e depois recebe o PAI. E sai de lá com a responsabilidade de voltar para as suas bases e fazer o seu planejamento próprio, de acordo com a sua *expertise* e de acordo com o que ficou acordado aqui. Então, não seria necessário fazer um novo PAI, seria necessário cumprir esse aqui à risca, com base nas informações de inteligência que se tinham. E as informações de inteligência, deputado, são um organismo vivo. Então, hoje eu tenho essa informação de inteligência, amanhã ela andou para cá, depois ela andou para lá. Por isso que foi feito uma célula de inteligência dentro da Secretaria de Segurança. O que é uma célula de inteligência? É uma mesa onde ficam representantes de diversos órgãos, e ali as informações vão chegando, vão sendo passadas como estamos falando aqui: se chegar uma coisa aqui, eu conto para o senhor, o senhor conta para ele. É *on-line* o negócio. Então, de acordo com que foram andando, com o que foi... Na sexta-feira, não tinha nenhum ônibus em Brasília. Não tinha chegado nenhum ônibus na sexta-feira. A imagem que eu tinha quando eu saí de Brasília era aquela que eu falei para o senhor do telefone do general Dutra. De um jeito chulo de falar, mas meia dúzia de gatos pingados andando ali naquele negócio. Se no sábado evoluiu, se teve essa evolução, eles tinham toda a atribuição – o próprio governador Ibaneis fala isso –, eles tinham toda a atribuição para poder...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor sabe a que se resumiu o PAI no dia das ações?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – O PAI estava aqui para ser cumprido. Vou dizer para o senhor... Ele não foi... Bom, enfim...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor sabe que ele não foi cumprido.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Houve falhas. Acho que, inclusive...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – De quem é a falha?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É o que tem que ser apurado aqui, com todo o respeito. É o que tem que ser apurado aqui: as falhas do PAI.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós temos 2 informações. Nós temos já documentado e certamente vai para o relatório, doutor Anderson...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Perfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O PAI, em que estavam previstos 600 policiais – ou mais se fosse necessário – se resumiu a 176 policiais em formação. Em formação! Nem sequer água foi fornecida ao pessoal que estava trabalhando.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Acho que esse é o grande trabalho desta CPMI. É o grande desafio, porque...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós já descobrimos uma coisa importante – o senhor já apontou lá na CPMI, acaba de pontuar aqui, e eu estou de acordo com o que o senhor falou – sobre a questão do fechamento da Esplanada. Entretanto, doutor Anderson Torres, houve uma determinação para a abertura da Esplanada no dia 8.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Mas o senhor entende... Eu queria só explicar uma coisa para o senhor, não é também eximindo ninguém de culpa. Mas, quando se fala em fechamento da Esplanada, é para veículos. Nunca se falou em fechamento para pessoas que viessem se manifestar. O detalhe aí é o isolamento da praça dos 3 Poderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não foi isolada.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Esse, sim, é isolamento: carro, pessoas. Nada! Esse, sim, é isolamento. Volto a dizer ao senhor, com todo o respeito a todas as instituições, a todas as pessoas,

mas eu não posso deixar de falar, deputado: eu fiquei preso 117 dias e 4 meses, tendo deixado isso aqui assinado e pronto para ser cumprido.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pelo que foi colocado até agora, ex-secretário, tiveram a capacidade – e creio que o senhor não participou disso – de arrumar um bode expiatório. Arrumaram o coitado de um major que depôs aqui e estão colocando a culpa toda em cima dele, como se ele fosse o culpado.

E o que ele disse aqui? Que ele recebeu uma ordem no dia 7, à noite. Foi dito para ele que ele iria comandar o policiamento. Ordem verbal, nem sequer foi por escrito. À noite: “Você vai comandar amanhã”. E quando ele chegou de manhã... E mais: já que ele iria comandar, ele escalou o pessoal para a partir das 7 horas da manhã. Aí, chegou um coronel e falou para ele: “Não, não é às 7 horas. Você tem que colocar o pessoal a partir das 15”. Ele disse: “Não, mas eu já acertei. Depois eu os compenso com uma folga.” “Não, mas eu estou dizendo...” – e o major tem que obedecer ao coronel – “... que é a partir das 15”. E aí ele não tinha ninguém às 7 horas, e às 15, ele tinha 176 cadetes, que nem sequer formados eram ainda. E, agora, ele está preso como se ele fosse o grande culpado da invasão da Esplanada.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu acho que esse vai ser o grande desafio. Pelo que o senhor está me dizendo, a CPI aqui, realmente, já está até mais avançada do que a CPMI, porque os senhores já chegaram a esse nível de detalhe, que é um nível de detalhe importante para que os verdadeiros responsáveis sejam localizados. É muito importante saber disso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Doutor Anderson Torres, houve monitoramento, por parte da Subsecretaria de Inteligência, da chegada de manifestantes na capital federal a partir do dia 6 de janeiro de 2023? Houve monitoramento do acampamento em frente ao quartel-general nesses dias? E mais: houve acompanhamento dinâmico da evolução do movimento? Se houve, por que a Subsecretaria de Operações Integradas não agiu rápido junto às forças de segurança para conter os manifestantes?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Volto a dizer ao senhor, havia uma célula de inteligência montada. Nessa célula de inteligência, tinha lá representante da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, do Detran. É uma sala de monitoramento, de inteligência. Então, a Secretaria de Segurança com a Subsecretaria de Inteligência são os órgãos centrais de Brasília da inteligência. A inteligência chega até ela e difunde. Ela muitas vezes não produz o conhecimento. Ela recebe o conhecimento, trabalha o conhecimento e difunde o conhecimento. E isso foi feito. Sempre foi feito. É o trabalho, é o dia a dia da Subsecretaria de Inteligência. E eu tenho a certeza de que as instituições receberam. E volto a dizer ao senhor, mais uma vez: esse PAI era o suficiente para conter os atos do dia 8.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Se tivesse sido cumprido.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Positivo. Exatamente. Então, o senhor fala: “Ah, a subsecretária...” Não, acredito eu que ela via isso aqui e falava: “Não, isso é suficiente”. Agora, cabe a cada um dimensionar a tropa, dimensionar o que está acontecendo, acompanhar a inteligência. Isso é um ser – como eu disse – vivo. O senhor tem que ir acompanhando até depois. Até quando acaba a manifestação, o senhor tem que acompanhar. Quantas manifestações nós não vimos nessa Esplanada e...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou fazer uma pergunta para o senhor sobre a qual o senhor até já se manifestou na CPMI. Circula nos meios de que havia uma guerra interna dentro da Polícia Militar para a derrubada do comandante e para que outro assumisse, porque aquele comandante não agradava esses guerreiros que estavam lá pelo poder. O senhor, quando assumiu a secretaria, teve notícia dessa briga interna?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Pois é, eu fiquei sabendo também lá. Fui perguntado sobre isso, inclusive, e foi muito breve a minha passagem, deputado. Eu cheguei e tive reunião... Teve um dia inteiro de reunião com o secretariado, com o governador Ibaneis, os outros dias correndo a

secretaria, antenando-me do que estava acontecendo e consegui fazer uma reunião só com o coronel Fábio, que era o diretor-geral. Recebi ele na quarta-feira à noite na minha sala, conversamos longamente sobre segurança pública, sobre o Distrito Federal. O governador Ibaneis já tinha garantido que ele ficaria no cargo. Então, não foi alterado. Mas eu tive notícia, não tive notícias oficiais, mas esse deputado me perguntou isso, eu comecei a pensar, e é muito triste se isso for verdade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor teve conhecimento de que circulava essa história?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não, não tive. Infelizmente não tive. Deveria ter... Não tive. Não soube disso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor, mesmo distante, deveria estar sendo informado de tudo que estava acontecendo – nas palavras do doutor Fernando. Então, pergunto: o senhor entrou em contato com o doutor Fernando ou com a coronel Cintia no dia 7 de janeiro de 2023 ou no dia 8 de janeiro de 2023, determinando alguma medida a ser tomada diante das informações passadas pelo coronel Jorge Pinto? Se sim, quais? Se não, por acaso, o delegado Fernando, como substituto legal do ex-secretário de Estado, determinou alguma medida para conter aquelas ameaças? Se sim, quais? Caso nenhum dos 2 tenha determinado alguma providência, alguma autoridade da secretaria se manifestou sobre os alertas?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Bom, o senhor pode repetir o começo, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou repetir. Inclusive, vou passar um vídeo.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É, eu me perdi um pouco no raciocínio, me desculpe.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor, mesmo distante...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Ah tá, eu lembrei.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou passar o vídeo porque aí...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Está bem.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vídeo 5, por favor.

(Apresentação de vídeo.)

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É impressionante como ele não... Enfim, mas eu não vou entrar nesse detalhe. O senhor pergunta se eu entrei em contato. Na verdade, no dia 8, quando eu tive ciência do que estava acontecendo em Brasília, eu comecei a acompanhar pelo telefone e, quando tomei ciência do que estava acontecendo, o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto já tinham sido tomados. A única mensagem que eu consegui mandar naquele momento de desespero foi para que não deixassem chegar ao Supremo, que ainda não tinha sido tomado. Então, assim, não teve troca de mensagens, não teve... Eu realmente estava de férias, e o senhor sabe que... Uma viagem para os Estados Unidos com a minha família, pela primeira vez, minhas 3 crianças, eu estava totalmente envolvido com aquilo ali, tinha uma programação que a gente tinha feito. Então, eu tomei ciência, fiquei extremamente preocupado e só consegui mandar essa mensagem para ele porque, na minha cabeça, naquele momento, como os 2 já tinham sido tomados, era para se preservar, pelo menos, o Supremo Tribunal Federal, mas nem isso conseguiram e, infelizmente, aconteceu o que aconteceu.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Doutor Anderson, havia comunicação entre a Subsecretaria de Inteligência e a Subsecretaria de Operações? Quem era o responsável por lhe repassar essas informações para a tomada de decisões? O Planejamento de Ação Integrada foi cumprido totalmente? O que falhou em tal planejamento por parte de integrantes da Secretaria de Segurança Pública ou da Polícia Militar do Distrito Federal? Qual era a função da Subsecretaria de Operações Integradas, da Secretaria de Segurança, da Subsecretaria de Inteligência e do DOP no

PAI? Quem não cumpriu com suas atribuições no dia 8 de janeiro de 2023?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – A atribuição da Subsecretaria de Inteligência, como eu disse ao senhor, era o órgão central de inteligência do Distrito Federal. A atribuição da Subsecretaria de Operações Integradas é promover exatamente essa integração. Todos os eventos, deputado, que ocorrem no Distrito Federal precisam ser cadastrados na Secretaria de Operações Integradas. Então, desde uma manifestação na Esplanada dos Ministérios, um *show* que vai ter na Ceilândia, um jogo de futebol que vai ter em Sobradinho, tudo tem que ser cadastrado ali para que se planeje como se dará a segurança pública. Essa é a finalidade. Eles se falam entre si, é claro, há uma comunicação intensa dentro da Secretaria de Segurança, o material produzido pela Subsecretaria de Inteligência, muitas vezes, é para a Secretaria de Operações Integradas – e é assim que funcionam as coisas – e difundido também para as forças de segurança. Agora, essa avaliação de quem é a culpa, acho que os senhores estão bem mais perto dela.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Anderson, a Polícia Militar do Distrito Federal falhou no dia 8 de janeiro de 2023? O senhor acha que era suficiente o efetivo destacado? Quantos homens deveriam ser empregados no dia 8 de janeiro de 2023? Quem autorizou a tropa a ficar de sobreaviso? Isso foi um erro? Qual a função do DOP? Quem seria responsável pela escala dos policiais para cumprir o PAI: o comandante do CPR1, o comandante do DOP, o subcomandante ou o comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Pois é, todas essas perguntas, o senhor perceba que são perguntas internas da Polícia Militar. Eu acho que isto precisa ser apurado: quem falhou, se falhou, quantos homens tinha, quem era responsável por dimensionar a tropa, por dimensionar recursos, viaturas. Enfim, esse é um questionamento praticamente interno da Polícia Militar. A Secretaria de Segurança não se adentra nisso. Ela planeja, integra as forças, mas respeita a autonomia de cada força.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Anderson, em depoimento à Polícia Federal, a coronel Cintia disse que o comandante da Polícia Militar, coronel Fábio, estava preocupado com o efetivo desde a manhã do dia 8 de janeiro, que ligava para o DOP, e o pessoal não respondia; e, quando respondia, dizia que a tropa estava chegando e nunca chegava.

Houve alguma sabotagem do DOP no dia 8 de janeiro de 2023? O senhor acredita que o coronel Naime ou o tenente-coronel Paulo José, ambos da Polícia Militar, podem ter retardado a tropa por algum motivo que ainda não sabemos?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Essa afirmação é uma afirmação muito grave, presidente. Isso precisa ser apurado se isso realmente aconteceu, porque o comandante precisa ter o comando total da tropa dele. Enfim, se realmente aconteceu, isso é considerado uma insubordinação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ela afirmou à Polícia Federal em depoimento.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Então, precisa ser muito bem apurado e esclarecido isso aí.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Doutor Anderson...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Talvez seja o ponto chave essa pergunta anterior do senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Essa afirmação dela à Polícia Federal?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Só para fechar. É. Como ela conhece, ela é coronel da polícia, 30 anos de polícia e tudo, ela conhece. Ela sabe o que está falando, diferente de nós, que não fazemos parte da instituição.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Talvez por aí cheguemos efetivamente à verdade.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Só uma observação. No âmbito do Distrito Federal, claro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim.

Doutor Anderson, o ex-presidente da República passou os 4 anos de seu governo dizendo insistentemente que as urnas eram passíveis de fraude – o senhor é testemunha disso e chegou, inclusive, a participar de uma *live* com ele –, que o Exército Brasileiro era o poder moderador do país, e que as eleições de 2022 seriam uma questão celestial da luta do bem contra o mal.

Eu tenho certeza de que o ex-presidente fez isso de caso pensado. Foi um roteiro criado para fazer lavagem cerebral nas pessoas. Ele criou uma seita em que os seus seguidores o chamavam de mito. Só isso explica as mesmas pessoas terem ido acampar na frente das portas dos quartéis. Bastava ver as imagens do acampamento para se confirmar o que estou dizendo. Pior: fizeram o que fizeram no dia 8. O senhor acha que existe outro motivo para as pessoas terem feito isso?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Presidente, eu não posso falar pelo presidente, pela maneira de ele se portar em relação aos eleitores dele e tudo mais. Eu acho isso... Ele reconheceu o... Eu reconheci o resultado da eleição. Como eu disse ao senhor, eu nunca questionei o resultado da eleição. Fui o primeiro ministro a passar os relatórios de transição para o novo governo. Então, eu acho que é difícil para mim falar por ele. Eu sei dizer ao senhor que, da minha parte, recebi o futuro ministro Flávio Dino logo que ele foi indicado. Abri todas as secretarias nacionais do ministério para a equipe dele: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal... Ele teve acesso a tudo. Eu fiz uma transição extremamente democrática e tenho consciência de que a minha parte foi feita e bem feita. Difícil. Infelizmente, eu não posso falar pelo ex-presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Doutor Anderson, nós sabemos que o senhor, como integrante do governo de Jair Bolsonaro, tinha interesse político e funcional em que ele saísse vencedor das eleições de 2022, pois, assim, o senhor continuaria no cargo de ministro da justiça, poderia galgar um cargo de mais prestígio ou até mesmo ser indicado ao Supremo Tribunal Federal. Se esses fatos acontecessem, seria o normal dentro de um Estado democrático de direito.

Porém, pergunto-lhe isto: além desses interesses políticos e funcionais, o senhor teria outros interesses na eleição de Jair Bolsonaro? O senhor teria interesse financeiro na continuação de Jair Bolsonaro no poder? Pergunto isso, pois consta do seu extrato de declaração de Imposto de Renda – a que obtivemos acesso por meio desta CPI – que o senhor teria aportado quantias em espécie para futura integralização de uma empresa de mineração. O senhor poderia nos explicar essa questão do aporte com a empresa de mineração enquanto o senhor era ministro da justiça? Como é que foi isso mesmo?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Isso, na verdade, foi uma provisão que foi feita no meu Imposto de Renda, deputado, mas que nunca se concretizou. Uma provisão anterior em Imposto de Renda anteriores, mas que nunca se concretizou. Ia ser para montar uma empresa que nunca se concretizou. Não aconteceu. E o recurso, inclusive, já foi aportado para outra finalidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor ia montar uma empresa de mineração enquanto o senhor era ministro da justiça?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Muito antes. Esse aporte vem no meu Imposto de Renda desde 2012 ou 2013, se eu não me engano. Vem se repetindo todos os anos. Enquanto eu era ministro da justiça, de maneira nenhuma.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor repetiu como ministro da justiça.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Repeti, mas já não está mais lá e já foi para, para, para... Enfim, era um recurso de cento e poucos mil reais e já foi colocado em outra finalidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Era um pouco mais?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É. Por aí. Mas tudo recurso, deputado, do meu salário.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu não estou dizendo que é ilegal.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu não me recordo exatamente. E, se tudo fosse feito, seria feito dentro da mais estrita legalidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O que eu estou questionando é que o senhor era ministro da justiça. Nós sabemos de todos os discursos feitos pelo então presidente a respeito de mineração, inclusive de mineração em terra indígena. E o senhor, que era ministro da justiça, que cuidava dessa área, estava aportando recurso para a montagem de uma empresa de mineração.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Mas isso é muito ...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não estou dizendo que é ilegal.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Sim, sim. Eu disse ao senhor. Não existe mais isso. Não, não. Isso foi antes, bem antes de assumir o Ministério da Justiça, mas não existe. É tudo legal, tudo, como o senhor bem disse, uma provisão – para o senhor ver – já declarada no Imposto de Renda. Então, sem maiores problemas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu terminei as minhas indagações.

Doutor Anderson, quero louvar a atitude do seu advogado, doutor Novacki, por ter trazido o senhor a esta casa e pelo senhor se dispor a responder todas as perguntas que foram feitas. Eu acho que é esse o comportamento que os advogados brasileiros deveriam ter.

Doutor Novacki, eu o conheço há algum tempo, sei do compromisso que o senhor tem com a verdade – não é? Sei do trânsito que o senhor tem também em meios governamentais. Fiquei muito satisfeito quando o vi na Casa Civil do Governo do Distrito Federal. Infelizmente, depois o senhor saiu e quem perdeu foi Brasília.

Eu quero parabenizá-lo por ter convencido o ex-ministro Anderson Torres a vir aqui responder todas as perguntas que nós fizemos. Portanto, o senhor e o seu assistente estão de parabéns. Eu quero reconhecer isso.

Concedo a palavra ao deputado Iolando, para formular as suas indagações.

DEPUTADO IOLANDO – Muito obrigado, presidente, deputado Chico Vigilante.

Quero cumprimentar toda a mesa, os nobres deputados que estão presentes.

Assumindo a posição de relator nesta reunião da CPI, quero dizer que meu amigo, deputado Hermeto, se encontra enfermo – como foi falado pelo deputado Chico Vigilante. Ele está em tratamento de saúde e pediu uma licença. Estou assumindo a posição de relator substituto.

Eu já venho acompanhando há um bom tempo a CPI. Também acompanhei o relato do nosso então secretário, doutor Anderson, no dia da CPMI no Congresso Nacional.

Achei bastante importante essa audiência com mais de 7 horas de depoimento, de fala, de informação que vai enriquecer bastante também a nossa CPI da Câmara Legislativa. Dada a importância que tem esta CPI para o país e para o Distrito Federal, está sendo montado esse mosaico gradativamente. Cada peça, cada convidado ou mesmo cada pessoa que vem aqui prestar o seu depoimento traz um relato importante e fundamental para que esse mosaico seja concluído.

Doutor Anderson, primeiro, ouvi atentamente a biografia do senhor. É uma biografia invejável. Fico bastante feliz em ver que o senhor é membro da Polícia Federal desde 2003. Isso quer dizer que há 26 anos o senhor contribui com o país na área de segurança pública numa das forças mais respeitadas do nosso país.

O senhor assumiu uma posição de ministro. Antes de ministro, assumiu a Secretaria de Segurança do Distrito Federal por 2 anos e 3 meses e contribuiu muito, com muita sabedoria e inteligência, para que o índice de criminalidade no Distrito Federal – nas nossas 35 regiões administrativas – e, inclusive, no Entorno do Distrito Federal fosse derrubado, assim como a movimentação de drogas e armas. Com isso, ficamos muito felizes.

Sei que o senhor é um pai de família respeitado, é casado, tem uma ficha ilibada. Sei,

também, que o senhor é filho do Distrito Federal e cidadão exemplar do nosso país. Nós nos orgulhamos bastante por termos um ex-ministro, um delegado da Polícia Federal, um ex-secretário de segurança pública e um cidadão brasileiro. Isso nos orgulha bastante.

Doutor Anderson, o senhor sabe por quais crimes o senhor está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal? Seus advogados tiveram acesso aos autos do inquérito policial e conhecem as provas que existem contra o senhor?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Sim, conhecem e tiveram acesso aos autos. Enfim, a gente está sendo acusado de ter sido omissos nos atos do dia 8 de janeiro.

DEPUTADO IOLANDO – O senhor está sendo acusado de ter sido omissos nos atos do dia 8 de janeiro?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Perfeitamente.

DEPUTADO IOLANDO – Doutor Anderson, o senhor ouviu o ministro Barroso, em ato público, falar que “vencemos o bolsonarismo”. O senhor acredita que sua prisão tenha relação com essa fala do ministro do Supremo?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Muito difícil fazer juízo de valor. Eu acho melhor não fazer juízo de valor neste momento, deputado, com todo respeito.

DEPUTADO IOLANDO – *Ok*, doutor Anderson.

O senhor tomou conhecimento de algum ato ilícito praticado pelas pessoas que frequentavam o acampamento em frente ao QG do Exército, como o uso de drogas, prostituição ou armas, por exemplo?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Isso não chegou ao meu conhecimento. Não recebi esse documento. Acredito que tenha sido para o secretário anterior.

DEPUTADO IOLANDO – O senhor não tem conhecimento, de forma oficial...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Oficialmente eu não tive.

DEPUTADO IOLANDO – ... de que havia esses atos ilícitos naquele local?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Isso. Eu quero deixar claro, também, que, até pela função que eu ocupava, eu nunca fui a esses acampamentos, nunca pisei lá, não sei como é que estava funcionando aquilo lá. E não recebi oficialmente essa notícia.

DEPUTADO IOLANDO – O senhor sabe se existe alguma comprovação oficial de que existiam esses atos ilícitos no acampamento?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não tive tempo de verificar, porque, como eu disse aos senhores aqui, eu fiquei apenas 5 dias na secretaria e, de lá para cá, as coisas ficaram difíceis.

DEPUTADO IOLANDO – Mas, como ministro até o dia 31 de dezembro, o senhor não teve conhecimento?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não tive.

DEPUTADO IOLANDO – *Ok*.

Senhor Anderson, na manhã de sexta-feira, dia 6 de janeiro, o senhor se reuniu com o general Dutra para tratar do acampamento em frente ao quartel-general. Temos aqui até a fala complementar do presidente, deputado Chico Vigilante. O que foi exatamente discutido nessa situação? Na ocasião, o senhor já sabia do chamamento, nas redes sociais, quanto aos movimentos que estavam por vir? Já havia algum tipo de informação da inteligência à sua disposição? Discutiram sobre a desmobilização do acampamento?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Nós discutimos, basicamente, sobre a desmobilização do acampamento. A operação ficou marcada para começar no dia 10, na semana seguinte. Começaria

pela Sedes, a Secretaria de Desenvolvimento Social; na sequência, entrariam a Secretaria de Segurança e o Exército Brasileiro desmontando as barracas – que ele me mostrou em foto – que existiam no local. Enfim, foi isso que ficou tratado nessa reunião.

DEPUTADO IOLANDO – Está bem. Dia 6 foi o momento em que o senhor se reuniu com o general Dutra.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Comandante militar do Planalto.

DEPUTADO IOLANDO – E já havia a circulação, nas redes sociais, de que haveria uma movimentação para Brasília, para um ato?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – O primeiro informe que chegou dizia que estava havendo as convocações, mas que seria de baixa adesão e, até aquele momento, não diziam que iriam ser atos violentos.

DEPUTADO IOLANDO – *Ok*. Tendo sido acordados os termos de desmobilização – o senhor falou que esteve na conversa com general Dutra –, em qual cenário o senhor saiu de férias? Quando comprou as suas passagens? Já foi falado pelo senhor, mas eu gostaria que fosse reforçado. Foi você que marcou as suas férias? Quando foram marcadas?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, essa viagem era para ter ocorrido em julho do ano passado, mas, em razão da sobrecarga de trabalho, eu tive que adiar a viagem durante as férias escolares das minhas crianças. As passagens foram compradas em novembro, dia 21 de novembro. O senhor perguntou o que mais?

DEPUTADO IOLANDO – Quem marcou as suas férias?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Fui eu que marquei as minhas férias. Inicialmente – é bom esclarecer isso aqui –, eu estava de férias de 22 de dezembro a 19 de janeiro, férias acumuladas de 2021.

DEPUTADO IOLANDO – Quando?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – De 22 de dezembro a 19 de janeiro. Ocorre que eu tive que suspender essas férias. Perdi 19 dias de férias, porque não podia tomar posse aqui, como secretário de segurança, de férias. Aí eu marquei novas férias, referentes ao ano de 2022, a partir do dia 9 de janeiro. De 9 a 19, se não me engano.

DEPUTADO IOLANDO – O senhor, a partir da data da exoneração, no Ministério da Justiça, voltou ao cargo de delegado da Polícia Federal e, depois, veio para a secretaria ou resolveu ir direto?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É... porque foi durante o fim de semana. A posse do presidente Lula foi no domingo. Eu tomei posse na segunda-feira.

DEPUTADO IOLANDO – Dia 2?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Dia 2.

DEPUTADO IOLANDO – Como secretário de segurança pública?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Como secretário de segurança pública do DF.

DEPUTADO IOLANDO – E, logo depois, o senhor marcou as suas férias?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. Já estavam marcadas.

DEPUTADO IOLANDO – Já estavam marcadas?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu já vinha com férias marcadas. Eu avisei ao governador. Já estava tudo combinado para que eu trabalhasse essa primeira...

DEPUTADO IOLANDO – Mas não estava oficializado?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Já estava oficializado.

DEPUTADO IOLANDO – Estava oficializado?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Já estava oficializado.

DEPUTADO IOLANDO – *Ok.*

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Publicado no *Diário Oficial da União*.

DEPUTADO IOLANDO – *Ok.*

Quando o senhor aprovou o PAI de 2023?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Às 15 e 28 da sexta-feira dia 6.

DEPUTADO IOLANDO – *Ok.*

Ele estava de acordo com o cenário que se apresentava? O senhor entende que deixou tudo pronto na Secretaria de Segurança Pública, antes de viajar? O senhor deixou alguém no seu lugar com poderes para responder pela secretaria? O senhor deixou alguma orientação ou recomendação para o seu substituto?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Perfeitamente. O PAI, como eu disse, é um PAI – volto a repetir aquela palavra – dos mais gravosos, se é que a gente pode falar dessa forma, dos mais complexos, dos mais completos. O PAI era suficiente para aquilo. Meu substituto legal ficou para executar o PAI junto com todos os subsecretários da secretaria; o governador, informado e em contato com o secretário executivo. Enfim, todas as providências foram adotadas para que eu pudesse sair com tranquilidade. E mais: se tivesse, realmente, algum informe mais gravoso que pudesse gerar algum fato; se eu soubesse...; se eu tivesse noção; se eu tivesse alguma informação oficial de que poderia acontecer o que aconteceu em Brasília; com certeza eu nem teria viajado.

DEPUTADO IOLANDO – Se o senhor estivesse em Brasília durante os atos de vandalismo do dia 8 de janeiro, o que o senhor poderia ter feito de diferente das providências tomadas pela Secretaria de Segurança Pública?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, eu sempre falo isto: se eu estivesse aqui, a única coisa que teria sido feita – e que foi feita – seria acionar o gabinete de crise. Toda vez que há uma crise, aciona-se um gabinete de crise na secretaria. Os diretores, o diretor da Polícia Civil, o comandante da PM, o comandante dos bombeiros: as autoridades vão para esse gabinete de crise e, de lá, administram a crise. O que teria sido feito seria exatamente isto, administrar a crise.

DEPUTADO IOLANDO – O Programa de Ações Integradas, o PAI, recomenda às forças de segurança, em caso de ameaças ao poder público e em eventuais situações, ações da Polícia Militar ou das forças de segurança do Distrito Federal. O senhor acha que foi correta a forma como os policiais ficaram – de prontidão nas suas casas, com seus telefones ativos, esperando uma ocorrência mais agressiva?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Difícil fazer um juízo de valor sobre isso. É aquilo que eu disse ao nosso nobre presidente: eu acho que esta CPI já avançou muito nesse aspecto e já pode tirar suas conclusões do que foi certo e do que foi errado na execução do PAI.

DEPUTADO IOLANDO – O Protocolo de Ações Integradas, caso fosse cumprido à risca, permitiria o acesso dos manifestantes à Esplanada dos Ministérios? Se o senhor ainda fosse ministro da justiça, quais providências teria tomado para impedir a entrada nos prédios públicos?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, o PAI, se tivesse sido cumprido à risca, conseguiria evitar, eu acredito, grande parte do que aconteceu no dia 8. E, como ministro da justiça, eu teria acionado a Força Nacional para ajudar a Polícia Militar do Distrito Federal, principalmente depois que as linhas foram rompidas ali. Se tivesse efetivo da Força Nacional naquele momento, poderia ser utilizado em caso de emergência e em contato com o governador.

DEPUTADO IOLANDO – Doutor Anderson, no ato no dia 12 de dezembro de 2022, foram queimados ônibus aqui no Distrito Federal, houve manifestação... e algumas pessoas não

identificadas. O senhor tem conhecimento dessas investigações? Sabe se essas pessoas que fizeram esse ato foram presas? Elas prestaram depoimentos e tinham algum relacionamento com o acampamento em frente ao quartel-general?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Perfeito. Os atos do 12 foram apurados pela Polícia Federal, ainda na nossa gestão. Essas pessoas foram identificadas e presas. Agora, do vínculo com os acampamentos, é que eu não tenho certeza, mas me parece que, inclusive na noite, eles foram para o acampamento se esconder, de alguma forma, e se proteger por ali. Mas foram identificadas e presas em uma operação da Polícia Federal em conjunto com a Polícia Civil do Distrito Federal.

DEPUTADO IOLANDO – Mas eles frequentavam o acampamento?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu não tenho... Esse é um detalhe muito da investigação e eu, realmente, não tive acesso.

DEPUTADO IOLANDO – *Ok.*

Perguntei e vou perguntar novamente: se o senhor estivesse na condição de ministro ainda, o senhor tomaria a decisão de impedir a entrada na Esplanada dos Ministérios?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, seria fazer um contato com o governador e colocar à disposição a Força Nacional.

DEPUTADO IOLANDO – O senhor convocaria a Força Nacional?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É. A Força Nacional tem uma sedezinha ao lado do Ministério da Justiça.

DEPUTADO IOLANDO – Que é direcionada diretamente ao Ministério da Justiça.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Isso. Mas, para atuar, precisa de autorização...

DEPUTADO IOLANDO – ... do governo local.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Isso, perfeito!

DEPUTADO IOLANDO – *Ok.*

Do que se trata o Relatório de Inteligência nº 6, citado pela coronel Cintia quando esteve depondo aqui na CPI? O senhor tem conhecimento dele?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu não me recordo, especificamente, desse relatório de inteligência, mas – volto a dizer –, até o dia 6, todo o relatório de inteligência, tudo que chegou estava sob controle e esse PAI resolveria tudo aquilo que chegou para nós até o dia 6. Como eu disse, por mais violentos que fossem, por mais preparados que os manifestantes estivessem, se isso aqui tivesse sido cumprido à risca, eu posso afirmar que o dia 8 não teria sido daquela forma.

DEPUTADO IOLANDO – *Ok.*

Quando o senhor tomou conhecimento desse relatório?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Pois é, eu não me recordo bem desse relatório. Eu não sei. O senhor tem ele aí? Tem alguma coisa?

DEPUTADO IOLANDO – Não, não o tenho aqui, agora, neste momento.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. Então, não me recordo.

DEPUTADO IOLANDO – *Ok.*

Sob sua gestão, como foi a atuação do Ministério da Justiça nos atos do dia 12 de dezembro de 2022? Quando foi o desfecho dessa situação?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É isso que eu disse ao senhor. Houve um comando imediato para o COT, da Polícia Federal, ir para lá proteger o prédio da Polícia Federal que estavam tentando invadir. Eles conseguiram conter a invasão. A Polícia Penal Federal também atuou nesse dia

porque eles já estavam lá no momento da invasão. Na sequência, no dia seguinte, instaurou-se o inquérito policial para apurar – como eu disse aqui, uma operação muito bem sucedida. Alguns dias depois, prenderam as pessoas que fizeram aqueles atos de vandalismo no centro de Brasília.

DEPUTADO IOLANDO – *Ok*, doutor Anderson.

Como ministro da justiça, o senhor chegou a ter conhecimento de que o Exército Brasileiro dificultava a retirada do acampamento montado em frente ao QG?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu assisti pela televisão e vi que a Polícia Militar tentou, por algumas vezes, tirar o pessoal dali e teve essa resistência.

DEPUTADO IOLANDO – Bom, nós temos o Exército Brasileiro, que é uma força moderadora no nosso país e que tem um poder supremo de atuação. O senhor acha que não houve fraqueza por parte do Exército em não agir dentro da lei e retirar aquele acampamento naquele local?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Difícil fazer um juízo de valor, até porque as instituições evitam ter problema institucional entre elas. Então, eu acho difícil fazer um juízo de valor. Eu não estava nessa negociação, não sei quem tentou – escutei pela imprensa algumas vezes –, tanto que falei aqui para o deputado, para o presidente, que a Polícia Militar tentou por algumas vezes tirá-lo dali. Vi tudo pela imprensa e não teve. Então, é uma situação bastante delicada.

DEPUTADO IOLANDO – Mas o senhor não teve uma conversa com o general Dutra antecipadamente sobre a desmobilização?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Pois é. Aí já estava o novo governo eleito, o novo governo empossado, e aí, na nossa conversa, nós tratamos da retirada. Não houve resistência nenhuma e ficou tudo combinado.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor Anderson, no dia 7 de janeiro de 2023, às 21 horas e 21 minutos, a subsecretária de ações integradas da Sopi, a coronel Cintia, manda para o secretário executivo Fernando o Ofício nº 48/2023 do Ministério da Justiça, do ministro da justiça Flávio Dino, no qual constam informações de que o movimento teria a intenção de promover ações hostis e danos contra os prédios públicos.

É correto afirmar que tanto o ministro da justiça quanto o secretário de segurança pública do Distrito Federal tinham conhecimento de uma possível manifestação hostil? Quais providências foram tomadas no âmbito da Secretaria de Segurança Pública a partir dessa informação?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Pois é, eu não tive acesso a essa informação. Eu já não estava mais aqui. Chegou para o subsecretário Fernando, e eu realmente não sei qual foi o andamento dado a essa notícia. Não tenho como dizer para o senhor porque nesse dia eu não estava mais aqui.

DEPUTADO IOLANDO – O senhor não sabe que no dia 7 de novembro, às 21 horas, a coronel Cintia recebeu informação do ministro da justiça sobre o ato com planejamento de ser uma ação agressiva?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não tive ciência. Agora, depois dessas investigações aqui e na CPMI, a gente começa a saber dessas coisas. Realmente, na data do fato, eu não tive acesso a essa informação. Eu não sabia que ele tinha recebido esse documento. Mas, como eu disse, ele tinha total autonomia para tomar as providências necessárias.

DEPUTADO IOLANDO – Eu tenho uma última pergunta, doutor Anderson. Doutor Anderson, o PAI nº 02/2023 foi elaborado, assinado, ratificado e aprovado de acordo com as informações que havia até então e, como tal, a meu ver, estava correto. Contudo é comum que, entre a data do planejamento e a data da execução, a realização ora apresentada se manifestar de maneira diferente. É nesse ponto, na minha opinião, que ocorreu o erro das demais coisas aqui em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023. O erro foi na correção do curso das medidas.

Para mim, todos os órgãos envolvidos, com base nas informações que tinham a partir de

sexta-feira, dia 6, se prepararam para uma manifestação de baixa adesão. O problema é que a Polícia Militar do Distrito Federal exerce protagonismo no que diz respeito ao controle das manifestações populares, ao passo que o governo federal exerce protagonismo no que tange à proteção do patrimônio público federal.

O senhor doutor Fernando, a coronel Cintia, o coronel Fábio Augusto, além do ministro da justiça Flávio Dino, tinham informações suficientes para corrigir o rumo das coisas.

Eu não sou especialista em segurança pública. Sou militar da reserva da Força Aérea Brasileira. Fui vítima de um acidente, reformado em 1993 e não tive muito tempo lá dentro da Força Aérea, das Forças Armadas. Mas, em segurança pública, o senhor é especialista. Obviamente, baseado nos 26 anos de formação que o senhor tem dentro da Polícia Federal, ministro da justiça, secretário de segurança pública do Distrito Federal, entre outras formações que o senhor tem na área de segurança pública do Distrito Federal.

Eu gostaria de saber a sua opinião, doutor Anderson. Estou certo em acreditar que o problema foi a correção do curso das medidas? Com as informações que havia, dava... Melhor, vou refazer a pergunta... Eu gostaria de saber a opinião do senhor: estou certo em acreditar que o problema foi na correção do curso das medidas? Com as informações que havia, dava para fazer isso?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, deputado, nobre relator, a gente... O que eu digo é o seguinte: houve falha grave no cumprimento do Protocolo de Ações Integradas. Isso é o coração do problema. Eu acho que é por aí que a gente tem que avaliar. O protocolo, como eu disse, ele é bem-feito, ele foi muito bem feito. Ele foi dimensionado por uma grande manifestação, no que, até sexta-feira, com os dados que se tinham, a gente nem acreditava. Os dados que se tinham, as informações de inteligência que chegavam na sexta-feira, é que as manifestações teriam baixa adesão, está certo? Então, assim, o planejamento era mais do que suficiente para aquilo ali. Houve falha grave no cumprimento do planejamento. E eu vejo que é isto que precisa ser apurado: onde houve os erros. A secretaria cumpriu com o papel dela, fez as reuniões prévias, conversou com todos os entes, responsabilizou cada um, todo mundo assinou o planejamento, todo mundo recebeu o Protocolo de Ações Integradas. Então, eu vejo que a parte da secretaria foi feita e muito bem feita. Agora, a questão do cumprimento, o que precisa ser visto é onde foram os erros, onde foram os equívocos para a gente poder avançar.

DEPUTADO IOLANDO – Só para complementar, o senhor no dia... A Agência Brasileira de Inteligência – Abin informou 48 horas antes do ato, isso no dia 6 de dezembro, que haveria algo diferente e que havia uma movimentação grandiosa no país para a vinda de algumas pessoas para cá para poder fortalecer um ato a ser programado. O senhor foi informado. A Coronel Cintia foi informada. O doutor Fernando foi informado, e o coronel Fábio Augusto também foi informado. O comandante da Polícia Militar. O ministro da justiça foi informado e, ainda assim, mesmo sendo feita pelo PAI uma avaliação de que aquela situação seria uma situação normal, que seria uma ação de baixa adesão, não teria tanta preocupação para uma convocação extraordinária de um aparato policial, das forças de segurança, maior, ainda assim, o senhor acha que essa seria a medida?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu acho que sim. Eu acho que o PAI, como eu disse, ele é adequado. Ele, hoje, se a gente for executar...

DEPUTADO IOLANDO – Não precisava ser readequado?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não precisava ser readequado. Se a gente instalar esse PAI hoje, para ser cumprido ali, se ele for cumprido à risca, isolar a Praça dos Três Poderes, fechar a Esplanada, fazer a contenção em todos os prédios ali, cuidar da Via N1, da Via S1, N2 e S2, conforme está planejado aqui... O PAI prevê até, em caso de crise, que o DER feche o balão lá do presidente da República, lá do Palácio da Alvorada. O PAI, ele pensou em, realmente... O PAI previa que a Polícia Militar reforçasse o efetivo no Setor de Indústria, perto dos tanques de abastecimento. O PAI, como eu disse, ele é muito completo. Ele é muito completo. Ele observou todos os aspectos de uma

grande mobilização.

DEPUTADO IOLANDO – Vê-se que esse PAI, então, é um dos mais bem estruturados nas ações...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Para Brasília, sim.

DEPUTADO IOLANDO – ... para a Praça dos Três Poderes.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Perfeito.

DEPUTADO IOLANDO – Ok.

Agradeço ao senhor, doutor Anderson, por sua contribuição a esta comissão parlamentar de inquérito.

Também quero agradecer ao presidente, nobre deputado Chico Vigilante, e a todos. Muito obrigado por este primeiro momento.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Agradeço ao senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Iolando.

Vamos suspender a reunião por 5 minutos para que o nosso depoente possa tomar um café.

(Suspensa às 12h01min, a reunião é reaberta às 12h06min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a reunião.

Seguindo a ordem de chegada, concedo a palavra ao deputado Fábio Félix por até 25 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Muito obrigado, presidente. Bom dia, quase boa tarde a todos e todas que nos acompanham pela TV Câmara Distrital. Senhor Anderson Torres, bem-vindo à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Quero, muito rapidamente, iniciar a minha participação falando da importância deste momento que estamos vivendo. Às vezes, quando passa um certo período do que aconteceu no dia 8 de janeiro, e não só do que aconteceu no dia 8 de janeiro, mas do que aconteceu no período pós-eleitoral, perdemos a dimensão da gravidade do que aconteceu. Foram acampamentos pedindo golpe de Estado; foi um presidente da República e toda uma estrutura de Estado que não assumiram o resultado das eleições, foram atentados nesta cidade que aconteceram e culminaram, no dia da diplomação do atual presidente da República, com ações graves em que a segurança pública também cometeu erros graves. Estamos falando de uma conspiração, de sabotagem recorrente. Depois houve uma investigação na semana da posse do atual presidente da República sobre uma tentativa de bomba no aeroporto de Brasília. Já ficou comprovado que a conspiração aconteceu no acampamento, onde eles se reuniram para tratar sobre o atentado a bomba, no acampamento dos santos. Foi lá que aconteceu a conspiração de atentado a bomba. Nós estamos falando de uma questão que é gravíssima, um presidente da República que, de forma recorrente, atacava as urnas eletrônicas. E é bom lembrar que o método das urnas eletrônicas é o método de votação do Brasil de legitimação do nosso Estado democrático de direito. Atacando as urnas eletrônicas, o objetivo era um só: atacar a democracia brasileira. Nós não estamos falando de uma falha pontual. Nós não estamos falando de um evento pontual. Nós estamos falando da utilização do Estado brasileiro contra a democracia.

Este depoimento é importante, senhor Anderson Torres, pela participação que o senhor teve na dinâmica institucional. Primeiro, o senhor foi secretário de segurança do DF, conhece a máquina do Distrito Federal. Depois, o senhor foi nomeado ministro da justiça do governo de Jair Bolsonaro. E, depois, o senhor volta a ser nomeado secretário de segurança pública do DF. Eu trago essa dimensão da gravidade para entendermos – e voltarmos a entender aqui – qual é o nosso papel e também entendermos qual é o perfil do senhor.

Nós conhecemos um pouco do perfil do senhor Anderson Torres como membro da Polícia

Civil, depois membro da Polícia Federal, delegado da Polícia Federal, cumprindo uma série de papéis dentro da Polícia Federal, mas eu gostaria de conhecer também um outro papel que o senhor cumpriu: o senhor foi assessor parlamentar – e acho que chefe de gabinete – do deputado federal Fernando Francischini, correto?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Correto.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Que é deputado federal pelo...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Ele não é mais deputado federal.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Que era deputado federal pelo Paraná.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Pelo Paraná.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor, depois que entrou para o governo do Distrito Federal, e depois que entrou para o MJ, filiou-se ao PSL, correto?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, eu nunca fui filiado a partido político.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Foi a primeira vez?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não, essa informação está errada. Ela está na Wikipedia e tal, mas eu nunca fui filiado a partido.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nunca foi filiado ao PSL?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Nunca.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor já cogitou ser candidato a deputado federal pelo União Brasil, que depois se fundiu...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Todo mundo fala isso, deputado, que eu fui cogitado a ser candidato a deputado, a senador, a isso ou aquilo, mas eu nunca cogitei.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor nunca cogitou?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – O meu trabalho sempre foi técnico, eu nunca cogitei.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor nunca cogitou?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Para sair candidato, não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Candidato a deputado federal?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. As pessoas falam que, bom, enfim, que eu errei, que eu deveria ter saído. Mas, da minha parte, não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor nunca cogitou. Então, o senhor nunca foi presidente do PSL? Nunca participou de nenhuma negociação relacionada ao União Brasil e ao PSL?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. Eu tenho amigos que compõem...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nem de reunião?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Tenho amigos e frequento a casa de pessoas e tal, mas... amigos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor nunca participou de reunião do União Brasil?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Já participei, mas nunca fui...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ah, então o senhor já participou de reuniões do União Brasil.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Já participei, eu sou muito amigo do vice-presidente do União Brasil.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Amigo do vice-presidente do União Brasil.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, já participou de reuniões, já esteve nessa dinâmica.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Já participei.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Em alguma dessas reuniões, os senhores discutiram a possibilidade de uma candidatura do senhor?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. Minha, não. Exatamente minha, ainda, não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não discutiram em nenhuma dessas reuniões de que o senhor participou?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o senhor participou de algumas reuniões.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Acho que isso é importante, para podermos também qualificar.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Claro!

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O Fernando Francischini já foi deputado por vários partidos, não é? Um deles, acho que o atual a que ele é filiado, é o União Brasil.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Foi do PSDB, foi do Solidariedade e do União Brasil.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo.

Outro tema importante em que o senhor teve participação é sobre as urnas eletrônicas. No dia 29 de julho de 2021, o senhor participou de uma *live*, com o então presidente Bolsonaro, que tratou das urnas eletrônicas. O ex-presidente anunciou, antes da transmissão, que provaria a fraude nas eleições de 2014, entre Dilma e...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Aécio.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor se lembra dessa *live*?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Lembro dessa *live*.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor participou dessa *live*?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Nos 5 minutos finais.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nos 5 minutos finais. O senhor teve acesso a algum relatório que comprovasse fraude nas eleições de 2014?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Nunca tive acesso a relatório que comprovasse fraude em eleição nenhuma.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha que o ex-presidente Bolsonaro comprovou alguma coisa naquela *live*?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, ele mostrou... Vamos dividir a *live*. Posso já falar? O senhor já está em questionamento, né?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim, pode.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Ele apresentou uma série de aspectos que a própria internet trazia e que não passaram por mim, nem pelo ministério, nada. O meu papel naquela *live* foi ler um relatório. O Tribunal Superior Eleitoral faz um chamamento público, deputado, de 2 em 2 anos, se eu não me engano...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sei.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – ... para a sociedade civil e para as instituições, para que todo mundo opine sobre o sistema eleitoral brasileiro. A Polícia Federal, através de... ela designa peritos para participar desse chamamento público, e esses peritos, ao final, fazem um relatório e

enviam para o TSE. Eu peguei esses relatórios; eu, não; a minha assessoria pegou esses relatórios e fez um resumo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eles são públicos?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Públicos. Fez um resumo daquilo ali, e foi exatamente isso que eu li na *live*. O que esses relatórios dizem? Eles dizem que o sistema eleitoral brasileiro é seguro, mas, por mais seguro que seja, precisava de outro sistema para fazer uma checagem; fala do voto impresso; fala... Mas são...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha que esse relatório prova fraude nas eleições de 2014?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não, não. Eu não fui lá para provar fraude. Eles fazem considerações técnicas a respeito da eleição.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o presidente disse que nessa *live* provaria fraude nas eleições de 2014. Então, é um equívoco do presidente, correto?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Aí, tem que perguntar para ele, não é? Porque eu não falei...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É um equívoco do presidente. O senhor estava lá.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Mas é difícil falar por ele.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu digo pelo senhor, porque o senhor é um servidor público.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Pois é, eu falo por mim. Por mim, o que estou dizendo é exatamente isso. Eu confio nas urnas eletrônicas.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Correto. Mas o senhor está incluído no inquérito das *fake news* por conta dessa participação?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu acredito que sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, foi essa participação...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Acredito que sim. Nunca fui intimado, eu nunca fui...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Quando o senhor ocupava o Ministério da Justiça, o senhor enviou um ofício ao Tribunal Superior Eleitoral no qual mencionava a possibilidade de a Polícia Federal usar programas próprios para fiscalizar a urna eletrônica. Seria uma medida autônoma da Polícia Federal? Qual era a ideia?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Negativo. Pela comissão de transparência do Tribunal Superior Eleitoral, a nossa ideia era compor... Como a Polícia Federal fazia parte dessa comissão, a nossa ideia era compor e realmente atuar de uma forma mais proativa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Houve alguma orientação específica do presidente Bolsonaro sobre as urnas eletrônicas? E sobre uma incidência do Ministério da Justiça nesse tema?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Nesse caso, não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor já se reuniu com o presidente Bolsonaro e teve alguma orientação no sentido de desacreditar as urnas eletrônicas ou apontar falhas nas urnas eletrônicas?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. De maneira nenhuma.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu digo isso porque... Não é uma pergunta folclórica ou equivocada, porque o presidente, recorrentemente, fazia *lives* para desqualificar e atacar o processo eleitoral brasileiro. Estou dizendo isso inclusive para o senhor poder esclarecer, porque o senhor é servidor público, independentemente do cargo que ocupe. O senhor tem que esclarecer, porque o senhor foi ministro da justiça deste país. É um cargo de extremo respeito – pelo qual as pessoas têm extremo respeito –, e era um ataque institucional direto de um agente político, que era o presidente

da República, o presidente Bolsonaro.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Deputado, a minha atuação sempre foi técnica. E o presidente da República sempre respeitou isso – a minha atuação técnica. Eu fui convidado exatamente por isso. Não sou um grande político. Não sou um grande articulador. Fui convidado por ser técnico e exerci minha função – minhas funções – sempre tecnicamente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porém, o senhor acha que é tecnicamente correto participar desse tipo de *live*, em que o presidente da República anuncia que vai denunciar fraude nas urnas eletrônicas brasileiras?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Deputado, eu era convocado. Quando convocado pelo presidente da República, você participa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas quando o senhor, um servidor público sem hierarquia militar, viu que aquele tipo de medida era ilegal – e era ilegal! –, o senhor não poderia se negar a participar ou mesmo oferecer a carta de demissão, já que via que aquela ação do presidente era absolutamente ilegal?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Era... O meu caso... Não era o caso. Eu fui lá, como eu disse para o senhor...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não era o caso por quê?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Porque a minha parte foi técnica, uma parte técnica que existe... não se...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Doutor Anderson, desculpe. Com todo respeito ao senhor, vossa senhoria, obviamente todo mundo tem uma perspectiva técnica e tem uma perspectiva política. O senhor decidiu participar de um projeto político.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Perfeito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E, quando o senhor decide participar de um projeto político, o senhor, além de técnico, é parte desse projeto político. Então, não dá para diferenciar, dissociar uma coisa da outra, quando ingressamos em um projeto político. Eu acho que isso tem que ficar evidente, porque às vezes isso acaba... Eu acho que é um certo nível de ingenuidade que a população brasileira não tem. Então, por mais que o senhor tenha uma carreira técnica e que o senhor traga os elementos desse processo aqui, o senhor se permitiu participar de uma *live* que, de técnica, não tinha nada! Era um ataque deliberado às urnas eletrônicas e, portanto, à democracia brasileira. O senhor acha correto um servidor público participar desse momento?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Como eu disse ao senhor, eu fui convocado e participei.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Durante as eleições, por exemplo, o senhor pediu à Polícia Federal a investigação dos institutos de pesquisa eleitoral. O que motivou esse pedido?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Uma representação de um partido político.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ao Ministério da Justiça?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu recebi uma representação de um partido político.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De qual partido?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu não me lembro agora. Não sei. Acho que foi o PL. Eu recebi essa... Eu recebi...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – PL? Partido do presidente Bolsonaro?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu recebi essa representação e a encaminhei à Polícia Federal para providências.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ok.

O Bolsonaro ou qualquer pessoa de fora do Ministério da Justiça solicitou ou sugeriu, de alguma forma, que o senhor pedisse essa investigação?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Negativo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nunca? Ninguém? Não houve reunião?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Toda denúncia que chegava... toda denúncia, eu chegava e encaminhava para quem de direito. Eu não ia segurar isso no Ministério da Justiça.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Só tenho uma dúvida. Nós vamos pedir todos os dados em relação a isso. Eu acho importante para esclarecermos inclusive essa postura técnica que o senhor alega aqui. Todas as representações de partidos políticos ou entidades da sociedade civil ou empresariais que chegaram ao Ministério da Justiça foram encaminhadas à Polícia Federal?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Foram encaminhados para quem de direito, muitas à Polícia Federal.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Acho que é importante termos esse relato completo porque, no meio das eleições, aquilo foi encarado, inclusive pela imprensa brasileira, como um ataque direto à liberdade de imprensa, à liberdade de pesquisa do processo eleitoral pelos institutos. E os institutos de pesquisa, coincidentemente, davam a derrota do ex-presidente Bolsonaro!

Agora vamos para o terceiro ponto que eu acho importante nessa briga entre o técnico e o político, que, na minha opinião, é conceitual, porque eles andam juntos o tempo inteiro: o período entre o primeiro turno e o segundo turno das eleições. No primeiro e no segundo turnos das eleições, houve a realização de operações pela Polícia Federal. Houve um planejamento prévio dessas operações?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É um planejamento interno das instituições.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Quem foi encarregado de organizar esse planejamento, de comandá-lo?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – O senhor se refere a qual operação?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Às operações da Polícia Rodoviária Federal.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Ah, o senhor tinha falado "Polícia Federal".

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim... Não: Polícia Rodoviária Federal!

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Da Polícia Rodoviária Federal, é um planejamento interno. Ela fez um planejamento interno para o primeiro turno e fez um planejamento para o segundo turno. Como é que isso funciona, deputado? Deixa eu te explicar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – O Ministério da Justiça tem, aqui em Brasília, o centro nacional de comando e controle, que tem a... A coordenação da Operação Eleição é feita pelo Ministério da Justiça. De que forma? As 27 unidades da Federação encaminham os planejamentos operacionais para lá, mais a PF, mais a PRF.. O TSE participa, enfim... Então, é um monstro de uma operação.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É grande?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É grande a operação! E...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Deixe-me fazer uma pergunta específica sobre a operação, que é importante. É que eu tenho pouco tempo, então eu vou direto ao ponto quanto a algumas dúvidas sobre a operação.

Doutor Eumar, o senhor Anderson já deu uma explicação grande para o deputado Chico Vigilante sobre como funcionam as operações do primeiro e do segundo turnos.

Eu vou a alguns pontos específicos da operação e depois você vai ter muitas oportunidades aqui. O tempo é quase livre.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. Tudo bem. Estou tranquilo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O tempo é quase livre para o senhor. O senhor vai ver.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Quero esclarecer alguns pontos específicos: de acordo com o testemunho de Clebson Ferreira de Paula Vieira, analista de inteligência da Coordenação-Geral de Inteligência do MJ, a diretora de inteligência Marília Alencar demandou uma análise e um cruzamento de dados eleitorais para identificar os municípios em que o presidente e o então candidato Lula tivessem uma votação superior a 75%. A maior parte, no caso do Lula, foi na região Nordeste.

O senhor determinou isso ou teve conhecimento da análise dessas informações?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – A análise foi feita, deputado, pela servidora Marília e pelos servidores dela lá dentro da Dint, da área de inteligência. Mas o levantamento foi feito sobre o candidato Lula e sobre o candidato Bolsonaro.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim. Eu disse isso na pergunta.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É. Eu entendi só do Lula.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não: dos dois candidatos!

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Foi dos dois candidatos porque, na visão da Dint... A Diretoria de Inteligência e toda a inteligência têm, como função...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E foi o senhor que determinou esse mapeamento?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. Não foi. É exatamente disso que eu estou falando. Uma das funções dela é fomentar a discussão, fomentar. E ali, naquele momento, o nosso objetivo e a nossa ordem eram de reprimir os crimes eleitorais, independente de partido, ideologia e candidato.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Então, ela foi fazendo algumas sugestões. Ela me trouxe uma sugestão, por exemplo, em relação às localidades onde se tinham denúncias de que o crime organizado estava comandando as eleições. Isso também foi um relatório de inteligência que foi feito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Entendi.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Esse nós mandamos checar. Agora, esse outro, eu não conhecia essa métrica, eu não achei essa métrica.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De 75%. Você a achou correta?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu não vi, não vi, como é que eu te digo... Eu não a achei adequada porque eu não achei crime nisso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É porque eu vi inclusive a métrica e vi como essa métrica, analisada pelo departamento de inteligência, depois se configurou nas ações. E isso me gera um nível muito grande de preocupação.

De acordo com o depoimento de Marília Alencar, essa análise de informações foi entregue e apresentada ao senhor em reunião que teria ocorrido no dia 18 de outubro.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – E eu não dei andamento exatamente por não ver...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, o senhor teve conhecimento dessa métrica e dessa discussão?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Das duas métricas que eu disse ao senhor. E não dei andamento a isso porque eu não vi uma conexão disso com crime. Como é que a gente ia... é porque ele teve, o Bolsonaro teve 75% dos votos, por exemplo, numa cidade de Santa Catarina. Que

crime ocorreu ali? Como é que através disso – foi isso que eu questionei –, nós vamos chegar a crimes eleitorais? E não tive essa resposta.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor se encontrou com a diretora Marília, com o diretor da PRF Silvinei Vasques ou com o diretor de inteligência da PRF Luis Carlos no dia 19 de outubro?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não me encontrei com eles.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não encontrou?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque o relatório da PF que embasou a ordem de prisão do PRF Silvinei Vasques mostra mensagens no celular de Marília e do diretor de inteligência que indicam que se reuniram com o senhor nessa data.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu não tive... eu não tive conhecimento desse relatório, mas não tive reunião com os 2.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O que motivou agora a prisão que foi feita ontem do...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu vi pela imprensa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, o senhor não lembra...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não me...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ... ou o senhor é convicto...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não, não...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De que não se reuniu?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Com os dois... Juntos eu tenho certeza de que a gente não se reuniu.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está bem. Juntos não se reuniram? Eventualmente separados no dia 19?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Porque estava com uma agenda gigante lá no ministério.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim. E os senhores falaram sobre a operação do segundo turno? Como seria organizada?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Negativo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não falaram?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. Essas reuniões, as reuniões sobre operações se davam dentro da Seopi, que é uma secretaria de operações integradas que o Ministério da Justiça tem. Isso não é no gabinete do ministro. A Seopi, toda aquela coordenação que eu falei para o senhor, do Centro de Comando e Controle, tudo aquilo é vinculado à Seopi. Ao ministro... só chegam informações necessárias para mim. Tudo isso é feito dentro do âmbito da Seopi.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O ex-presidente Jair Bolsonaro ou outra pessoa de fora do Ministério da Justiça solicitou ou sugeriu, de alguma forma, a realização de operações que direcionassem a fiscalização da PRF e da PF com a finalidade de dificultar os votos dos eleitores do Lula?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Para o Ministério da Justiça jamais.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Para o senhor nunca? O senhor nunca participou de uma reunião que direcionasse isso?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha que a operação que foi feita, concentrada no nordeste brasileiro...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, deputado, só...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ... muito concentrada no Nordeste. O senhor acha que foi uma operação estritamente técnica ou o senhor acha que pode ter havido algum direcionamento?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Assisti pela televisão às denúncias. Entrei em contato com o Silvinei Vasques, que era o diretor-geral da PRF à época, e, quando falei com ele, ele já estava se dirigindo ao Tribunal Superior Eleitoral. Disse que tinha sido chamado para uma reunião no Tribunal Superior Eleitoral no dia 30, no dia da eleição.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No dia 30?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Ele me falou isso. Estava indo...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor estava na Granja do Torto no dia 30?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. Eu estava no Ministério da Justiça.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor não esteve na casa do ex-ministro Paulo Guedes?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No dia 30?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está bem.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Espera aí que eu me perdi. Bom, enfim, depois dessa reunião dele com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, eu vi uma entrevista do presidente do Tribunal Superior Eleitoral dizendo, afirmando que tinha sido tudo normal e que a PRF não tinha, enfim, atrapalhado as eleições. Agora, eu acompanhei as denúncias pela imprensa e fiz contato com o diretor para saber do que se tratava.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está bem.

De acordo com o testemunho do ex-chefe da Polícia Federal da Bahia, delegado Leandro Almada, o senhor solicitou um aumento no policiamento em certas cidades específicas em 30 de outubro, citando uma anormalidade – abre aspas –, é o depoimento do delegado, relacionada à compra de votos no estado. Em vista disso, qual é a origem das informações referentes à suposta compra de votos?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu, na verdade, não informei, não determinei cidade nenhuma. Estive em uma reunião com ele em Salvador na qual ele reclamou...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Entre o primeiro e o segundo turno o senhor viajou...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Fui a Salvador.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E foi a Salvador conversar com os chefes da PRF e da PF da Bahia?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. Eu fui a convite do diretor da Polícia Federal para visitar a obra da Superintendência da Polícia Federal da Bahia, uma das mais importantes que nós tínhamos na nossa gestão. E, nessa visita, nós conversamos sobre a eleição. Ele fez uma reclamação de que a Bahia é muito grande e que não conseguiria atender o estado inteiro com a Polícia Federal. Ele disse isso. A sugestão que nós fizemos a ele é: onde ele não conseguisse atender, que ele, pelo menos, conversasse com a PRF para que a PRF pudesse atender, visando uma maior capilaridade das forças federais do estado. Só isso, nada além disso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Na visita da Bahia?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na visita à Polícia Federal. Eu não estive com ninguém da PRF da Bahia.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E essa fala então do senhor Leandro de que o senhor pediu

reforço do policiamento por anormalidade em algumas regiões e cidades, então não é verdadeira?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. Nós pedimos para que tivesse uma capilaridade maior no estado da Bahia das forças federais.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então não foi o senhor que direcionou quais cidades seriam?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. Não conheço...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Como, parece-me, está colocado no depoimento dele.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. De maneira nenhuma.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Para mim, é assim: nesse primeiro momento, fica muito claro, do meu ponto de vista e da análise do mapa das operações da Polícia Rodoviária Federal, que houve uma tentativa, fica instituída uma tentativa de atrapalhar o exercício do direito ao voto de um grupo do eleitorado brasileiro. Essa é a minha perspectiva. Se o senhor tem relação direta... O senhor tem dito aqui que não.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – A coordenação do Ministério da Justiça ela é macro, não é uma coordenação micro. Eu volto a dizer: não sou eu que dimensiono o policiamento, que digo onde vai ter barreira, onde não vai ter barreira, o que vão fazer. A coordenação é macro, a gente recebe os planejamentos operacionais. E tem um detalhe ainda um pouco peculiar. Segundo eu li, porque isso não chega ao ministro, isso chega na Seopi, o planejamento operacional da PF e da PRF só chegaram ao Ministério da Justiça 10 dias depois do segundo turno da eleição. Prova que, realmente, é uma coisa independente...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o senhor tinha reuniões de direcionamento.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – De direcionamento, não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Com os seus chefes.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Sim. De conversas, mas digo assim...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Reuniu com a diretora Marília, com o chefe da PRF.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É. Na verdade, cada um tem o seu planejamento interno, e isso é respeitado pelo Ministério.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor pode me dizer – e aí eu quero chegar ao dia 8 muito rapidamente e tocar em 3 pontos – como foi a sua escolha para Secretário de Segurança? O governador ligou para você? Foi no próprio dia 30, à noite, que vocês ficaram pelo telefone? Houve a derrota do Bolsonaro, os senhores se falaram – o senhor e o governador Ibaneis – no dia 30, logo depois da derrota do Bolsonaro nas urnas?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Negativo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Os senhores não se falaram?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Negativo. Isso ocorreu ao longo do mês de novembro: as conversas começaram, e se concretizou no início de dezembro.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O ex-presidente Bolsonaro intercedeu pelo senhor para o senhor virar secretário?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Negativo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O governador Ibaneis ofereceu outros cargos? “Não. Secretário de segurança é muito tenso, é muito difícil, vamos dar outras possibilidades para o senhor aqui”?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. Infelizmente, não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não ofereceu outras possibilidades?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Infelizmente, não. Deveria ter oferecido, porque isso aí,

realmente...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor sabia que havia uma certa indisposição do senhor em ser secretário do DF? A imprensa dava isso, não é?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – A imprensa dava isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor tinha notícia?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Da imprensa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Só da imprensa?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Só da imprensa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nem por outros meios políticos, ninguém fez gestão para você deixar de...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Ninguém nunca me ligou, ninguém falou nada. E também lendo aquilo na imprensa, eu achei que seria muito mais para pressionar o governador a não fazer, no sentido de que eu seria um inimigo do governo, esse tipo de coisa, que não se concretiza, entendeu?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Em algum momento, entre o dia 1º de janeiro, depois da posse do presidente Lula, e o dia 8 de janeiro, o senhor teve contato telefônico com o ex-presidente Bolsonaro?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Negativo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nenhum contato?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Zero.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Indireto com interlocutores que passavam mensagens?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Zero. Ele não estava mais no Brasil.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não. E, depois, nem o senhor. O senhor estava, inclusive, no mesmo estado que ele, no estado da Flórida, nos Estados Unidos.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Sim. Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E vocês não tiveram contato, nem presencial?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Zero. Nem pelo telefone.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nem pelo telefone. Está certo.

O senhor disse – inclusive, aqui para nós – na CPMI que o senhor viajou tranquilo, porque o PAI estava elaborado, estava tudo correto, estava tudo certo. Mas no dia 6 de janeiro, em que o senhor ainda não estava de férias, e era ainda mais ou menos pelas 17h, houve o Relatório nº 6, que já foi tocado aqui por todos os outros deputados. Vou dizer para o senhor que não estou como o relatório aqui – apesar de que eu tenho vários documentos –, mas o Relatório nº 6 dizia basicamente que havia risco de tomada do poder e de ações violentas dali para frente. É um relatório de inteligência. O senhor teve acesso a esse relatório?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não tive acesso a esse relatório, deputado. Mas eu volto a dizer ao senhor aquilo que eu já expliquei aqui: esse planejamento, esse Protocolo de Ações Integradas, principalmente pelas informações que se tinha na própria sexta-feira, tem nesse mesmo relatório, se eu não me engano, dizendo que é baixa a adesão. Com baixa adesão, esse Protocolo de Ações Integradas é perfeitamente cabível e adequado para aquela manifestação.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu estou aqui com o PAI – que já foi citado aqui, inclusive, várias vezes – da parada LGBT de Brasília, da 23ª Parada do Orgulho LGBT. Estou aqui com o PAI do 44º Congresso da Ubes. Outros PAIs, de outros movimentos, aconteceram nesta cidade. Eu acompanhei, inclusive quando o senhor era secretário de segurança pela primeira vez, a elaboração de vários PAIs

com a Coronel Cintia. Mas o PAI do dia 8 de janeiro me chama atenção pela falta da classificação de risco. O senhor não acha que isso prejudicou a execução de uma operação?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu acho que não prejudicou em absolutamente nada. Volto a dizer...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque os outros têm. A classificação de risco da parada LGBT existe. A classificação de risco do congresso da Ubes existe...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É... eu não sei...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ... mas o do dia 8 de janeiro não tem classificação de risco.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não tenho... Desconheço por que foi feito dessa forma, sem a classificação de risco. Talvez, porque não...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Entretanto o senhor ajudou na elaboração. O senhor estava presente.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, eu corroborei. Eu só aprovo. Eu não ajudo na elaboração. Provavelmente, porque não havia informação ainda. E eu li em alguns relatórios, não sei se...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E o PAI não é um documento estático também.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É o que eu falei aqui: nem pode ser. Ele tem que ir sempre se adequando. Agora, assim, as providências gerais que estão nesse PAI aqui, se elas fossem se adequando, como eu disse – até citei que é um organismo vivo até o dia e até depois do movimento –, os fatos não teriam acontecido, senhor deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Há uma ausência de gestão. Porque há uma atualização de dados de informação de inteligência no dia 6. Não há convocação da Força Nacional a tempo, porque a Força Nacional só é convocada pelo governador Ibaneis no dia 8, às 17h, depois que os prédios já haviam sido tomados. Então, há uma ausência completa de gestão, no meu ponto de vista. Não houve comando para as atualizações, tanto no PAI quanto na cobrança por um plano operacional – porque o próprio coronel Naime e outros coronéis que vieram aqui falaram que não houve um plano operacional que fosse escrito para isso.

O senhor não acha que houve uma ausência de gestão, uma atuação omissiva na gestão da Secretaria de Segurança Pública do DF?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Deputado, na ação da secretaria eu tenho a certeza que não; houve um acompanhamento. Agora eu entro aqui...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A própria coronel Cintia se reuniu com o diretor da Polícia Federal, e ele disse a preocupação dela no dia 7. O senhor teve conhecimento dessa reunião?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu insisto naquilo que o deputado Chico trouxe para nós aqui, naquela questão de existir uma ordem, e essa ordem não ser cumprida. Isso eu acho que precisa ser apurado, porque todos os cuidados... o PAI está muito bem elaborado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A minha preocupação, doutor Anderson, é porque nós temos um cenário de golpe que foi pintado neste país, e, hoje, não conseguimos saber, pois ninguém tem responsabilidade sobre o que aconteceu.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado ao deputado Fábio Félix.

São 12 horas e 32 minutos. Eu mandei comprar um lanchinho para mim, para o depoente e para os 2 advogados. Eu não dou conta de comprar para todo mundo, mas eu comprei pelo menos estes. Portanto, nós vamos suspender os trabalhos por 20 minutos, 15 minutos, para fazer esse lanche, e voltamos após os 15 minutos.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 12h32min, a reunião é reaberta às 13h05min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro reaberta a reunião.

Tendo em vista que houve uma permuta, de comum acordo, entre o deputado Thiago Manzoni, que tem questões familiares a acompanhar, e o deputado Pastor Daniel de Castro, que seria o próximo orador, vou inverter a ordem.

Concedo a palavra, por até 15 minutos, ao deputado Thiago Manzoni, na condição de suplente.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Obrigado, presidente. Boa tarde, ministro Anderson. Boa tarde, doutor Eumar e meus pares que estão presentes. Ministro, começo as minhas perguntas a V.Exa.... Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro, que gentilmente me cedeu a vez para que eu pudesse fazer as minhas perguntas antes. Obrigado.

Começo as minhas perguntas fazendo algumas pequenas observações a respeito de tudo o que já foi falado não só no depoimento de V.Exa., mas em depoimentos anteriores. Aproveito para parabenizá-lo pela redução muito significativa do número de crimes acontecidos não só aqui no Distrito Federal, durante a sua gestão na Secretaria de Segurança Pública, mas também no Brasil como um todo, durante o período em que V.Exa. esteve à frente do Ministério da Justiça.

V.Exa. fez menção, doutor Anderson, à foto que o general Dutra mostrou para o senhor, sobre o que era o acampamento no mês de novembro e o que passou a ser no dia 6 de janeiro. Ele mostrou essa foto aqui também. De fato, o acampamento havia sido desmobilizado. Isso é um ponto pacífico na nossa investigação.

Em relação às perguntas que foram feitas, parablenizo V.Exa. também por ter vindo até aqui e por se disponibilizar a responder todas as perguntas de maneira muito simples, muito tranquila. Até perguntas que não têm nada a ver com o objeto da investigação que está sendo feita aqui. Nós estamos investigando o que aconteceu no dia 12 de dezembro de 2022 e no dia 8 de janeiro de 2023, que não tem nada a ver com algumas das perguntas que foram feitas aqui. Mas eu gostaria de mencionar o fato relacionado à operação da PRF etc.

Vossa Excelência mencionou também que houve um pronunciamento de S.Exa. o senhor ministro Alexandre de Moraes no próprio dia da eleição, no dia 30 de outubro, em que ele falou que a eleição transcorreu de maneira tranquila, que todos os eleitores chegaram para votar, votaram e que havia dado tudo certo.

Em relação à existência de drogas, prostituição, cometimento de crimes ali no acampamento que se montou no QG, eu acho que é importante ressaltarmos que o general Dutra leu aqui o documento que foi mencionado, e o que estava escrito é que aquele acampamento tinha potencial para que houvesse lá prostituição, drogas e outros crimes. E ele fez questão de ler para mencionar que existia... para deixar claro que existia o potencial.

Quanto ao PAI, que V.Exa. falou que, se tivesse sido executado de maneira adequada, o dia 8 de janeiro não teria acontecido, eu queria só fazer uma correção pequena. Eu não lembro qual dos deputados que me antecederam falou que no PAI constava o número do efetivo da Polícia Militar que devia ser deslocado para lá. Não constava o número do efetivo.

E, aí, eu vou trazer algumas outras observações relativas aos depoimentos anteriores. O major Flávio, que está preso – nós temos dois presos, hoje, o coronel Naime e o major Flávio –, falou que recebeu a ordem verbal, do coronel Casimiro, para que ele ficasse à frente do efetivo da Polícia Militar no dia 8 de janeiro e não sabia, também, qual seria o efetivo, porque o coronel Casimiro não falou para ele qual seria. Eu acho que essa é uma informação importante a ser dada.

Lá no cenário, em combate, nós tivemos o coronel Fábio, que, então, era o comandante-geral, o coronel Naime e outros coronéis, cuja simples presença no local onde estava acontecendo

aquilo tudo retirava do major Flávio o comando da operação. A partir do momento em que há um coronel presente, ele assume o comando da operação. Isso está muito claro para nós. Vários depoimentos que nós já colhemos aqui, da Polícia Militar.. E nós não temos dúvida de que o PAI não foi executado como deveria ser.

Mas eu queria ressaltar aqui um aspecto em especial, porque são tantos fatores, ministro Anderson, são tantas falhas na operação, de maneira geral, que é difícil alguém acreditar que isso aconteceu de maneira aleatória. São falhas na Polícia Militar, é falha no GSI, falha no Senado, falha no Congresso, falha no Supremo. Quer dizer, todos os órgãos de segurança falharam nas suas atribuições para manter intactos os prédios públicos. É difícil acreditarmos que isso tenha sido casual. Uma série de casualidades aconteceu para que aquilo se desse daquela maneira.

Eu queria ressaltar aqui que, no PAI, ficou definido que o MRE faria o seu cercamento com gradis; de igual modo, o Supremo Tribunal Federal faria isso, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e, nas palavras do coronel Fábio Augusto, o Palácio do Planalto também.

O coronel Fábio falou algo aqui que eu acho que é de muita importância para a investigação. O senhor já explicou o seu papel institucional. Está explicado. Explicou a sua função. Viajou com o PAI assinado, estava tudo resolvido, mas o PAI não foi cumprido.

O coronel Fábio Augusto, quando esteve aqui, falou assim: "Os gradis estavam sem barramento". Em toda manifestação que existe, esses gradis são colocados com barramento para dificultar uma eventual tentativa de invasão de manifestantes aos prédios públicos. Ora, a responsabilidade por esses gradis tem que ser apurada. Quem foi que mandou tirar o barramento? Porque, se não era atribuição da Secretaria de Segurança Pública, era dos órgãos. Nós temos que descobrir quem foi.

Pois bem, eu queria só fazer essas observações em relação ao que foi dito, ao que está no PAI, e passo a fazer algumas perguntas a V.Exa., ministro Anderson.

Primeiro, eu queria saber qual é o caminho do fluxo de informações entre o Distrito Federal, a Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Militar do Distrito Federal e os órgãos federais. Quem faz essa comunicação entre o Distrito Federal e o governo federal, em especial o Ministério da Justiça e o GSI?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Aqui em Brasília, nós temos o órgão central de inteligência da segurança pública do Brasil, que é a Dint, do Ministério da Justiça. Então, ali se produz conhecimento, reúne-se conhecimento e se difunde conhecimento. Vinculado à Dint, nós temos a SI, aqui da Secretaria de Segurança Pública, que recebe esse conhecimento e difunde esse conhecimento aqui no âmbito do Distrito Federal. Por óbvio que, hoje, a inteligência... Hoje, a inteligência no Brasil é muito bem estruturada. Então, muitas vezes, as próprias agências, as próprias forças de segurança também recebem diretamente essas informações da Abin, em grupos que eles têm de inteligência. Enfim, são vários caminhos da inteligência, mas o órgão central de inteligência do Brasil é a Dint.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Então, essas informações saem aqui do Distrito Federal e, por meio desses órgãos de inteligência, elas chegam ao governo federal. É isso?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – E de lá para cá, a mesma coisa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Esse "de lá para cá"... Há o PAI, que prevê como tudo era para ser feito.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Perfeito.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Em relação especialmente ao Palácio do Planalto, como é que vem de lá para cá? O que o GSI e o Ministério da Justiça querem que a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal faça numa operação como essa?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Deputado, o Palácio do Planalto é um caso à parte. O

Palácio do Planalto é o que eu sempre digo: para mim, é o prédio mais seguro do Brasil. Eu frequentei o Palácio do Planalto nos últimos 2 anos e até nós temos dificuldade. Eu, como ministro, para entrar lá, não era uma coisa simples. Então, eles têm um procedimento próprio. Eles têm o Batalhão da Guarda Presidencial, que atua ali. É um procedimento feito e organizado todo pelo GSI. Então, não tem muita – como é que se diz? – ingerência ou observação do Distrito Federal. O Palácio do Planalto é um caso à parte.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Então, a responsabilidade é exclusiva do GSI.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Do GSI.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Está bom.

Nós ouvimos, aqui, o ministro, o general Gonçalves Dias, e ele falou, textualmente, que dispensou o pelotão que estava dentro do Palácio do Planalto. Isso me causa estranheza.

Essa sucessão de erros – estou chamando de erros utilizando um eufemismo, porque, sinceramente, eu não acredito que tenham sido erros casuais. Então, nós tínhamos a Polícia Militar desmobilizada – deputado Chico Vigilante muito bem falou aqui que não havia nem água –, um major que assumiu o comando da operação sem nem saber qual era o efetivo que estaria disponível para ele, em contraposição ao que estava no PAI, que o senhor falou que é um dos mais gravosos de que teve conhecimento; e os órgãos do governo federal, cuja proteção não é missão da Secretaria de Segurança Pública – isso é bom que se diga, porque a responsabilidade pelo prédio do Congresso Nacional é da Polícia Legislativa, pelo prédio do Supremo é da Polícia Judiciária e pelo Palácio do Planalto, do GSI –, todos esses órgãos de segurança falharam.

O que eu estou querendo dizer é que não se pode atribuir somente à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e à Polícia Militar do Distrito Federal a responsabilidade pelo que aconteceu ali.

O Senado Federal não fez o que assumiu como responsabilidade pelo PAI, o MRE também não o fez, o Supremo Tribunal Federal também não o fez e o GSI também não o fez. A minha indagação para V.Exa. em relação a tudo isso... Já ouvimos várias pessoas, há alguns documentos, e fica um apontando o dedo para o outro. É como se filho feio não tivesse pai. O filho, quando é bonito, tem pai. Por exemplo, prenderam 200 e poucas pessoas ou 400 e poucas pessoas lá dentro. Dessas prisões todo mundo é o pai. Todo mundo que veio aqui determinou que as prisões acontecessem, mas os problemas que aconteceram não têm pai.

A minha pergunta para V.Exa. é: com a sua experiência de secretário de segurança pública e de ministro da justiça, qual caminho deve ser adotado? Qual linha de investigação deve ser adotada para que nós achemos as pessoas que, eventualmente, se omitiram e cometeram delitos quer por ação, quer por omissão? Porque ficamos aqui ouvindo, ouvindo, ouvindo... Como V.Exa. é delegado, que caminho deve ser adotado para que achemos as pessoas? Porque as instituições nós já sabemos quais erraram. Como achar as pessoas?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu acho que esta CPI está no caminho certo, deputado, e, inclusive, é o caminho mais adiantado. Por onde eu passei aqui, os senhores já têm uma visão macro de tudo o que aconteceu, já têm... Todos os senhores. A gente conversa, tanto aqui quanto na sala de espera, e eu percebo que os senhores têm bem claro já o cenário do que aconteceu aqui em Brasília. As pessoas são consequência dessa investigação que os senhores têm feito. Eu realmente acho que tem os responsáveis ali, quem são os chefes, enfim. Não vai ser tão fácil chegar, mas eu acho que a CPI da Câmara Legislativa está bem adiantada nesse aspecto. Os senhores estão bem perto de chegar, realmente, ao que aconteceu. O que a gente pode dizer, mais uma vez, o senhor citou. Fez um brilhante preâmbulo, citou sobre o PAI, e o que a gente diz é, mais uma vez, que esse PAI foi muito bem-feito, muito bem pensado e precisava ter sido cumprido na íntegra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Ele pode não ter sido executado por sabotagem?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Pois é, essa pergunta já me fizeram e eu não tenho

elementos para dizer se por sabotagem ou não, mas, infelizmente, ele não foi cumprido.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Está bom. Ministro, as outras indagações que eu tinha já foram feitas e V.Exa. já as respondeu, eu não vou repeti-las. Agradeço a sua presença aqui. Agradeço, mais uma vez, ao presidente, deputado Chico Vigilante, que me permitiu trocar a ordem, e ao deputado Pastor Daniel de Castro, que, de maneira muito cordial, me permitiu falar antes dele. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro, por até 25 minutos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, presidente, a quem eu saúdo. De igual modo, saúdo todos os deputados e deputadas presentes, a população do Distrito Federal e do Brasil que assiste a nós pela TV Câmara Distrital, pelo YouTube e pelas redes sociais.

Cumprimento o doutor Anderson Torres. Alegria em tê-lo aqui. Parabéns por essa disponibilidade de estar aqui conosco e de nos ajudar nas respostas das nossas oitivas, para que possamos buscar aquilo que eu falo desde o primeiro dia: a verdade real.

Cumprimento os seus advogados.

É bom estarmos aqui, graças a Deus! Deus é bom! Como eu sempre falo, Salmo 89:14, a justiça e o direito são as bases do trono de Deus. Sempre falo isso, porque justiça é a do céu; a dos homens é um pouco complicada, não é? Porque isso aqui é meio maluco. Se não tomarmos cuidado, parece que Brasília é o centro de tudo e que todos os erros foram de Brasília. E tudo é Bolsonaro: tudo, tudo! Tudo é Bolsonaro, tudo é a direita.

O acampamento foi “o centro de concepção de um golpe”, onde, no dia, havia só 150 pessoas. Isso está declarado não só pela fala de todos os depoentes que aqui passaram, mas também por fotos, por documentos. Lá havia 150 pessoas – 300, na verdade; 150 eram pessoas de rua que foram lá para comer, em estado de vulnerabilidade. Um golpe com 150 pessoas, cuja maior arma encontrada era estilingue.

No entanto, 33 alertas da Abin. O que fez o GSI? Olha como é maluco. Tudo vem só para cá, mas o que fez o GSI? O que fez o BGP? O que fez o Comando Militar do Planalto? A segurança do Congresso Nacional? A segurança do Palácio do Planalto? A segurança do STF? E a Força Nacional, que não foi acionada?

O governo federal sabia. Lula sabia, Dino sabia, general Dias sabia. Todo mundo sabia. Diga-se de passagem que o Lula sabia e o que ele fez? Ele viajou 1 dia antes. O senhor viajou 2 dias antes e o senhor foi preso por 107 dias.

Eu quero ressaltar aqui – não sendo seu advogado de defesa, porque seus 2 advogados estão aí e, diga-se de passagem, são 2 grandes advogados – que o senhor estava oficialmente de férias na segunda-feira. É natural viajar na sexta. Se na segunda-feira eu entro de férias, eu viajo é na sexta-feira mesmo, depois do expediente. E, se pudesse – nós servidores públicos temos aqueles 5 dias de abono –, eu pegaria um abono na sexta e viajaria na sexta. Ainda mais tendo subsecretário. Se o ato só sai na segunda-feira, de fato ele já é o secretário se o secretário não está aqui. Eu fui administrador regional. Quando eu saía, o meu chefe de gabinete respondia por mim. Mas vamos lá.

Eu quero começar apresentando alguns *slides* aqui, para refrescarmos a nossa memória. Aliás, vou lhe fazer algumas perguntas e peço apenas que o senhor seja sucinto. Mas eu vou perguntar e, não importa a quantidade, eu vou lhe dar direito de responder, porque o deputado... Ele deu uma saidinha. Eu ia falar o nome, mas, como ele não está aqui, não vou falar o nome. Ele fez 50 perguntas, mas ele metralhou. O senhor não pôde responder. Como é que fica o direito?

Peço que projetem os *slides* para mim.

(Apresentação de *slides* simultânea à fala do orador.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Isso aqui é para refrescarmos um pouco a memória. Doutor Fernando de Souza Oliveira: “No sábado à tarde” – são palavras dele – “tive reunião com os focais do Ministério da Justiça. Houve o rompimento da linha, tentaram invadir o Congresso. Estava um tumulto gigantesco”. Prestem atenção, fala do dia 8, quando V.Exa. estava de férias. Pode passar para o próximo *slide*, por favor.

Doutora Marília Ferreira Alencar: “O que a gente sabe é que pessoas do QG desceram para a Esplanada. Agora, se as pessoas que depredaram eram as que saíram do QG, isso não é possível afirmar” – isso é uma fala dela; outros falaram que não eram.

Coronel Naime, sobre o dia 12/12: “A PF saiu para prender o índio, mas não informou à Polícia Militar. Não houve informação de inteligência que a PF faria a prisão.” – isso é importante, porque, se a polícia soubesse, seria outra programação. “Quando soltamos as viaturas para efetuar prisões, os caras sumiram.” – eles não voltaram para o acampamento, não. Sabe para onde eles voltaram? Para os hotéis.

Havia um grupo que estava em hotel. Chegou aqui já, Chico. Libere para todos nós deputados a relação da ANTT e da rede hoteleira. Havia gente nos hotéis e nós precisamos trazer essas pessoas aqui. Deputado Thiago Manzoni, deputada Paula Belmonte, deputado Joaquim Roriz Neto, nós precisamos trazer essas pessoas aqui. Invasores, terroristas estavam hospedados em hotéis. Não era em acampamento, não, tá? Em acampamentos sempre evoca – não sei por que isso – maldade. Estavam orando. Estavam mesmo. Estavam orando. Aquela senhorinha foi ouvida, agora, na CPI, 72 anos de idade, presa. Estava lá orando, estava lá com a Bíblia. Estava orando mesmo. Ali havia crente, católico, família. Ali havia patriota que falava: “Deus, pátria, família, liberdade”. Apoiadores do Bolsonaro estavam, sim. Estavam lá. Mas não foram esses, não. Prestem atenção. Não foram esses. Nós vamos chegar lá. Não foram esses.

Outro ponto que ficou muito claro é que quem participou desses ataques do dia 12 estava hospedado nos hotéis no Setor Hoteleiro. Estou só refrescando a memória, aqui, fazendo uma linha de tempo, deputado Iolando.

Coronel Naime: “Nesta CPI, os senhores sabem quantos tiros foram efetuados no dia 8? Quatro mil tiros para conter aquela turba”. Tiros de balas de borracha, está bom, gente? Esse coronel está preso. Ele estava de folga no dia dos atos. Está preso, segregado, longe da família, tal como o senhor ficou.

General Dutra: “A praça no dia 6, como eu mostrei fotografias, estava com apenas 200 pessoas. E no dia 7...” – e aqui está grifado esse dia 7 lá; já estava nos Estados Unidos, não é, doutor? Parece aqui? – “... chegaram a Brasília de 120 a 130 ônibus”. O que fizeram?

General Dutra: “Então, estou fazendo essa introdução para mostrar para os senhores...” – para nós deputados aqui que estávamos no dia da oitava dele – “... que as pessoas que estavam na praça até o dia 6 não eram as mesmas que estavam na praça no dia 7”. Não estou inventando, não. Isso tudo está gravado aí. Isso é depoimento dos depoentes que aqui passaram.

General Dutra: “O que eu posso responder para o senhor são os fatos. Os fatos são o quê? No dia 6, o acampamento estava com 150 pessoas. No dia 7 chegaram os ônibus e no dia 8 a manifestação iniciou”. Isso aqui desmonta essa narrativa de que o acampamento era o local onde se planejou um golpe, sem se comunicar às Forças Armadas, sem metralhadora, sem bazuca, sem fuzil, com estilingue. Ia dar um golpe com estilingue! Ia chegar lá e ia expulsar todo mundo com estilingue – 150 pessoas!

As pessoas que também participaram disso não estavam unicamente no acampamento. Conseguimos ver as imagens das pessoas passando no meio dos prédios dos ministérios e chegando lá. Elas não estavam descendo do acampamento. Elas estavam vindo dos prédios ao redor. Então, elas estavam em outros lugares.

Saulo Moura da Cunha à CPI: “As informações que nós tínhamos até o dia 4 é que seria um

ato de baixa adesão. Entre os dias 6 e 7, houve um incremento de 105 ônibus e nós fizemos um alerta no dia 7 para o Ministério da Justiça, para a Marinha e para a Secretaria de Segurança Pública”.

Saulo Moura da Cunha à CPMI: “Eu fiz os dois relatórios, ...” – olhe que grave, deputado, relatório da Abin – “... eu fiz os dois”. Esse aqui é o vice-diretor geral da Abin. “No primeiro havia alertas encaminhados pela Abin a grupos. Eram 33 alertas. E alertas encaminhados por mim, do meu celular...” – muito fácil, está rastreado isso, está gravado – “... para o ministro G. Dias, do GSI. E o ministro determinou que retirasse o meu nome daquele documento”. Adulteração! Fraude documental! E, depois, colocou o GSI para...

Nós estamos falando de justiça.

Eu coloquei isso entre aspas.

Eu vou chegar às minhas perguntas. Fique tranquilo! Eu sou um cara que sempre faço pergunta. Aliás, eu pedi à minha assessoria que levantasse toda a minha fala, desde o primeiro dia, porque eu vou mostrar quantas perguntas eu já fiz a todos os depoentes!

Naturalmente, eu faço discurso porque eu defendo os patriotas, eu defendo os injustiçados, porque quando eu falo de justiça... Que justiça? Ibaneis foi afastado por 66 dias! Sendo que, poucas horas antes, Brasília foi tomada por uma intervenção na segurança pública. Há uma pequena correlação, doutor, *bis in idem*, do mesmo fato. Seis horas antes, Brasília está condenada pela segurança pública à intervenção e, 6 horas depois, o governador... 837 mil pessoas caladas.

Mas está solto. Graças a Deus, está aí!

Que justiça é essa? O Ministro Fábio Dino sabia!

Nós temos dois presos: o major Flávio, pego de supetão por uma ordem verbal, para conduzir um processo que ia receber policiais e não recebeu, está preso; e o coronel Naime.

O senhor, por exemplo: 107 dias preso! E eu me assusto porque ontem foi preso o ex-diretor-geral da PRF, que já deu todos os esclarecimentos. E eu tenho aqui... ontem... e aqui eu abro aspas porque esta fala não é minha, é do jornalista Caio Coppolla, que fala aqui que: “Seriam 2.400 eleitores a menos para Lula frente à diferença...” – ele faz uma avaliação dos 2 milhões de votos que ele teve – “seria a própria definição de um esforço vão”. Vamos combinar, um esforço...

E aqui há outro detalhe importante: o próprio ministro Alexandre de Moraes, na qualidade de presidente do Tribunal Superior Eleitoral afirmou – abre aspas –: “Nenhum eleitor disse que deixou de votar ou que voltou ao local de origem da sua viagem”. Não houve prejuízo! Outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto... 10 meses depois!

Só para fazermos um breve histórico aqui e dizer a quem me antecedeu – porque as narrativas sempre vão se desfazendo – que Bolsonaro não criou, na condição de mito, seguidores doidos, não! Ele ganhou um batalhão de admiradores pelas suas verdades, pela sua honestidade, por não lotear o governo, por preservar valores.

Aliás, fácil! Vamos sair à rua! Chamem os patriotas para sair com Bolsonaro, e peçam ao pessoal da esquerda para sair com Lula e eles vão entender o que diz a população.

Esta semana, o MST invadiu as ruas de Alagoas. O vídeo que o deputado Chico passou, mostrando o crime... e é crime... É verdade, somos contra o absurdo do cerceamento do direito de as pessoas se locomoverem. Todo mundo tem o direito de ir e vir. Esse direito não pode ser tolhido. Essas pessoas têm que ser condenadas. Mas agora eu pergunto: e o MST, que faz pior? Ele invade fazenda, mata animal, para as avenidas. E o que faz a esquerda? Aplauda, financia. Isso pode? Isso é justiça?

Bolsonaro está sendo tripudiado por questionar as urnas, o que é um direito não só dele, mas de qualquer cidadão, desde que não extrapole o limite que coloque essa pessoa sob a flecha de praticar um crime, porque assim vai responder.

Olhem os senhores que ironia, deputado Joaquim Roriz Neto. Eu imagino que todos nós aqui já assistimos ao dia em que Flávio Dino estava questionando e o senador Randolfe falando contra autoridades que hoje ele aplaude. Hoje temos um vice-presidente da República que outrora disse que o Lula queria voltar à cena do crime. E hoje ele é o vice-presidente do Lula. Existem certas narrativas com as quais temos que ter muito cuidado, porque a política é uma coisa engraçada. Hoje quem é oposição amanhã pode ser aliado. Então, temos que ter tranquilidade de que não são essas narrativas que vão nos levar ao caminho que queremos trilhar para chegar à verdade que nós queremos.

Não adianta querer criar fantasia de golpe de Estado, de derrubar um presidente democraticamente eleito nas urnas. A urna que o elegeu também nos elegeu. Assim não vamos conseguir chegar ao final produzindo um documento que precisamos produzir para condenar quem precisa ser condenado e liberar inocentes que ainda estão presos. Fica aqui essa orientação, fica aqui esse alerta.

Este país está vivendo um tempo de muita injustiça e vêm pessoas aqui falar de democracia. Que democracia é essa? Democracia para receber um narcotraficante, um ditador de tapete vermelho no Palácio do Planalto por duas vezes? Diga-se de passagem, lá, mandam prender jornalista, matam pessoas do movimento LGBTQIA+, e aqui, o próprio movimento aplaude esse narcotraficante. A ONU declarou... e os Estados Unidos pagam 15 milhões de dólares para quem informar onde ele está. Isso não me é crível. Não entra na minha cabeça que vamos ficar sentados nessa narrativa.

Esta comissão é séria. Esta comissão aqui, presidente, é muito respeitada. V.Exa. é um homem extremamente respeitado. V.Exa. está conduzindo aqui como ninguém. Todos os depoentes passaram por aqui. Não vemos brigas aqui entre nós, como vemos na CPMI. Parece que querem se matar. Não! Aqui temos conduta. Mas não adianta. Não pode haver narrativas. São importantes as perguntas, mas, se formos fazer perguntas recebendo tantas afrontas, como nós de direita recebemos e ficarmos calados, digo que não vai haver calado aqui, não. Sem nenhuma alusão a V.Exa., longe disso, mas pau que dá em Chico dá em Francisco. Não tem jeito, não.

Estaremos aqui para fazer a defesa do nosso povo mesmo, da nossa fé, daquilo em que nós acreditamos. Nós somos contra o aborto, nós somos a favor da família, nós somos contra a liberação da droga, tudo o que o governo que está aí está patrocinando. Disse lá atrás que não seria assim. Fez cartilha, assinou documento afirmando que seria do mesmo jeito. Hoje, não. Mudou tudo. A narrativa se muda pela perspectiva de acesso ao poder. Não, não é assim. Vamos ser mais justos, porque a nossa caneta vai ter um peso muito grande.

Doutor Anderson, vou repetir algumas perguntas. Fiz várias. O senhor usufruiu de férias em 2022?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Negativo. Quer dizer, espera aí.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Em 2022.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Em 2022. Eu usufruí as férias de 2021. Comecei elas no dia 22 de dezembro, tive que suspendê-las no dia 31 de dezembro para tomar posse aqui, porque não podia tomar posse.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Isso foi no dia 22. É que eu quero deixar isso claro aqui para chegar a essa sua saída de Brasília. Então?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – E remarquei as minhas férias. Perdi 19 dias de férias e remarquei novas férias para o dia 9.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Então, é isso aqui mesmo. Quando o senhor marcou o seu período de férias em 2023, houve algum registro no sistema de pessoal sobre o período em que o senhor estaria afastado, ou a publicação de algum ato nesse sentido?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Foi publicado no *Diário Oficial da União*.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Por favor, faça chegar cópia disso a esta CPI também. Por gentileza, peça a seus advogados para encaminharem isso a esta CPI, para ficar registrado documentalmente.

O senhor se recorda da data em que comprou as passagens para os Estados Unidos?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – 21 de novembro de 2022.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Envie cópia dessa compra de passagem, datada, a esta CPI, por gentileza.

Peço isso ao presidente e o presidente pede a vossa senhoria.

Existe algum documento que prove essa sua afirmação: extrato de cartão de crédito, lançamento bancário, pix ou algo do gênero?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Em relação às passagens?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Isso.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Tudo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*.

Presidente, peço que faça chegar tudo isso a esta CPI.

Embora a informação já seja conhecida, pergunto: em que dia o senhor embarcou?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Às 23 horas e 50 minutos do dia 6.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Fora do expediente do servidor público?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Quase já meia-noite.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor pode nos dizer se as atribuições de um secretário de segurança pública possuem natureza operacional?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Negativo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Qual é a atribuição do secretário?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não só do secretário, como da secretaria, se o senhor me permite.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Por favor.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal é diferente das demais secretarias de segurança. O senhor nunca vai ser parado em uma *blitz* em Brasília – *blitz* da secretaria. O senhor nunca vai ver uma investigação policial da secretaria. A secretaria é órgão central e integrador do sistema de segurança, mas ela não é operacional. Ela não tem efetivo operacional. Então o secretário não tem atribuição operacional, é coordenação e integração.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Isso está abaixo, nas subsecretarias, muito provavelmente, em determinados órgãos?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. Nas polícias – na Polícia Civil e na Polícia Militar. Nem nas subsecretarias. A Secretaria de Segurança Pública não...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – É nas forças de segurança.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Sim. É nas forças de segurança.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*. Entendi.

Eu tenho pouco tempo, porque eu me estendi um pouco neste preâmbulo.

O senhor Saulo Moura da Cunha, ex-diretor adjunto da Abin, afirmou categoricamente, perante a CPMI, que o general G. Dias sabia dos riscos de ataques; que na manhã do dia 8,

inclusive, chegou a enviar mensagens diretamente para ele, obtendo como resposta o seguinte – aspas para o general G. Dias –: “Acho que vamos ter problemas”.

Antes da sua viagem para os Estados Unidos, o senhor Saulo enviou algum alerta ao seu celular?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Negativo. Não tenho nem o telefone do senhor Saulo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não tem?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Nunca tive.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não chegou ao seu conhecimento nenhum alerta da possibilidade do que ocorreu no dia 8?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Até por volta das 18 horas, que eu saí da secretaria, não.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Até por volta das 18 horas de que dia, por gentileza?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Do dia 6. Sexta-feira, dia 6. Eu trabalhei até às 18 horas do dia 6 normalmente, aqui na secretaria. Saí, fui para casa, fiz minha mala e fui para o aeroporto.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pois é, mas até esse momento o senhor, como secretário de segurança pública e até ex-ministro, não havia recebido nenhum alerta da possibilidade de invasão dos prédios?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Das invasões dos prédios, não. Tinha alerta de manifestação em Brasília e tal. Tanto que foi feito o PAI, teve as reuniões e tudo. Mas de invasão dos prédios, eu não recebi.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu pergunto, doutor Anderson, por causa do seguinte: a Abin exarou 33, ela soltou 33 comunicados, alertas. Isso não chegou à Secretaria de Segurança Pública?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não chegou ao secretário de segurança pública. Eu não posso falar pela SI, porque muitas vezes a secretaria pode ter recebido e difundido ali...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas para o senhor, não chegou.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Para mim não chegou.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor sabe dizer se chegou para a secretaria, para algum órgão lá dentro?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não sei dizer para o senhor.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor Saulo também afirmou que a Abin emitiu 33 alertas entre o dia 2 e o dia 8 de janeiro. Durante sua gestão à frente do Ministério da Justiça, os alertas da Abin chegavam a algum órgão de inteligência do Ministério da Justiça?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Chegavam à Dint, que era a Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça. Durante a minha gestão.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ok. E como se processava, quando isso chegava lá?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Era feita a análise e a difusão dessas informações – informações de inteligência de segurança pública do Brasil inteiro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Então, podemos afirmar que, se a Abin emitiu 33 alertas, com toda a certeza o Ministério da Justiça recebeu esse alerta. Esse entendimento está correto?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Provavelmente sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ok.

Doutor Anderson, a Polícia Militar é responsável pela segurança da Esplanada, mas não é responsável pela segurança de nenhum dos prédios depredados. O senhor pode nos dizer quem é responsável pela segurança do Palácio do Planalto?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – O Batalhão da Guarda Presidencial.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Só?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Acredito que é o Exército. O GSI, através do Batalhão da Guarda Presidencial e provavelmente da PE também, que é a Polícia do Exército.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor teve acesso às imagens divulgadas pela CNN em que o general G. Dias caminhava tranquilamente entre os golpistas e sua equipe oferecia água para os invasores, e depois apontava o caminho da fuga?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu vi pela televisão.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Isso é crível para um ministro?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Prefiro não fazer juízo de valor, deputado. Com todo o respeito.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Então, se fosse o general Heleno naquelas imagens, o senhor acredita que ele estaria preso?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É difícil fazer juízo de valor, deputado. Com todo o respeito, eu gostaria de não responder essa pergunta. Mas é difícil um ministro naquela situação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor assumiu a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal em 2 de janeiro e viajou dia 6. Portanto, foram apenas 4 dias à frente daquele órgão.

Naquele período, o Ministério da Justiça enviou algum documento alertando sobre a possibilidade de ataques aos prédios públicos?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Para mim, não.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Para a secretaria?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não recebi.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Para a secretaria, o senhor sabe dizer?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu não recebi. Eu não me recordo, eu não recebi.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor acredita que, se o PAI 02/2023 tivesse sido executado, as invasões não teriam acontecido? Pela sua experiência?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Pela minha experiência, não teriam acontecido. O PAI era muito completo. O isolamento... basta a gente falar um item, deputado, um item do PAI: isolamento da Praça dos Três Poderes.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O tempo já foi.

Eu li o PAI. Alguém falhou. Grande desafio, deputado Chico Vigilante.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Apenas um item. Apenas esse item já diz...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Nós sabemos. Acho que todos aqui leram o PAI. Nós sabemos que, se o tivessem cumprido na sua integralidade... Alguém falhou. E, se alguém falhou... Se não tivesse falhado, não tinha acontecido. Olha aonde vai isso aqui! Não tinha acontecido. Então, nós não estaríamos falando de CPI, nós não estaríamos falando de ato golpista, de terrorismo, de tentar derrubar o presidente eleito.

O senhor acredita que, se o governo federal tivesse acionado o plano escudo, as invasões

teriam acontecido?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu não conheço esse plano escudo lá do Palácio do Planalto, então não tenho como lhe afirmar, deputado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Muito obrigado, doutor Anderson. Obrigado, presidente. Obrigado, deputados.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Está com a palavra, por até 25 minutos, o deputado Robério Negreiros, na condição de titular. (Pausa.)

Houve uma permuta entre o deputado Robério Negreiros e o deputado Joaquim Roriz Neto. Portanto, está com a palavra o deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de agradecer a Deus por esse dia, cumprimentar os outros parlamentares, os membros da imprensa, os servidores. Gostaria de agradecer imensamente a presença do senhor ministro Anderson Torres por estar aqui junto com os seus advogados para poder prestar esclarecimentos, para poder ajudar a população a chegar à verdade. Eu tenho certeza de que, se nós conseguirmos fazer um trabalho bem-feito, é isso que a população vai receber.

Antes de fazer algumas perguntas para o senhor, eu gostaria só de esclarecer algumas inverdades que foram faladas aqui hoje. Houve um deputado que fez uma pergunta para o senhor, ministro. Ele começou a questionar a filiação do senhor, se era filiado ao PSL, se ia para a reunião do União Brasil, se fazia isso ou aquilo. Eu fiquei até um pouco perplexo porque ninguém o interrompeu para questionar a relevância disso para as investigações que nós estamos fazendo, porque, pelo que eu conheço da lei, não é crime ser filiado a um partido político.

Eu vou dar um exemplo aqui para todos os senhores. O ex-interventor, o Ricardo Cappelli, é filiado ao PCdoB. Mesmo assim, ele fez um trabalho brilhante na apuração do 8 de janeiro aqui no Distrito Federal. Tão brilhante, inclusive, que ele inocentou o afastamento injusto e covarde do Ibaneis de 66 dias. Ele chegou a essa conclusão e ele é filiado ao PCdoB.

Então, para mim, não existe nenhum tipo de vínculo com partido político que vá descredenciar o trabalho ou não de um servidor.

Como o deputado Chico Vigilante falou aqui, nós vemos que existe mesmo essa questão de algumas pessoas que foram vítimas e usadas como bodes expiatórios. Na minha avaliação, na minha humilde avaliação, eu acho que o maior bode expiatório de todos está sentado aí nessa mesa hoje, o maior de todos. Eu peço até desculpas para quem pensa ao contrário, mas há um oficial da Polícia Militar, há um ex-secretário adjunto, um ex-subsecretário, todos servidores de carreira trabalhando, todos conheciam bem a situação da segurança pública, sabiam de tudo, das crises que ia haver há meses e, para mim, é no mínimo complicado dizer que todas essas pessoas receberam a secretaria ou o PAI sem nenhuma instrução.

É como se fosse o deputado Hermeto estar de licença e... Até desculpe-me, deputado Iolando, vou fazer uma brincadeirinha com você. Ele está de licença, mas nem por isso o senhor é incapaz por ser o substituto dele. O substituto, as pessoas que estavam encarregadas de fazer as execuções, os encaminhamentos, eram servidores extremamente qualificados. Mas, como o deputado Pastor Daniel de Castro falou, já que o senhor estava viajando, a culpa é toda sua. O senhor tinha uma bola de cristal: quando o senhor comprou as passagens em novembro, sabia que no dia 8 de janeiro haveria as invasões nos prédios.

Daqui a pouco nós vamos ter que consultar as cartas para poder tirar férias, pastor. O que nós vamos fazer? Não podemos mais tirar férias porque, se acontecer alguma coisa, nós seremos

responsabilizados.

Agora, presidente, eu concordo com V.Exa. que a principal bandeira desta CPI, quando foi instaurada, era a busca pela verdade, para esclarecer a causa dos fatos, descobrir os responsáveis, contribuir de maneira responsável, informar a população de todos os acontecimentos.

Anteriormente à CPI, foi veiculada uma informação extremamente tendenciosa, que não condiz com a verdade: foi levantado que houve dificuldade de a população mais carente comparecer às urnas. Eu vou falar, aqui, da decisão do ministro do STF, Luiz Roberto Barroso, posteriormente confirmada por colegiado do tribunal, no sentido de liberar o transporte público gratuito, no segundo turno das eleições, destinado de forma efetiva para permitir o deslocamento da população de baixa renda aos locais de votação.

Podemos argumentar que, ao invés de haver dificuldade, obstrução, houve, na verdade, um discurso contrário de facilitação. Agora, isso foi uma das várias decisões que eu acho até um pouco estranha. Existe uma PEC de transporte público gratuito avançando no Senado, deputada Paula Belmonte, para poder disponibilizar transporte gratuito nos dias das eleições, que está avançando bem; a última atualização foi há 2 dias, mas se o Judiciário já deu a carteirada, no ano passado, estou até questionando o porquê dessa PEC, mas o Judiciário tende a fazer muito isso, ele extrapola os poderes dele.

Eu vou ler algumas matérias aqui, não sou eu que falo, como da UOL, por exemplo, onde o Pacheco critica o STF e diz que a decisão sobre drogas tem que ser do Congresso. Ele fala que foi uma decisão política. A arena política é feita por políticos. O presidente da casa opinou que a descriminalização vai fortalecer o tráfico de drogas. Ele indaga: se permitir legalizar o porte de drogas para uso pessoal, de quem vai se comprar a droga? De um traficante de drogas que pratica o crime gravíssimo? É preciso que haja obviamente um controle desse uso, como há o controle de medicamentos. Isso acontece em várias esferas.

Há a questão do piso da enfermagem. Ele falou também que uma lei concebida no Congresso Nacional, da forma como foi o piso nacional da enfermagem, não é razoável que possa ser revista no âmbito do Poder Judiciário.

Então, vemos que existe essa interferência do Poder Judiciário, mas nesse caso aqui foi para facilitar e não para atrapalhar.

Eu tenho uma dúvida, antes de chegar à minha questão principal, ministro, uma dúvida até pessoal. O senhor foi um dos primeiros a ser convocado aqui pela CPI, inclusive fui eu que protocolei o pedido da convocação. Eu só queria perguntar ao senhor o que mudou, porque em várias ocasiões o senhor não pôde vir, houve empecilhos. O que estimulou o senhor, finalmente, a se disponibilizar a estar aqui hoje?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, eu agradeço a pergunta. É o momento de prestar o esclarecimento. Não foi nada contra esta casa. Foi exatamente o momento por que eu estava passando, eu estava preso. Quando vi o requerimento, o senhor era o autor dele. Mas eu estava numa situação muito difícil. Psicologicamente, eu estava muito abalado e achei que estava sem condições de prestar os esclarecimentos necessários. Não foi desrespeito à casa, muito menos a V.Exa. Foi muito mais por uma questão pessoal e de momento. Eu agradeço a compreensão dos senhores em relação a isso.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – É totalmente compreensível. Quem não ficaria abalado ficando preso por 117 dias?

Eu vou ler a decisão do ministro Alexandre de Moraes, quando determinou sua prisão. “É razoável que, ao menos neste primeiro momento da investigação, onde a manutenção do agente público no respectivo cargo” – nesse caso, o senhor – “poderia dificultar a colheita de provas e obstruir a instrução criminal, direta ou indiretamente”.

Eu quero perguntar, então, senhor Anderson Torres: o senhor agiu de modo direto ou

indireto para dificultar alguma investigação criminal?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Negativo.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – O senhor cometeu algum ato efetivo para intimidar algum servidor público ou sequer tomou alguma atitude que levasse a crer que tal ato poderia ser tomado?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Negativo.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Pois bem. A decisão de prisão preventiva foi tomada com base meramente no poder do cargo que o senhor ocupava à data dos fatos e não teve relação com qualquer atitude tomada por parte do senhor. Nenhuma!

O que me espanta é o fato de a cadeira de secretário de segurança pública do DF ter sido considerada de extrema relevância para influenciar o andamento das investigações, mas a do ministro da justiça Flávio Dino não ter sido! É isso que me deixa extremamente chateado. Nós vemos que existem 2 pesos e 2 medidas.

Houve deputado da esquerda que ficou aqui, por quase 2 horas, atropelando a fala do senhor. Houve um deputado que disse assim: “Depois, você vai ter tempo livre para poder responder”, quase em tom de deboche. Eu quero só esclarecer o que ele quis dizer. Quis dizer que, depois da fala dele, o senhor iria ter tempo para responder às perguntas com a clareza e com o respeito que o senhor merece, em vez de ser interrompido de forma grotesca e desrespeitosa.

Quero encerrar a minha fala...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Joaquim Roriz Neto, só tem que ficar claro que V.Exa. não está se referindo a esta nossa CPI.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Eu estou me referindo a esta CPI.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Aqui ninguém ficou 2 horas impedindo o depoente de falar, não.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Presidente deputado Chico Vigilante, eu vi o deputado Fábio Félix fazer perguntas em sequência para o ex-ministro Anderson Torres, sem ele sequer ter respondido à pergunta anterior. Eu comuniquei isso, inclusive, ao senhor. Eu não interrompi a fala de ninguém. Eu fui até o senhor e pedi para o senhor fazer uma breve advertência, só para o ex-ministro ter tempo de terminar de responder a uma pergunta antes de o deputado ir para a próxima. É a isso que estou me referindo. O depoente tem o direito de responder às perguntas em tempo hábil, sem ser atropelado. Foi só isso que eu quis dizer.

Para terminar a minha fala: quando o senhor estava respondendo a uma das perguntas, deixou bem claro que, como ministro da justiça, age de forma macro. Chega a ser incoerente e injusto alguém cobrar que o senhor tenha uma atuação micro, que esteja envolvido em todas as decisões e saiba tudo o que acontece e tudo o que passa pela sua mesa.

A incoerência é que estão exigindo uma atuação micro do senhor, mas quanto a cobrar conviência ou algum tipo de resposta do ministro Flávio Dino, as pessoas falam: “Não. Ele não precisa saber de tudo”. Então, um ministro da justiça tem que agir de forma macro e micro, e outro só tem que agir de uma forma geral, sem saber de todos os acontecimentos.

E esse mesmo deputado, no final de sua fala, falou deste jeito: “Às vezes, fica difícil. Não conseguimos saber o que aconteceu”.

E eu concordo plenamente com isso. Fica muito difícil saber o que aconteceu quando existem pessoas que não cooperam com as investigações. O Flávio Dino não aceitou entregar as gravações do Ministério da Justiça. Ele não quis entregar. Ele falou que cabia ao STF autorizar a entrega. Só que, 2 dias atrás, matéria aqui da Globo falou que Moraes autoriza Dino a enviar as imagens do Ministério da Justiça à CPI do 8 de janeiro. Mas, mesmo assim, ele não mandou. E eu acho

extremamente curioso o porquê disso. O que será que ele está escondendo? O que mais nós vamos descobrir no decorrer dessas investigações?

Eu tenho metade do meu tempo ainda, ministro, e eu gostaria de agradecer a presença do senhor. Mas é porque às vezes cansa, sabe? Nós nos cansamos, porque estamos aqui falando, estamos mostrando incoerência, estamos mostrando que houve depoente que veio aqui e mentiu. Estamos mostrando que houve pessoas que fraudaram relatórios. Nós mostramos a injustiça que está sendo feita. Pessoas que ficaram 117 dias presas e não estavam nem no país quando aconteceu o 8 de janeiro, e gente que estava servindo água igual garçom para os invasores e está aí solto, feliz. Isso, para mim, é injustiça personificada.

Nós falamos, falamos, mas parece que ninguém escuta. Deve ser o medo de ser preso, não é?

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado.

Concedo a palavra agora ao deputado Robério Negreiros, que disporá de até 25 minutos.

V.Exa. está com a palavra.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Obrigado, presidente.

Eu tinha aqui meia dúzia de perguntas, mas como falamos por último – eu, como membro titular – e ainda falaram 2 deputados suplentes, eu as dou por atendidas pelas perguntas que foram feitas pelo próprio relator *ad hoc* e por V.Exa., ao presidir.

Parabenizo o deputado Chico Vigilante pela forma respeitosa com que trata todos os depoentes aqui nesta CPI. Não é fácil conduzir uma CPI sobre um tema tão complexo como esse.

Com a fala do deputado Joaquim Roriz Neto, até hoje ficamos imaginando o que aconteceu no dia 8, buscando o sexo dos anjos e falando em omissão. Quando falamos em omissão, isso é algo muito abstrato, principalmente quando existem cargos em hierarquias. Eu me dei por atendido em relação a essas perguntas.

Eu conheço o Anderson. Eu tive a oportunidade de conhecê-lo no primeiro governo Ibaneis. Tive um encontro com ele, de maneira casual, ele de férias em um local e eu também; e isso me remonta a lá, depois de tudo o que aconteceu. Eu tive uma breve conversa com ele, e o que me marcou muito naquela época – ninguém imaginava que isso iria acontecer – foi essa exaltação em relação à sua carreira. Ele deve se lembrar dessa conversa. Ele falou sempre dessa questão política, que ela acaba envolvendo tudo, porque existem as oportunidades de assumir cargos. Ele estava como secretário de segurança no primeiro governo.

E o que eu vejo, falando como uma pessoa e não como um investigador de uma CPI, o que eu sinto é que o Anderson é um cara sério, um cara dedicado que está passando um momento muito difícil.

A única coisa que falo para o Anderson é que ele acredite no nosso Poder Judiciário, que tudo seja esclarecido da melhor forma possível e que não haja nenhum tipo de perseguição nem nada que possa macular a imagem do profissional. Isso é difícil. O Judiciário e as CPIs buscam sempre culpados dentro de um contexto muito complexo e confuso. Os próprios deputados, com mais proficiência ainda da minha parte, vêm narrando isso. Esta é uma casa política. Queira ou não, não estou me colocando de um lado extremo, nem de outro. Sempre estou de maneira muito neutra, observando mais do que falando. Deixo bem claro que o papel da CPI é importante dentro das nossas limitações.

Ministro Anderson, tenha paciência e calma. Conheço também um dos seus advogados que, como o deputado Chico Vigilante falou, é muito experiente e dedicado.

A minha percepção, já que não vou fazer perguntas, no meu íntimo, é que você é um cara

muito sério, dedicado e correto. Nem imagino o que você esteja passando, mas com a força da família e dos amigos, tenha paciência porque para quem realmente não fez absolutamente nada, vai chegar o momento e o devido processo legal faz parte disso. Nisso eu acredito.

Olhando nos seus olhos, naquela conversa lá atrás em que não imaginávamos absolutamente nada, você falava exatamente da lisura, da sua dedicação e pujança em relação à sua carreira na atividade policial.

Era só isso, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Robério Negreiros.

Concedo a palavra, na condição de suplente, por 15 minutos, ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL – Obrigado, deputado Chico Vigilante, presidente desta CPI.

Saúdo todos e todas que nos acompanham na Câmara Legislativa.

Cumprimento o senhor Anderson Torres e os advogados.

Como o nosso tempo de suplente é curto, eu queria iniciar fazendo uma pergunta. Quem é o órgão responsável e a autoridade responsável pela coordenação geral das operações integradas de segurança pública no Distrito Federal?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – A Subsecretaria de Operações Integradas da Secretaria de Segurança Pública.

DEPUTADO MAX MACIEL – Que é vinculada e tem um chefe maior dentro do órgão?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Ela é vinculada ao secretário executivo de segurança pública.

DEPUTADO MAX MACIEL – Do qual o senhor era o secretário?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. Eu era o secretário de segurança. A subsecretaria é vinculada ao secretário executivo, que, em tese, a gente o chama de 02.

DEPUTADO MAX MACIEL – Dentro da Secretaria de Segurança?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na coordenação macro.

DEPUTADO MAX MACIEL – Não existe essa correlação de força? Porque o chefe da pasta é o secretário em exercício.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Sim.

DEPUTADO MAX MACIEL – O senhor conhece o regimento interno da secretaria, certo, senhor Anderson?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Conheço, sim, senhor.

DEPUTADO MAX MACIEL – O Decreto nº 40.079, de 4 de setembro de 2019, diz, em seu art. 1º:

“À Secretaria de Estado de Segurança Pública, órgão da Administração Direta do Distrito Federal, diretamente subordinada ao Governador, compete:

(...)

IV – planejar, coordenar, supervisionar o emprego operacional dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal e o Departamento de Trânsito do Distrito Federal.”

O fato de a SSP, senhor Anderson, não ter base operacional dos efetivos, não exime do secretário de Estado a responsabilidade sobre a coordenação geral de todas as operações integradas de segurança pública. É papel do secretário de Estado de segurança pública fazer a coordenação antes, durante e depois das operações. O senhor não estava de férias nos dias 6, 7 e 8, senhor Anderson, o seu ato de férias é no dia 9. E, contradizendo um pouquinho a fala do meu

companheiro, o deputado aqui: cargo de gestão em administração não tem horário determinado.

E eu pergunto. O senhor pode ter viajado – não tem problema nenhum ter viajado –, mas o senhor era secretário de Estado de segurança pública naquele momento, antes do dia 9. Se o senhor viajou e disse que mandou ao secretário executivo, houve um decreto, houve uma publicação no Diário Oficial passando ao seu substituto amplos poderes para essa decisão que está regimental na secretaria?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Pelas normas não precisa haver delegação, não precisa haver ato, deputado. Em relação ao que o senhor colocou nas atribuições, a coordenação é algo macro. Não se confunde com o planejamento e a execução das ações. Então, eu conheço muito bem isso aí, sei bem as atribuições, agora, por exemplo, eu não precisaria nem estar viajando. Estivesse fora de contato aqui nos arredores de Brasília, ele, automaticamente, responderia pela secretaria. A secretaria, em momento algum, ficou acéfala.

DEPUTADO MAX MACIEL – Não ficou acéfala?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Em momento algum. Tinha o secretário executivo o tempo todo respondendo pela secretaria.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor Anderson, a minha pergunta então é: o que deu errado no golpe? Porque, se o senhor está afirmando que não ficou desamparada, e o que nós temos de base de informação é que, além do senhor, outros comandos na carreira abaixo estavam também fora da área da Secretaria de Segurança Pública, não havia... e eu vou reforçar: o senhor enquanto secretário de Estado pode até entender que, automaticamente, um secretário executivo possa tomar a iniciativa para si de assumir um comando, mas não é assim que funciona.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – São as normas da administração, deputado. Não sou eu que entendo. Isso são as normas da administração. A administração pública funciona dessa forma. Se o deputado Chico Vigilante se ausentar daqui agora, automaticamente, o suplente dele ou outro vai...

DEPUTADO MAX MACIEL – Ele vai designar o suplente. Ele não pode ser de ofício. Ele designa, automaticamente, o suplente para assumir.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na administração ele estava designado para me assumir. O cargo é dele.

DEPUTADO MAX MACIEL – Bem, ele falou aqui, em depoimento a esta CPI, que o senhor não passou nenhuma designação. E não existe essa designação se não for ato de ofício, senhor Anderson. Essa nomenclatura de imaginar que a administração pública, ela é do imaginário, isso não funciona. Quando o governador de um estado viaja, ele designa de ofício... mesmo o vice-governador existindo, ele designa, de ofício, a responsabilidade ao vice-governador. Isso não foi feito, senhor Anderson.

E eu pergunto outra coisa: no seu depoimento no dia 2 de fevereiro, o senhor declarou que informou ao governador Ibaneis com antecedência da viagem, correto?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Correto.

DEPUTADO MAX MACIEL – Bem, no dia 10 de janeiro, 2 dias após o que aconteceu, em declaração à Record TV, o governador Ibaneis afirmou que o senhor viajou sem avisá-lo e sem estar de férias. O senhor avisou ao governador ou não avisou ao governador?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Avisei em 2 ocasiões: avisei quando do convite e avisei na semana da viagem.

DEPUTADO MAX MACIEL – Foi de ofício esse aviso também, senhor Anderson?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Estive na sala dele, em reunião com ele e avisei.

DEPUTADO MAX MACIEL – De boca?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – De boca.

DEPUTADO MAX MACIEL – Eu sou especialista em gestão de políticas públicas e, na administração pública, nada é informal, senhor Anderson. Sem ato de ofício constatado, o senhor era o secretário até antes de o fato acontecer, e toda a cadeia – secretário executivo, comando operacional, forças de segurança, como está previsto no regimento – estava sob sua responsabilidade. Por isso eu pergunto, senhor Anderson, dentro do meu tempo, o senhor o leu e disse que o PAI era perfeito, o senhor consegue dizer para nós qual era a análise de risco desse PAI perfeito?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não é o secretário que faz análise de risco. Essa análise de risco era para ter sido feita pela subsecretaria. E, como disse aqui o deputado, não tem análise de risco nesse momento, no momento em que foi assinado por mim.

DEPUTADO MAX MACIEL – Eu gostaria de pedir à casa, por favor, que reproduza o vídeo nº 1 da pasta do deputado Fábio Félix.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor Anderson, o senhor também entende que o PAI não é engessado, que ele precisa de um acompanhamento e evolução. Diante do fato que a coronel Marília já pontuou nesta CPI, e que o senhor está reafirmando que não sabia... Mesmo o PAI, no dia 6, não tendo análise de risco – o que já era estranho –, depois ela pontua que informou às áreas na Subsecretaria de Inteligência, ao seu chefe, no caso em questão, o senhor, mas o PAI não teve evolução. O que aconteceu, senhor Anderson, nesse fato?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, como eu já disse aqui, deputado, o PAI estava adequado para aquela manifestação, o cumprimento dele é que não foi adequado. Agora, o PAI estava adequado.

DEPUTADO MAX MACIEL – Esse PAI, que o senhor diz que estava adequado, determinava que apenas a entrada de carros, no perímetro da Esplanada, estava impedida, mas não a de manifestantes. O PAI, então, estava certo ao permitir que as manifestações seguissem o curso da Esplanada?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Deputado, tinha muita gente falando...

DEPUTADO MAX MACIEL – Se o senhor quiser – eu só não tenho tempo – consultar os advogados...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – O senhor pode repetir, por favor, desculpe.

DEPUTADO MAX MACIEL – Dentro do PAI, estava impedido o trânsito de veículos no perímetro da Esplanada, mas não o de pessoas.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Perfeito.

DEPUTADO MAX MACIEL – Diante da evolução das informações que surgiram, pós dia 6, de que eram 300 pessoas no dia 6; 3 mil pessoas no sábado; e 4 mil pessoas no domingo; por que permitir, então, que as pessoas adentrassem no perímetro da Esplanada?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Deputado, eu não estava aqui, não participei dessa deliberação. Agora, uma coisa eu digo ao senhor, esse PAI aqui, bem cumprido, ele já... PAIs semelhantes a esse aqui já serviram de pauta, já pautaram manifestações muito maiores do que essa. É por isso que, quando eu digo que o PAI era adequado ao evento, é porque ele realmente era adequado. A inteligência é que vai se movendo, como eu disse aqui, e eles vão adequando o PAI à quantidade de pessoas. Isso sempre funcionou.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor Anderson, como a célula de inteligência – a Sisbin – é instalada na SSP, no dia 7, na própria secretaria, sem que seja acionado o gabinete de crise, diante do aumento substancial da chegada de ônibus e de alertas de outros órgãos de inteligência sobre o

risco eminente da manifestação?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – O gabinete de crise foi instaurado no dia 8, sob a deliberação do secretário Fernando. Eu não sei por que ele não o instalou, se ele tinha essas informações, por que não o instalou no dia 7.

DEPUTADO MAX MACIEL – Porque faltou comando, senhor Anderson!

ANDERSON GUSTAVO TORRES – O comandante era ele!

DEPUTADO MAX MACIEL – Porque ele chegou aqui e disse que era o senhor! Fica um jogando para o outro. Assim como na Polícia Militar, um ficou jogando para o outro. O gabinete foi acionado após as invasões da Praça dos Três Poderes. É importante que se diga aqui, também – colaborando com a fala do nobre deputado que me antecedeu –, que a área da Esplanada e da Praça dos Três Poderes é de responsabilidade da Polícia Militar, não da polícia legislativa e não da polícia do STF!

A partir do momento em que adentraram à Esplanada dos Ministérios – coisa que eu nunca vi, e olha que já fizemos muita manifestação, mas nunca vi uma descer a Esplanada nesse nível, por causa do controle do comando – não é responsabilidade de um órgão federal, é responsabilidade...

Faltou comando, senhor Anderson, porque a rede de comandos foi quebrada desde o dia da viagem do senhor. Mesmo à distância, o senhor em nenhum momento chegou a querer fazer uma chamada para montar, para instalar o comitê de crise, já no início? Porque eu fiz parte do Conselho de Segurança do Distrito Federal e há uma sala na Sosp (*sic*) com videomonitoramento permanente. Correto?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Correto.

DEPUTADO MAX MACIEL – Eu nunca vi aquela sala vazia, senhor Anderson! A impressão que eu tenho... Aos depoentes que vêm a esta casa eu pergunto: existia alguém, naquela sala, desde o início das manifestações?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – No dia 7, foi montada uma célula de inteligência no âmbito da Secretaria de Segurança. Eu não estava mais aqui, mas eu tive essa informação. A célula de inteligência, deputado, é uma mesa onde ficam os representantes dos vários órgãos ali, dividindo a inteligência em tempo real. As informações, realmente, chegaram. Teve um depoimento aqui de um tenente-coronel nesta CPI – eu assisti –, ele diz que, no dia 7, à noite, eles já conseguiam concluir que o evento teria uma adesão muito grande, uma adesão maior. Isso, tinha um representante da Polícia Militar, um representante da Polícia Civil *online* ali recebendo essas informações e passando para os órgãos responsáveis pela segurança na Esplanada.

DEPUTADO MAX MACIEL – É, senhor Anderson, só que não funcionou! A ordem foi de áudio, outro mandou em um grupo de WhatsApp... A tropa que era para estar de prontidão não estava. Não me enganem! Não deu certo o golpe por uma incompetência de alguma coisa.

Não passa na nossa cabeça que uma capital de um país, uma das mais renomadas, mundialmente conhecida, ficou completamente desassistida num apagão de segurança pública, senhor Anderson! E a sua saída... ou, mesmo com a sua saída, o senhor não ter tomado domínio dessa informação – a partir do momento, desde que chegou – de que estavam vindo mais carros do que anteriormente o PAI havia alertado, pode ter colocado e, com certeza, colocou em risco todo o processo da apuração.

Eu queria encerrar esse meu 1 minuto dizendo que, num país onde a justiça é tão desigual e desacreditada, o que estaremos sinalizando para todos os brasileiros que nos acompanham é que, se aceitarmos que os responsáveis estavam de férias, que o plano tático não foi seguido, que, perante todas as informações, não foi feito o uso progressivo e seletivo das ações necessárias – que tomou os principais símbolos da nossa nação – e a gente não conseguir identificar e puni-los, nós não vamos conseguir dar resposta ao povo brasileiro. (*sic*)

Encerro, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Max Maciel.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte, na condição de suplente, por até quinze minutos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Boa tarde. Que Deus nos abençoe!

Ministro Anderson, secretário Anderson, delegado Anderson, e – posso dizer – amigo Anderson, quero dizer que sou testemunha do bom trabalho que o senhor fez e faz pelo nosso país. Eu também sinto, no meu coração, a sua responsabilidade e a sua honra em fazer parte da Polícia Federal. Sempre tive a oportunidade de ver a sua eficiência, qualidade e compromisso com o nosso Brasil. Quero inicialmente registrar esse depoimento.

Como deputada federal, eu tive a oportunidade de acompanhar o senhor como secretário de segurança pública e como ministro da justiça. Em especial, eu, na defesa da criança e do adolescente, sei o tanto que o Ministério da Justiça fez para que pudéssemos defender as nossas crianças com ações integradas no combate à pedofilia e à exploração sexual das nossas crianças. Quero registrar a minha gratidão.

Eu acabei de receber essa informação e acho importante deixar registrado na CPI: saíram no *Diário Oficial* as suas férias. Eu não vi a declaração do governador, mas ela cai por terra ao afirmar que o senhor tinha férias concedidas exatamente até o dia 17 de janeiro. Então, quando ele...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Nós temos aqui o depoimento do governador Ibaneis na Polícia Federal. Um trecho onde ele fala. A mesa vai levar até à senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, quer dizer que o governador Ibaneis nomeou o senhor já sabendo que o senhor ia tirar férias. É importante deixar isso registrado, porque tenho certeza de que o Brasil inteiro nos escuta, e esta CPI tem como princípio mostrar a verdade. Então, o senhor não saiu daqui com férias faladas só informalmente. Está aqui registrado, dentro de um diário oficial, e também está registrada a cópia da compra da passagem do senhor, que parece que foi em novembro – quer dizer, bem antes dos atos de manifestação.

Ministro, eu assisti na íntegra ao seu depoimento na CPMI, estou aqui também acompanhando o senhor e o ouvi várias vezes elogiando o PAI e também dizendo da falha dele. Esta CPI realmente já escutou vários depoimentos. Acho que nós estamos avançando em determinados pontos, em outros, há um retrocesso. Eu acredito que podemos falar de duas falhas. A minha linha de investigação, a minha linha de conduta percebe, sim, que houve uma falha, infelizmente, do Comando da Polícia Militar, principalmente de quem colocou a nossa Polícia Militar de sobreaviso e, não, de prontidão. Isso já foi questionado várias vezes e todos os coronéis que passaram por aqui deixaram claro que nunca houve nenhuma manifestação em que a Polícia Militar ficasse de sobreaviso e, sim, de prontidão.

Ninguém soube me dar uma explicação do porquê de o comandante-geral Klepter ter colocado a Polícia Militar de sobreaviso. Mas também há outra situação, e eu gostaria que o senhor nos auxiliasse nessa linha de raciocínio. Por quê? Porque, pelo que eu entendo, tanto a delegada Marília como o Fernando colocam a Secretaria de Segurança Pública como se ela fosse um grande *hub* que une as pessoas para que elas possam fazer esse PAI, colocando cada uma delas com a sua responsabilidade. E os senhores são as pessoas que unem essas responsabilidades.

O senhor disse aqui, há alguns minutos, que, se o isolamento tivesse sido feito, não teria acontecido o que aconteceu.

O Metrôpoles acabou de publicar algumas imagens externas do Ministério da Justiça, mas eu acho importante conhecermos as imagens internas, porque no Palácio do Planalto, pelas imagens internas, coronéis e generais do GSI estavam servindo água. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse também: "Alguém abriu as portas do Palácio do Planalto". Isso não foi declaração minha, isso foi declaração do próprio presidente. Eu – como o senhor – sei a segurança que há no

Palácio do Planalto, e não houve nenhum tipo de invasão. Alguém abriu. Houve omissão. O próprio presidente da República confessa isso. E nós temos agora a curiosidade de saber há quanto tempo o ministro Flávio Dino estava no ministério e o que que ele poderia ter feito.

Como ex-ministro da justiça e ex-secretário de segurança pública aqui do Distrito Federal, para o senhor, onde está a falha? Por quê? Porque o general Dias disse que não recebeu comunicado inclusive para participar do PAI. Ele nos disse isso aqui. Também disse que o ministro da justiça comunicou isso ao governador, no dia 7, através do diretor encarregado da Polícia Federal, mas, ao mesmo tempo, não comunicou ao GSI.

O senhor pode explicar como é que funciona esse contexto?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Na verdade, são contextos distintos, deputada. A senhora veja que as informações têm que vir pelo canal de inteligência. Se a Abin produziu a inteligência e difundiu para o Palácio do Planalto, para o GSI, para o Ministério da Justiça, isso teria que ser difundido, também, para o Distrito Federal para que nós soubéssemos e pudéssemos agir em relação a isso, até porque, grande parte da segurança é do Distrito Federal. Não tem como dizer que não é. A segurança da Esplanada é da Polícia Militar do Distrito Federal. Então, as informações precisam chegar. Elas precisam ter um trâmite correto. E elas têm esse trâmite. Agora, por que que não veio é o que a gente não entende, não é? E por que se chegou apenas tudo no dia 7? Enfim, eu acho que tem uma série de coisas aí que essa CPI precisa esclarecer.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor acha que houve omissão ou descaso do próprio Governo do Distrito Federal? Por quê? Porque existe um documento, assinado pela Polícia Federal, pelo superintendente, avisando ao governador que poderia, sim, haver invasão.

O governador tomou – vamos dizer assim – os procedimentos corretos para que não houvesse o que aconteceu?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Olha, do ponto de vista da Secretaria de Segurança Pública, o procedimento correto foi esse PAI, está certo? Então, assim, o Governo do Distrito Federal ele agiu, ele trabalhou, ele fez a parte dele. Agora, assim, o cumprimento do PAI – como eu já disse aqui algumas vezes – é que precisa ser melhor entendido, porque ele não foi cumprido, conforme está previsto aqui. Eu volto a dizer, eu sempre leio um único item: “Isolamento da Praça dos Três Poderes”. Se tivesse isolado a Praça dos Três Poderes – como eu disse na minha audiência de custódia –, só se estourasse uma bomba.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor é policial federal?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Sim.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor foi ministro da justiça, o senhor já foi secretário da justiça. Houve uma comunicação formal do superintendente da Polícia Federal em nome do senhor ministro Flávio Dino ao governador.

Para o senhor, como Secretaria de Segurança, houve essa comunicação do governador à Secretaria de Segurança?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Provavelmente isso foi no dia 7, deputada...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Isso.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – ... porque eu, realmente, eu já não estava mais aqui. Eu não vi essa comunicação entre o governador e o ministro Flávio Dino. Eu tive ciência pela imprensa também. Eu não tive ciência...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu passo, depois, para o senhor os documentos. Eles têm, inclusive, protocolo SEI.

Então, houve essa comunicação.

O senhor, como ministro da justiça, faria só essa comunicação formal dessa maneira? Qual

seria a sua atitude como ministro?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É importante fazer a comunicação formal. A gente passou, ao longo do ministério, da gestão no ministério, por várias questões em vários estados do Brasil, e a gente sempre fez esse contato com os governadores, muitas vezes colocando a Força Nacional à disposição do governo do estado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor pode repetir?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Várias vezes, enquanto ministro da justiça, nós contactamos governadores do país inteiro quando tinham determinadas situações, colocando a Força Nacional à disposição para poder ajudar em momentos de crise. Aconteceu em Rondônia, aconteceu no Mato Grosso. Enfim, algumas crises que aconteceram, e eu, enquanto ministro, colocava a Força Nacional à disposição dos estados.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu até mostrei um vídeo da Força Nacional se recolhendo no meio da manifestação, entrando no ônibus e se recolhendo no meio da manifestação. Então, nós também entendemos que houve, vamos dizer assim...

Eu já falei isso algumas vezes – e continuo falando – que houve uma sabotagem, uma sabotagem, sim, à Polícia Militar do Distrito Federal e, principalmente, às pessoas que estavam querendo se manifestar. Nós ouvimos isso do próprio ministro Alexandre de Moraes, dizendo que foram utilizados como inocentes úteis.

Foi falado aqui várias vezes que naquele acampamento não foi encontrada, de maneira nenhuma, droga, prostituição, nada disso. Muitas vezes, nós ouvimos o presidente desta CPI falando e alegando isso, sendo que ele já foi corrigido pelos próprios generais que disseram que não existiu isso, que isso era algo que precisava ser observado, mas que nunca houve isso.

Outra observação que é importante dizer também é que nós não tínhamos como desativar esse...

Eu ouvi o senhor falando e eu gostaria que o senhor explicasse aqui para nós. O senhor falou do acampamento e o senhor disse à CPMI que, a partir do dia 10 ou dia 12, já estava programada a desmobilização do acampamento. É isso? Já havia ação judicial autorizando fazer isso?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não. Isso nós faríamos sem ação judicial, até porque, como eu disse à senhora, a partir daquele dia...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Mas é comum fazer sem ação judicial?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Não precisava de ação judicial para tirar ali. Eles não estavam morando ali, não é? Eles estavam, simplesmente, enfim, acampados. E a operação foi programada para a partir do dia 10. A Sedes iria entrar primeiro na questão dos vulneráveis que estavam ali – e eu fiquei sabendo que eram muitos – e, depois, nós desmontaríamos aquelas barracas que foram montadas lá para fins de restaurante...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Essa informação que o senhor traz é muito importante, porque tanto o coronel Naime como outros coronéis da Polícia Militar – e o general Dutra também – falaram que só poderiam desmobilizar a partir de uma ação judicial, que eles não poderiam fazer isso sem a ação judicial. Tanto é que houve uma possibilidade de fazer essa desmobilização, mas não foi feita exatamente porque eles não tinham essa autorização judicial.

O senhor está dizendo que não precisaria?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu não entendo dessa forma. Eu acho que não precisaria. Tanto que o Governo do Distrito Federal tentou desmobilizar, ainda na gestão passada – vi pela televisão –, e ele foi impedido pelo Exército Brasileiro. Agora, eu não entendo que precise de decisão judicial.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor entende que não precisa de... E esse isolamento?

De quem o senhor acha que foi a responsabilidade por não ter sido feito o isolamento adequado? Porque, no PAI, que foi muito bem escrito, existe uma responsabilidade tanto do STF quanto do Palácio do Planalto de colocarem esses gradis. E, como foi dito aqui, esses gradis não tinham o... Eu esqueci o nome.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Barramento. Eu acho que foi isso que o colega colocou.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Exatamente.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu também não sabia.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E essa responsabilidade era de quem?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu acho que é isso que tem que ser apurado. A senhora diz do fechamento da Praça dos Três Poderes.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Isso. E dos órgãos federais também. Tanto do Palácio do Planalto, quanto do STF.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – O fechamento é feito pela Polícia Militar do Distrito Federal. O isolamento, o fechamento. E cada um cuida da sua segurança ali, mais aproximada.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Mas, no PAI, que o senhor menciona, o STF, o Palácio do Planalto e o Ministério da Justiça também se responsabilizam por colocar esses gradis, e esses gradis não estavam lá.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – A responsabilidade pelos gradis era deles.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – É deles. Então, houve uma omissão.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Pelo PAI.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Pelo PAI?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Pelo PAI.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Pelo PAI. Então, essa é uma das falhas que o senhor aponta? Não foi executado.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É. Eu não tive a informação de que os gradis não estavam. A senhora está me dando essa informação agora. Eu não tive essa informação. Para mim, na minha cabeça, eles estavam.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Até as filmagens... Já foi falado várias vezes que os gradis não estavam e não havia essa, vamos dizer, trava de segurança, para que não pudessem ser...

Então, presidente, agora, faltando 1 minuto e pouco, eu quero dizer o seguinte: eu vejo que, infelizmente, nós tivemos uma situação atípica, de sobreaviso e prontidão, algo seriíssimo e que tem que ser, sim, investigado por esta CPI. Mas houve também uma omissão dos órgãos federais, como disse o próprio presidente Lula: "Abriram e entraram numa facilidade". Hoje, o Metrô publicou matéria que mostra exatamente a facilidade que foi para os manifestantes entrarem nesses órgãos.

Eu aproveito este 1 minuto que me resta para dizer que a democracia brasileira e a verdade brasileira ganharam muito na semana passada, na CPMI. Nós, aqui – eu, o deputado Pastor Daniel de Castro, o deputado Joaquim Roriz Neto, o deputado Thiago Manzoni –, fizemos, por duas vezes, a requisição de uma pessoa que estava portando uma máquina fotográfica, cumprimentando os manifestantes e pegando os melhores ângulos no Palácio do Planalto. E ele foi convocado lá, porque é uma testemunha importante. Infelizmente, nesta CPI, já ouvimos inclusive o presidente dela dizer o seguinte: "Não será convocado", como se houvesse uma combinação já dos parlamentares, não tirando a autonomia dos parlamentares a não convocação dele.

Então, eu quero registrar para todas as pessoas de Brasília e do Brasil: o Adriano Machado será convocado na CPMI e, com certeza, esclarecerá quem eram aqueles manifestantes que, como disse o Presidente da República, o Lula, "entraram com a porta aberta". E alguém abriu essa porta.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra, por até 15 minutos, o deputado Gabriel Magno, na condição de suplente.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, presidente. Boa tarde a todos e a todas que assistem a esta reunião até agora, 14 horas e 30 minutos.

Boa tarde, senhor Anderson. Senhor Anderson, primeiro, não vou cumprir aqui – até porque o senhor não precisa, está muito bem acompanhado – o papel da sua defesa. Por isso, faremos algumas questões, para nós muito importantes.

Quero retomar, presidente, o tema da CPI. Às vezes, senhor Anderson – o senhor deve ter percebido –, o tema muda. Discutem-se aqui outras questões que não têm nada a ver com o objeto desta CPI, que é a tentativa de um golpe de Estado. O bolsonarismo e a extrema direita tentam dizer que o dia 8 não tem nenhuma relação com o que foram as várias falas e ações do governo Bolsonaro contra a democracia. O senhor, inclusive, participou desse governo, como ministro da justiça.

Tentam dizer aqui que o dia 8 é fruto do acaso. Já chegaram a fazer, inclusive, uma narrativa fantasiosa de que havia infiltrados, que foi responsabilidade de infiltrados, que o presidente Lula e o PT tentaram colocar infiltrados, para acontecer o dia 8. Chegaram até a dizer que não se fazem golpes com estilingues. Mas esquecem, senhor Anderson, que os acampamentos e as declarações do ex-presidente da República foram responsáveis por organizar uma tentativa de golpe de Estado neste país.

Já foi dito aqui, nesta cadeira em que o senhor está sentado, por coronéis da Polícia Militar, que o acampamento era uma incubadora de terroristas e que lá foi pensado o golpe. Não eram só estilingues. Esquecem que, no dia 24 de dezembro, tentaram explodir uma bomba no aeroporto de Brasília, quando o senhor ainda era ministro da justiça. E que essa bomba foi planejada dentro do acampamento.

Aí dizem: “Não, mas no acampamento tinham poucas pessoas”. Mas o acampamento não era local. Havia acampamentos no Brasil inteiro. Tanto é, que a bomba veio do Pará, como dito e já revelado nesta CPI. Havia caravanas que circulavam pelo Brasil, com destino a Brasília, para tentar impedir o início de um governo democraticamente eleito. É por isso que nós temos repetido: o bolsonarismo fez e faz ainda muito mal para o Brasil. É um câncer no nosso país.

Eu quero destacar, senhor Anderson, um papel importante, antes de começar as questões. O senhor afirmou aqui e no Congresso Nacional o seu perfil técnico, do qual eu não duvido. Não vou entrar no mérito das qualidades e competências técnicas ou do seu conhecimento sobre segurança pública. Só que não dá, senhor Anderson, para tirar ou desvincular o técnico do político.

Nos últimos anos, o senhor ocupou cargos políticos. Foi chefe de gabinete de um deputado federal, um cargo de confiança política. Eu fui chefe de gabinete de uma deputada antes de ser eleito deputado distrital nesta casa. Há confiança política do parlamentar. O senhor foi ministro da justiça, secretário de Estado de segurança. São cargos de natureza e confiança política.

A própria imprensa noticiou isso diversas vezes. Vou ler um trecho de uma matéria do *Estadão* do dia 28 de junho de 2022: “No centro da crise do MEC, Anderson Torres passa de ministro de perfil técnico a ator político”. Folha de S.Paulo do dia 29 de março de 2021: “Novo ministro da justiça, delegado, é próximo à PF e tem relação estreita com bancada da bala”.

Era nítido e notório, senhor Anderson, o seu papel político, o que não é crime, obviamente. Mas o senhor não pode tentar se desassociar desse papel, porque, pelo contrário, o senhor fazia parte do núcleo duro do bolsonarismo, era o homem de confiança do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro, estava com ele nas importantes decisões e ações do ex-presidente da República. Quero, então, senhor Anderson, fazer-lhe alguns questionamentos.

Primeiro, sobre o seu papel como ministro, no segundo turno, principalmente, diante das investigações já avançadas e, agora, divulgadas ontem, depois do seu depoimento, da criminosa

organização para tentar impedir eleitores de votar no dia 30 de outubro, a ação das *blitz* da Polícia Rodoviária Federal.

Os documentos divulgados e disponibilizados mostram que, no dia 25 de outubro, o senhor esteve na Bahia e se reuniu com agentes da Polícia Federal. Qual foi o assunto daquela reunião? Porque o senhor disse que foi para tratar, exclusivamente, de obras. Os dados, as informações e vários documentos mostram, senhor Anderson, que o departamento de inteligência da Polícia Federal e do Ministério da Justiça pediram relatórios. A Marília comprova isso no seu depoimento e nos seus celulares, cujas mensagens foram divulgadas. Esses pedidos de relatórios, inclusive, com dados e métricas que não têm nada a ver com a questão do crime organizado, e, sim, com a participação da intenção eleitoral. E o mapa do celular da Marília, curiosamente, não mostra a intenção dos votos do Bolsonaro, só as intenções dos votos do presidente Lula.

A pergunta, senhor Anderson: qual foi o objeto da reunião do dia 25 de outubro? O senhor estava na Bahia?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Deputado, como eu sempre disse, o meu perfil sempre foi técnico. Por óbvio que eu ocupei cargo de natureza política, mas sempre com perfil técnico e sempre convocado em razão desse perfil, da minha atuação técnica. Quanto à viagem à Bahia, eu fui a convite do diretor-geral para visitar uma das obras mais importantes que nós temos – tínhamos –, que era da Superintendência da Polícia Federal na Bahia. Não teve encontro com ninguém da Polícia Rodoviária Federal. Foi uma visita apenas à Polícia Federal. Nós estivemos lá e almoçamos com o superintendente. Depois visitamos a obra e voltamos a Brasília.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – No dia 30, senhor Anderson, o senhor se reuniu com o ex-presidente Bolsonaro e o ex-diretor da PRF Silvinei no início da tarde?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – A mídia soltou isso, mas eu não me recordo dessa reunião.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Não houve essa reunião?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu acho que essa reunião não existiu.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Às 13 horas, o ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do TSE, Alexandre de Moraes – saiu o noticiário na imprensa –, veio a público, no meio do processo eleitoral, e pediu para pararem imediatamente as ações da Polícia Rodoviária Federal. O Ministério da Justiça chegou a fazer algum encaminhamento sobre o pedido expresso do presidente do Tribunal Superior Eleitoral?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Perfeito. No momento em que a gente viu as notícias na televisão, eu liguei ao Silvinei Vasques. Na hora em que liguei, ele estava em deslocamento para uma reunião com o presidente do TSE. Enfim, trataram... Nessa reunião, eu não estava presente, e, no final, o próprio presidente do TSE declarou que nenhum eleitor ficou sem votar em razão da atuação da PRF.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – No dia 30, o senhor não se encontrou com o então presidente Bolsonaro nem com o então diretor da PRF, o Silvinei?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Eu não me recordo dessa reunião, deputado. Agora, o outro assunto que a gente estava falando...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Da ação, depois do pedido do ministro Alexandre de Moraes para interromper...

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Isso. Eu assisti à reunião e o próprio ministro Alexandre de Moraes ainda fez um comentário de que a abstenção no segundo turno tinha sido menor do que no primeiro turno, enfim.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Por diversas razões a abstenção foi menor: o processo de polarização, o clima que se criou, apesar da tentativa de impedimento dos eleitores. Porque é muito curioso, senhor Anderson, que, no Nordeste brasileiro, mais de 2 mil ônibus foram fiscalizados,

enquanto, no Sudeste, apenas 570 ônibus. A disparidade dos números e os documentos que foram apresentados, com tabelas de intenção de votos, deixam muito nítida e evidente uma tentativa política de interferência sobre um importante instrumento, quase centenário, que é a Polícia Rodoviária Federal.

Eu quero tratar do dia 8, senhor Anderson. O senhor disse aqui, várias vezes, que o PAI, o Protocolo de Ações Integradas, era completo e, talvez, um dos melhores produzidos. Discordamos dessa avaliação. Eu já demonstrei aqui, nesta CPI, inclusive, vários outros PAIs de outras manifestações por direitos convocadas democraticamente – essas, sim, manifestações democráticas convocadas pelos movimentos sociais, pelo movimento de estudantes, pelo movimento LGBTQIA+, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –, os quais eram muito mais completos, inclusive, com análise de risco, com indicativos do que fazer caso houvesse prisões, o que não consta no PAI dos atos golpistas e criminosos do dia 8 de janeiro.

Eu quero destacar uma questão. O senhor sempre fala do problema da Praça dos Três Poderes, só que vários coronéis, quase todos os que se sentaram aqui, à mesa, nesta cadeira onde o senhor está sentado hoje, disseram, nesta CPI, que o maior problema não foi esse; o maior problema foi não ter havido um bloqueio na altura da Rodoviária e ter sido permitido que os criminosos descessem a Esplanada. Isso foi dito por vários coronéis da Polícia Militar.

Por que não houve o bloqueio na altura da Rodoviária na Esplanada, como houve, por exemplo, na posse do presidente Lula? Nela havia um bloqueio e uma revista na altura da Catedral, como é de costume, inclusive, em grandes manifestações nesta capital. Eu já organizei várias delas e, na maioria, havia um bloqueio e uma revista da Polícia Militar.

Por que não houve o bloqueio? Como foi dito aqui por vários policiais militares e coronéis, esse foi um dos grandes problemas do dia 8.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Deputado, na verdade, com todo o respeito, eles é que deveriam ter respondido isso. Isso é o planejamento interno da Polícia Militar, que é a responsável pela segurança na Esplanada. As orientações, as linhas gerais e a parte estratégica estão todas no PAI, mas, especificamente, onde vai ter revista, onde vai ter bloqueio, qual é a tropa, quem está, quem não está é a Polícia Militar do Distrito Federal, que tem toda a *expertise* da Esplanada dos Ministérios.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Então, a Polícia Militar falhou?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Cabe à CPI apurar e chegar...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Nós estamos apurando, senhor Anderson, e, na nossa opinião, tudo indica, tudo leva a crer que houve um erro operacional óbvio. Só que ele não foi um acaso, pois houve erro no próprio planejamento porque, diferentemente do que o senhor disse, informações já eram divulgadas, publicamente, nas redes sociais e pela imprensa, desde o dia 4 de janeiro: a Festa da Selma, a tomada do poder em Brasília. Isto era público: a divulgação e a mobilização de caravanas, para Brasília, no ato do final de semana. Provavelmente, essas convocatórias já estavam circulando no subterrâneo da internet... (Ininteligível.) ao se tornarem no dia 4. No dia 5, já havia relatório da inteligência da Polícia Militar e da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, como foi dito aqui, nesta CPI e em depoimento à Polícia Federal. No dia 6, foram atualizados os informes e os relatos da inteligência. Como o senhor mesmo disse, o PAI e os processos da segurança pública são orgânicos, são dinâmicos, mudam.

O que me surpreende, senhor Anderson, é uma série de coincidências, porque o governador Ibaneis chegou a dizer que houve um apagão nas forças de segurança pública.

Eu insisto em dizer: o apagão aconteceu e ele foi provocado! Alguém apertou o disjuntor, o botão que desligou, porque não é coincidência o major responsável ser convocado de última hora – nunca antes tinha acontecido isso, palavras do major Flávio Alencar, aqui –, por telefone, sem receber nenhum plano operacional, conforme ele disse nesta CPI.

Toda a cúpula da segurança pública saiu de férias, coincidentemente, no mesmo final de semana. O senhor; o coronel Casimiro, comandante do 1º CPR; o coronel Naime, chefe do DOP. Grande coincidência: no dia em que tentaram um golpe de Estado, a cúpula da segurança pública saiu!

Creio, senhor secretário, que a Polícia Militar errou. Faço-lhe uma última questão: a quem é a subordinação da Polícia Militar? Se houve um erro na cadeia de comando, quem responde também pela Polícia Militar do Distrito Federal?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – A Polícia Militar é vinculada à Secretaria de Segurança, subordinada diretamente ao Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Por isso que o seu depoimento aqui foi de grande valia, senhor Anderson. E as investigações vão avançar, porque, além de ser uma peça-chave no núcleo duro do bolsonarismo, um ator político do bolsonarismo no Brasil, o senhor também é um elo de ligação (*sic*) entre o bolsonarismo e o próprio governador Ibaneis, que não era só o chefe da Polícia Militar do Distrito Federal – que errou –, como também o nomeou secretário de segurança pública do Distrito Federal, num momento de grande tensão política no Brasil, em que o Bolsonaro questionava o resultado das eleições e a segurança das urnas do sistema político brasileiro, e resolveu nomear o ministro da justiça do ex-presidente da República que tentou sequestrar o Estado brasileiro e a democracia brasileira.

Quase conseguiu! E esse é um fato muito grave, senhor presidente. Esse é um papel muito importante desta CPI, porque o que aconteceu no dia 8 foi uma tentativa de golpe de Estado planejada, financiada e organizada politicamente por um setor da política brasileira.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Gabriel Magno.

Nós estamos caminhando para o final, mas o deputado Iolando tem uma pergunta final a fazer ao senhor, eu também tenho e vou fazer logo a minha.

Ao longo da resposta que o senhor deu a uma das indagações feitas aqui pelo deputado Fábio Félix, o senhor falou que o Ministério da Justiça tinha recebido uma informação da inteligência e uma possível interferência do crime organizado nas eleições.

Ficou martelando aqui na minha cabeça essa informação, porque ela é de uma gravidade... O senhor viu ontem, todos nós vimos, o nosso advogado que está aqui, que já foi um ator político, foi chefe da Casa Civil de um governo e tudo, nós vimos ontem no Equador um candidato assassinado por uma facção criminosa, e a facção assumiu que foram eles que mataram.

Eu pergunto ao senhor: a inteligência do governo recebeu a informação de uma possível interferência do crime organizado nas eleições? Em quais estados e qual era a facção criminosa que estava querendo interferir nas eleições?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – O que chegou para nós era no Rio de Janeiro e na Bahia, que em determinados locais as pessoas estavam sendo coagidas a votar, mas a Polícia Federal atuou nos 2 estados e não conseguiu confirmar essa informação, deputado. Foi uma informação que nós consideramos também gravíssima. Um dos temas tratados na minha viagem à Bahia também foi esse, mas não foi confirmado que estaria tendo esse tipo de coação para que as pessoas votassem no candidato *a* ou no candidato *b*.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

Deputado Iolando, V.Exa. como relator pode, a qualquer momento, usar da palavra, por isso que eu estou lhe concedendo a palavra.

DEPUTADO IOLANDO – Deputado Chico Vigilante, presidente desta CPI, obrigado pela oportunidade. Ouvindo todos aqui, vemos o quanto é polêmico esse assunto, esse fato, que, realmente, está deixando muitos sem dormir ou muitos preocupados com o que vai acontecer no desfecho desta CPI.

Mas eu quero dirigir esta pergunta ao senhor Anderson: o senhor foi ministro da justiça e assumiu uma posição ali no Palácio da Justiça. O senhor sabe como é a responsabilidade de um ministro, um ministro de não só um estado. Por exemplo, aqui o secretário de segurança do Distrito Federal tem a competência de cuidar das cidades-satélites (*sic*) que aqui há, porque não há município em Brasília – são 35 cidades-satélites (*sic*) e também a capital, que é Brasília. A responsabilidade é de competência da Secretaria de Segurança Pública.

O senhor, na competência de ministro da justiça, chegou a ver a posição que o ministro Flávio Dino, quando estava ministro, dentro do Palácio da Justiça, vendo a situação da ocorrência que estava tendo, daquela população toda, aquela multidão de pessoas adentrando o espaço, o senhor, na condição de ministro, se estivesse naquele exato momento ali, agiria de forma como espectador ou na função de fato como ministro? O senhor ocupando ali o espaço de fato de ministro ou ali das vidraças, janelas adentro, observando ali, qual seria a sua atitude? Que foi o caso do ministro da justiça, por favor?

ANDERSON GUSTAVO TORRES – É difícil dizer a atitude. Ali ele tem uma visão privilegiada. Conseguia ver tudo que estava acontecendo na Esplanada. Mas, por outro lado, ele precisava de uma autorização do governador para poder colocar a Força Nacional para atuar. É uma ação que precisa ser muito rápida, uma comunicação que deveria ser feita ali de uma forma muito rápida, para que a Força Nacional ajudasse também as forças do Distrito Federal naquele momento de dificuldade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero agradecer a presença do ex-secretário e ex-ministro Anderson Torres; do advogado doutor Novacki e do seu assistente Igor.

Vamos terminar a nossa reunião de hoje. A mais longa, não é, deputado Pastor Daniel de Castro? Mais longa da história. Acho que foi muito esclarecedor. Foi muito importante a presença do senhor aqui, respondendo a todas as indagações que foram feitas. Não ficou nada sem resposta.

Portanto, eu concedo 1 minuto para o senhor.

ANDERSON GUSTAVO TORRES – Rapidamente, presidente, quero agradecer a oportunidade de esclarecer todos esses fatos aí. Esses fatos revoltosos, repugnantes do 8 de janeiro. Nós, realmente, ficamos muito tristes. Eu sou brasiliense, nascido e criado aqui. Amo minha cidade. Tenho muito amor por toda essa beleza. Isso é um patrimônio da humanidade, e ver a cidade sendo quebrada daquela forma me revoltou bastante. Então, quero agradecer a oportunidade e, mais uma vez, me desculpar por não ter vindo na primeira convocação. Era um momento difícil e por isso eu não vim. Mas agradeço o respeito e a oportunidade de vir aqui. Continuo acreditando na justiça, no Ministério Público, na Polícia Federal e que tudo seja esclarecido o mais breve possível. Eu sou um dos grandes interessados que tudo se esclareça o mais rápido possível. Quero agradecer aos advogados que estiveram aqui, doutor Novacki, doutor Igor e agradecer a todos os parlamentares e ao povo de Brasília. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, doutor Anderson. Quero agradecer ao deputado Iolando, ao deputado Fábio Félix, ao deputado Robério Negreiros, ao deputado Pastor Daniel de Castro, ao deputado Fábio e ao deputado Max Maciel, que ficaram até o final.

Vou repetir, pena que a deputada não está aqui, mas eu quero repetir o quanto foi acertada a nossa posição de não convocar o jornalista, fotógrafo, Adriano. Inclusive, esta CPI está sendo elogiada por não ter agido igual à CPI do Congresso Nacional a não convocar esse jornalista.

Quero repetir: pusemos o requerimento duas vezes para ser votado, e o requerimento não logrou êxito. Foi rejeitado por duas vezes. E, sob minha presidência nesta CPI, jornalistas não serão convocados se estavam desenvolvendo suas funções no local. Se for um baderneiro que comprovadamente estava lá quebrando as coisas, podem trazer o requerimento que será aprovado. Agora, jornalista que estava lá no meio, inclusive correndo risco de ser assassinado, se descobrissem naquela hora que ele era jornalista. Ele não será convocado porque eu defendo efetivamente a

liberdade de imprensa. O Adriano não foi convocado e não será convocado. Essa é a posição desta presidência.

Muito obrigado a todas e a todos.

Está encerrada a nossa reunião do dia de hoje.

(Levanta-se a reunião às 14h54min.)



Documento assinado eletronicamente por **ROMILDO PEREIRA - Matr. 13173, Chefe do Setor de Taquigrafia - Substituto(a)**, em 11/08/2023, às 19:30, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **1295555** Código CRC: **DD547543**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br

00001-00008706/2023-96

1295555v8